

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

VITÓRIA ALMEIDA MACHADO

**PARA ALÉM DE BORDADEIRAS: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS PERIÓDICOS
*JORNAL DAS MOÇAS E MODAS E BORDADOS DURANTE OS ESTADOS NOVOS (1937-1945)***

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES

VITÓRIA ALMEIDA MACHADO

**PARA ALÉM DE BORDADEIRAS: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS
PERIÓDICOS *JORNAL DAS MOÇAS* E *MODAS E BORDADOS* DURANTE OS
ESTADOS NOVOS (1937-1945)**

Porto Alegre
2018

VITÓRIA ALMEIDA MACHADO

**PARA ALÉM DE BORDADEIRAS: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS
PERIÓDICOS *JORNAL DAS MOÇAS E MODAS E BORDADOS* DURANTE OS
ESTADOS NOVOS (1937-1945)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Orientador: Professor Doutor Marçal de Menezes Paredes

Coorientador: Professor Doutor Leandro Pereira Gonçalves

Porto Alegre

2018

Ficha Catalográfica

M149p Machado, Vitória Almeida

Para além de bordadeiras : a representação feminina nos periódicos Jornal das Moças e Modas e Bordados durante os Estados Novos (1937-1945) / Vitória Almeida Machado . – 2018.

150f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

Co-orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves.

1. Estado Novo. 2. Imprensa Feminina. 3. Getúlio Vargas. 4. António de Oliveira Salazar. 5. Mulheres. I. Paredes, Marçal de Menezes. II. Gonçalves, Leandro Pereira. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

VITÓRIA ALMEIDA MACHADO

**PARA ALÉM DE BORDADEIRAS: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS
PERIÓDICOS *JORNAL DAS MOÇAS E MODAS E BORDADOS* DURANTE OS
ESTADOS NOVOS (1937-1945)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção
do grau de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em
História da Escola de Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Aprovada em: _____ de _____ de 2018

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Janaína Martins Cordeiro – UFF

Professora Doutora Teresa Schneider Marques – PUCRS

Professor Doutor Marçal de Menezes Paredes – PUCRS – Orientador

PORTO ALEGRE

2018

Para Izabel e Miguel

AGRADECIMENTOS

Acreditei durante todo o mestrado que a parte mais prazerosa e fácil de escrever seria os agradecimentos. Ledo engano. Depois do referencial bibliográfico e do Bourdieu, essa parte se mostrou de uma dificuldade singular. O medo de esquecer alguém ou de não dar o devido prestígio a alguma pessoa muito importante fez com que eu revisasse diversas vezes essas poucas páginas. Entretanto, acredito que consegui, ainda que de maneira singela, homenagear a todos.

Agradeço, primeiramente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a bolsa de estudos concedida durante todo o período de realização deste mestrado. Sem a bolsa, essa pesquisa não seria possível.

Agradeço, à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em História desta instituição o apoio e o incentivo concedidos a mim na feitura desta pesquisa.

Agradeço imensamente ao meu sempre “ori”, Leandro Pereira Gonçalves, a ajuda, o apoio, o incentivo, os empréstimos de livros. Agradeço o fato de ele sempre relevar e entender os atrasos nos prazos. Agradeço o tempo investido na minha pesquisa e no meu desenvolvimento profissional. Obrigada por acreditar no meu potencial muitas vezes mais do que eu mesma. Obrigada por me dar dicas de vida dentro e fora da academia; por compartilhar de bons momentos e me acalmar nos momentos de desespero (esses foram muitos). Apesar do distanciamento físico e da mudança para coorientador na reta final, sua atenção foi sempre ímpar. Mesmo não desempenhando muito bem o papel de DJ nas festas, sem ele essa pesquisa não seria a mesma.

Agradeço também ao professor Marçal de Menezes Paredes que, por circunstâncias acadêmicas, acabou “me adotando” no meio do caminho e contribuindo com este trabalho de diversas maneiras. Os ensinamentos acadêmicos não se dão somente dentro da sala de aula. Uma boa conversa sobre o samba e a vida nos corredores do prédio pode modificar nossa forma de pensar de maneira decisiva. Muito obrigada.

Agradeço ao professor Luis Carlos dos Passos Martins o atendimento a meus questionamentos, a compreensão quando eu afirmava que não havia entendido o conceito de *habitus* do Bourdieu; as conversas esclarecedoras e o apoio. Obrigada por todo o incentivo que sempre me deu.

Um agradecimento muito especial também aos membros convidados da banca de defesa desta dissertação. Obrigada às professoras Janaina Cordeiro e Teresa Marques por aceitarem participar de um momento tão crucial e significativo para esta pesquisa. Fico muito feliz de contar com uma banca formada por mulheres. A academia deve ser ocupada por nós. A revolução será feminista ou não será.

Agradeço imensamente às professoras com quem tive a felicidade de aprender muito durante a graduação. A professora Véra Lucia Maciel Barroso, que me fez ver a história enquanto movimento e valorizar os “desclassificados da história”; que me faz odiar os indiferentes e perceber que todo posicionamento é político. A sua contribuição no meu desenvolvimento enquanto professora, pesquisadora e agente histórica será levada por toda a vida. Obrigada também às professoras Cíntia Souto e Sandra Carelli por darem às mulheres seus devidos espaços nas aulas e por fazerem com que eu me apaixonasse por essa temática.

Aos meus pais, Izabel e Miguel, que apoiaram a minha vida como um todo. As dificuldades que enfrentamos juntos fizeram com que eu me tornasse a mulher que sou hoje e que muito me orgulho. As xícaras de café durante a madrugada, o cuidado, o zelo, as cobranças e o apoio deles durante toda a minha vida são as coisas mais importantes que eu poderia ter. Agradeço também o esforço feito para que eu pudesse viajar a Portugal para realizar parte da pesquisa. Sei de tudo que abriram mão para que eu pudesse me desenvolver academicamente. Agradeço aos meus irmãos, Vinícios e Ígor, meus primeiros amigos da vida. Provavelmente eles são as pessoas com quem mais briguei até hoje, mas sem dúvidas são aqueles que, se tudo der errado, posso contar. Aos afilhados mais lindos do mundo: Bento, Olívia e Helena. Ao incentivo dos meus tios, primos e cunhadas.

Ao Galeano, Gabo e Caixinha pela companhia nas madrugadas de escritas.

Às minhas amigas Anna, Bianca, Bruna, Carisa, Carol (a única pessoa que entende meu método de trabalho), Eliete, Gabbi, Helen, Idala, Ivana Giovanaz, Ivana Amorim, Maia, Pablita, Pri e Thainá o fato de me ensinarem tanto, o tempo todo. Obrigada por serem meu apoio emocional e por compreenderem, como ninguém, a minha aflição; por me ajudarem a lidar com essa ferida aberta que é ser mulher. À Fernanda, Isadora e Mariáh, minhas primas que muitas vezes só com uma conversa por telefone resolviam metade das minhas angústias.

Aos amigos que a graduação me proporcionou. Alex, Arthur, Jad e Ni. Ao Fernando, irmão que a vida me deu por todas as risadas e choros compartilhados, mesmo quando ele perde no truço e no general. No museu da minha vida, ele é exposição permanente. Apesar de eles questionarem como o governo brasileiro podia investir em mim durante dois anos, foram

importantíssimos no meu processo de amadurecimento intelectual (ou o mais próximo que chegamos disso).

Aos amigos que o mestrado me proporcionou. Obrigada Andrelise por me apoiar de forma genuína quando mal nos conhecíamos e por ter uma visão de mundo tão parecida com a minha. Por segurar a minha mão e dizer que eu era capaz. Ao Gabriel por todas as horas de ligações telefônicas para compartilhar o desespero que se instaurava e pelas visitas que me fizeste para tomar um café só para matarmos a saudade. À Amanda, por todas as vezes que disse como me sentia e, confortavelmente, ouvi um “eu realmente te entendo.”. Poder confessar tantas coisas me fez sentir mais leve e confiante. Ao Babe por me ensinar sobre a estruturação da inflexibilidade da alegoria do pensamento científico historiográfico e outras tantas coisas que compartilhamos de diferentes maneiras.

À Gabriela, minha psicóloga que muitos “tapas na cara” me deu durante este processo de autoconhecimento e amadurecimento (por vezes difícil e dolorido, mas muito importante).

Ao Lucas, meu parceiro de caminhada e melhor dupla que já formei. Obrigada pelo conforto quando necessário, incentivo, por acreditar em mim e por me fazer ser, todos os dias, uma pessoa melhor.

É preciso despertar, para tornar possível essa felicidade com que todas sonhamos e, mais ainda, para que as nossas filhas não cheguem a conhecer os tormentos, vexames e situações aflitivas em que muitas de nós – todas nós! – nos temos debatido, mesmo quando tudo se passa apenas no íntimo do nosso coração.

Maria Lamas, 1947.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo comparar a representação das mulheres nas revistas femininas, *Jornal das Moças* no Brasil e *Modas e Bordados- Vida Feminina* em Portugal durante os Estados Novos dos respectivos países de 1937-1945. Os regimes autoritários, como se caracterizavam os Estados Novos no Brasil e em Portugal, possuíam discursos e projetos políticos voltados às mulheres a fim de estabelecer seus espaços delimitados ao privado. Para tanto, contextualizam-se os regimes de Getúlio Vargas e de António de Oliveira Salazar assim como a história dos periódicos em análise. Apoiando-se na imprensa periódica enquanto fonte central de análise tem a pretensão de investigar os papéis sociais estabelecidos para as mulheres a partir de análise das matérias. Por último, optou-se por comparar os regimes e os periódicos a fim de compreender suas atuações na sociedade, em especial às mulheres.

Palavras-Chave: Estado Novo. Imprensa Feminina. Getúlio Vargas. António de Oliveira Salazar. Mulheres.

ABSTRACT

The authoritarian regimes, as the Estados Novos from Brazil and Portugal, have speeches and political projects aimed at women in order to establish their roles only to private life. This research has the objective of comparing the representation of women in the feminine magazines *Jornal das Moças*, from Brazil, and *Modas e Bordados - Vida Feminina*, from Portugal, during the Estados Novos; period of each country from 1937 to 1945. Therefore, this work contextualizes the regimes of Getúlio Vargas and António de Oliveira Salazar, as well as the history of these feminine magazines. Based on the press as a central source of analysis, this work has the pretention to investigate the social roles established for women according to these magazines. Lastly, the research proposes a comparison between the regimes and the magazines to understand the effect of this production in society, specialty for women.

Keywords: Estado Novo. Feminine Press. Getúlio Vargas. António de Oliveira Salazar. Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Getúlio Vargas	33
Figura 2: Manifestação popular em homenagem a Getúlio Vargas.....	34
Figura 3: Missa em ação de graças em razão do encerramento de uma turma.	53
Figura 4: Matéria publicada	60
Figura 5: Matéria publicada	62
Figura 6: Cartaz para difundir valores do governo	78
Figura 7: Matéria publicada na Revista	83
Figura 8: Matéria da Revista	88
Figura 9: Matéria da Revista	94
Figura 10: Matéria da Revista	95
Figura 11: Matéria publicada na Revista	119
Figura 12: Matéria publicada na Revista	125
Figura 13: Matéria da Revista	133
Figura 14: Matéria da Revista	136
Figura 15: Matéria publicada.....	139

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 AS MULHERES NO ESTADO NOVO DE VARGAS: SUBMISSAS E INSERIDAS EM UM REGIME QUE AS LIMITAVA OU AGENTES HISTÓRICAS QUE COMPARTILHAVAM DE UMA MESMA CULTURA POLÍTICA?	21
2.1 O contexto Vargas: entendendo as delimitações do que foi o regime de Getúlio Vargas	23
2.2. A <i>Jornal das Moças</i>	24
2.3 Estado Novo	28
2.4 DIP e o JM.....	38
2.5 Anticomunismo.....	43
2.6 As mulheres	50
2.7 Padrão de beleza	57
3 A VIDA FEMININA PORTUGUESA ERA BASEADA EM MODAS E BORDADOS?	66
3.1 Modas e Bordados – vida feminina.....	67
3.2 Correio da Joanhina.....	68
3.3 Maria Lamas	72
3.4 Estado Novo – Salazar e a mulher	74
3.5 “Não discutimos Deus e sua virtude”.....	77
3.6 “Não discutimos a família e sua moral”	78
3.7 “Não discutimos a glória do trabalho e o seu dever”	81
3.8 Outras representações femininas na <i>Modas e Bordados</i>	88
3.9 Censura.....	96
4 SERIAM AS REVISTAS TÃO DIFERENTES ASSIM?	99
4.1 Nacionalismo(s) Brasil e Portugal – Dois projetos, duas nações	101
4.2 As mulheres, A Igreja Católica e os regimes	109
4.3 Trabalho feminino.....	112
4.4 A educação feminina em regimes autoritários	120
4.5 Esposas: a “finalidade” das mulheres.....	130
4.6 “A “epidemia” do feminismo” versus “O sexo fraco se faz forte”	135
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	144

1 INTRODUÇÃO

A imprensa, de modo geral, contribui para a formação de modelos sociais de representação. Nessa dinâmica, reside, ao mesmo tempo, uma possibilidade de observar quais valores circulavam em determinada época e em certos contextos. Especificamente no que diz respeito ao público feminino, jornais e revistas, sob essa perspectiva, são uma forma de comunicação, informação, atualização e conscientização que datam dos primórdios do século XIX em diversos países. No Brasil e em Portugal não foi diferente. Apesar de o público-alvo ser bem delimitado – o feminino –, muitas vezes, o comitê editorial desse tipo de publicação não contava com profissionais mulheres. Questão essa que, por si, já enseja alguma reflexão.

Em regimes autoritários e conservadores como o foram os Estados Novos de Vargas e de Salazar, a censura e o controle dos meios de comunicação eram constantes. Assim sendo, analisar a mídia dessa época pode levar ao entendimento de como era projetada a realidade social daquele contexto: eram vinculadas informações que colocavam a população a par do que estava ocorrendo no cenário social ou, pelo contrário, as publicações delineavam comportamentos a partir de seus conteúdos? Em relação especificamente a publicações cujo público-alvo era as mulheres, o que lhes era proporcionado? Havia didatismo em relação a como agir? Tinham acesso à informação? Podiam expressar-se?

Ao trabalhar com história das mulheres não se deve, como apresenta Gisela Bock (1989), pensar nas mulheres de maneira homogênea nem como se fossem iguais. Pelo contrário, pensar nas especificidades das mulheres devido a fatores etários, sociais, culturais e, neste caso, geográficos se faz de suma importância para pensar nessas mulheres. Para Perrot (2007, p. 17), “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas”, e pensando a partir dessa representação, utiliza-se neste trabalho a imprensa feminina como principal fonte de análise para entender duas revistas femininas durante os chamados Estados Novos do Brasil e de Portugal, a saber: a revista *Jornal das Moças*¹ e a revista *Modas e Bordados – Vida Feminina*², respectivamente.

Ambas as publicações, ganharam a atenção de pesquisadores da História das Mulheres em diversos trabalhos, em razão de serem marcadas pelo atravessamento de regimes

¹ A revista *Jornal das Moças* encontra-se totalmente digitalizada no site da Hemeroteca Digital Brasileira

² A revista *Modas e Bordados – Vida Feminina* encontra-se em meio físico na Hemeroteca Municipal de Lisboa. Todas as imagens referentes à Revista constantes nesta dissertação foram fotografadas pela autora a partir da realização de uma investigação em Portugal. Visitar pessoalmente a Hemeroteca, ter acesso às fontes, ler as edições consultadas na íntegra e ter tido a chance de analisar o conjunto da obra no país de origem foi de extrema valia para se chegar às conclusões que neste texto se chegou.

autoritários. Entretanto, uma pesquisa com base na metodologia da História Comparada ainda não havia sido realizada em relação aos periódicos em questão. Essa é, portanto, a lacuna que se busca preencher.

Diversas perspectivas a respeito das mulheres na Era Vargas ou sobre o salazarismo já foram realizadas, em especial durante o Estado Novo (1937-1945). Pesquisas essas bem embasadas que, inclusive, serviram de apoio para o presente trabalho, sobretudo no que diz respeito aos periódicos aqui trabalhados. Todavia, percebeu-se uma necessidade historiográfica na análise entre os Estados Novos no Brasil e em Portugal no âmbito do autoritarismo e do conservadorismo, mas com uma perspectiva específica: a representação feminina nas duas revistas de maior relevância voltada para as mulheres. Com o intuito de entender as diversas formas que as mulheres podem ser representadas, seja pelos meios de comunicação ou pelo Estado, foi que se realizou esta pesquisa. Além disso, almejava-se dar visibilidade às mulheres que, embora em países diferentes, encontravam-se em situações econômicas, políticas e sociais semelhantes.

Foi a partir de indagações durante a pesquisa prévia deste trabalho que alguns alicerces foram surgindo. Assim, as questões norteadoras problematizavam: é possível comparar países, mesmo que com recortes históricos que se aproximam, mas com um oceano separando geograficamente? É possível realizar uma pesquisa em que o objeto de estudo se refere às mulheres inseridas em culturas tão distintas? Analisar revistas femininas em regimes autoritários diferentes é viável?

Tendo sido configurado o mosaico da problemática, partiu-se para a seleção da metodologia que ajudaria a olhar para o objeto de investigação. A pesquisa histórica permite uma gama vasta de observações e análises, possibilitando que cada historiador, mesmo com um tema e com fontes iguais, desenvolva uma pesquisa distinta. Apesar de a História Comparada ser relativamente nova entre as metodologias trabalhadas no ofício do historiador, ela se mostra uma maneira riquíssima de análise por colocar os objetos em perspectiva comparada e por viabilizar uma abordagem empírica, por isso foi a escolhida para levar a cabo esta dissertação.

Tendo em vista essa problematização, pensa-se que os regimes autoritários de Vargas e de Salazar, ao serem estudados, fazem com que se entendam melhor os fatores econômicos, políticos, ideológicos, culturais e sociais do período. Como parte da sociedade, as mulheres, portanto, estavam inseridas em todos esses âmbitos. A contribuição das mulheres para a construção das sociedades estudadas foi sempre singular. Elas atuavam como trabalhadoras fabris, jornalistas, educadoras, esportistas, políticas, escritoras e outras tantas atividades que

lhes fossem permitidas. Entretanto, a representação que era feita dessas mesmas mulheres se mostrou contraditória. Com posicionamentos ora distintos, ora semelhantes, as revistas em análise se mostraram riquíssimas fontes de estudo para entender a dinâmica social em torno da figura das mulheres que, muitas vezes, eram representadas, de maneira homogênea, desconsiderando-se as especificidades inerentes a todo o ser humano. Nesses termos, pensou-se, na presente pesquisa, na imprensa como uma via complexa que reflete uma parte da sociedade, principalmente feminina, ao mesmo tempo em que contribui para o pensamento sobre as mulheres e, mais do que isso, enseja a formação de opinião nas próprias mulheres.

Nos estudos sobre história da imprensa – e usando as revistas em questão como fonte principal –, busca-se elementos aglutinadores de discurso. Entretanto, tão relevante quanto o discurso que permanece é o discurso que se modifica. Perceber as variações sobre as mulheres nas revistas, em especial na *Jornal das Moças*, como é trabalhado no capítulo três, permite que a análise histórica demonstre o quão subjetivo pode ser um periódico, e mais, permite, como apresenta Pesavento (2006, p. 49), perceber que a representação pode ser e é caracterizada pela sua “ambiguidade, de ser e não ser a coisa representada.”

Ao iniciar a pesquisa, alguns objetivos já estavam delimitados. Contudo, no decorrer do trabalho, das leituras, das disciplinas cursadas e a partir da análise das fontes, indagações surgiram e, com isso, novos objetivos se desenharam. Inicialmente a ideia era buscar elementos que possibilitassem uma compreensão sobre a representação feminina em regimes iguais, porém em países diferentes. Com o amadurecimento do processo de feitura do texto, os regimes se mostraram semelhantes, porém não iguais. As especificidades de Vargas e de Salazar se apresentaram rapidamente: a chegada ao poder a partir de um golpe de Estado, que se inicia ainda na Revolução de 30, e um golpe militar; as relações com a Igreja; a distinção entre as questões trabalhistas. Porém, Vargas foi mais modernizador enquanto Salazar era mais conservador em aspectos políticos. Nesses termos, outros pontos se destacaram e verificou-se a necessidade de caracterizar os regimes de maneira mais profunda para uma maior compreensão sobre as mulheres desse período. Com isso, tornou-se objetivo do trabalho caracterizar semelhanças e diferenças em diversos aspectos (políticos, econômicos, sociais, culturais) dos regimes, ressaltando em especial a relação do regime e seus discursos para e sobre as mulheres.

Além disso, tinha-se uma ideia inicial e superficial sobre o pensamento das revistas acerca das mulheres: a revista brasileira era mais conservadora, enquanto a revista portuguesa mais progressista. Um contato mais íntimo com as fontes, no entanto, permitiu perceber as nuances que as temáticas possuíam ainda que inseridas no mesmo periódico. Com isso, para

além de perceber a representação feminina, fez-se necessário entender que o discurso não foi sempre o mesmo e que, embora a revista *Modas e Bordados* apresentava uma representação feminina usando termos atuais – mostrando-se mais empoderada – acabou corroborando em diferentes níveis para o discurso salazarista sobre as mulheres. A revista *Jornal das Moças*, por sua vez, mostrou-se, ainda que em momentos esporádicos e singelos, questionadora sobre o papel social feminino. Dito isso, outro objetivo da pesquisa se delimitou: visava-se buscar elementos analíticos para a compreensão da representação feminina em regimes semelhantes (apesar de conservadores e autoritários de mesmo nome) a partir dos periódicos de maior alcance nacional, que tinham como público-alvo as mulheres.

Outro objetivo foi compreender o porquê de revistas que poderiam representar as mulheres de forma semelhante acabar trazendo elementos distintos em suas páginas. Exemplo disso se deu na pesquisa sobre a carreira profissional feminina. Enquanto a *Jornal das Moças* apresentava profissões como extensão da casa e do cuidado com o próximo, a *Modas e Bordados* apresentava mulheres atuando na aviação, na medicina, na arquitetura, nas relações internacionais. A hipótese apresentada é a de que o corpo editorial das revistas foi pilar central para essa diferença. Enquanto a revista brasileira contava com um corpo editorial formado por homens, a revista portuguesa contava com mulheres atuando no corpo editorial, em especial durante a gestão de Maria Lamas.

No que diz respeito à organização do trabalho, no primeiro capítulo, buscou-se, a partir da análise das fontes, encontrar um discurso que corroborava com o regime Vargasista, em que a participação feminina para o desenvolvimento da nação brasileira se dava a partir do espaço privado do lar, no cuidar do marido e dos filhos. Após o levantamento historiográfico acerca do Estado Novo brasileiro – e uma contextualização sobre a revista *Jornal das Moças* –, procurou-se analisar de qual forma o Estado Novo foi representado pela Revista em diversas passagens. Buscaram-se também matérias que retratassem acontecimentos políticos no país para, com isso, perceber o aporte ideológico da revista em questão. Como exemplo, observou-se a maneira como era narrada a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), principal órgão da censura de Vargas. Com o decorrer da pesquisa, percebeu-se um discurso de cunho moral e religioso resguardando as mulheres sua função principal: o cuidado com o lar. Analisando matérias jornalísticas que reforçavam de diferentes maneiras uma mesma forma de pensar, foi possível fazer um levantamento em meio há

diversas edições analisadas³ uma constante sobre o padrão de beleza, sobre a figura de Getúlio Vargas, sobre o discurso anticomunista e sobre a representação feminina.

No segundo capítulo, seguindo certo padrão de estrutura, apresentou-se a revista em análise – *Modas e Bordados – Vida Feminina*. Procurou-se dar o devido mérito à figura de Maria Lamas (jornalista e presidente da Revisa com posicionamento crítico e de resistência ao regime salazarista), caracterizar o contexto no qual Portugal estava inserido no período analisado a partir de revisões historiográficas considerando debates teóricos a respeito do caráter fascista do regime. Indagou-se sobre a atuação da Igreja Católica; investigou-se qual o entendimento do conceito de família para o regime; além de outras representações femininas que por motivos específicos se destacaram durante a pesquisa.

No terceiro capítulo, analisaram-se as revistas de forma comparada. Seria errôneo buscar, em revistas diferentes, inseridas em países distintos, elementos de total similaridade nas páginas dos periódicos. Com isso, procurou-se dar o máximo possível de “voz” às fontes, com o intuito de desempenhar uma pesquisa de qualidade. E, por isso, nos dois primeiros capítulos, as análises se dão sob aspectos distintos. Entretanto, no último capítulo pontos em comum foram trabalhados. Relevante é perceber que os discursos que “saíam da curva” se destacam no decorrer das análises, permitindo verificar que as Revistas como um todo não seguem um padrão irreversível de posicionamento a respeito das mulheres.

Utilizando conceitos como violência simbólica, capital cultural, cultura política, representação, entre outros, procurou-se observar e analisar o posicionamento tanto dos regimes quanto das Revistas referente às mulheres brasileiras e portuguesas. Nesse ato, compreendeu-se que as Revistas não englobavam as especificidades das mulheres dos respectivos países. Não considerando as diferenças geográficas, culturais e principalmente socioeconômicas das leitoras, as Revistas na maioria das matérias as retratavam de maneira homogênea, utilizando muitas vezes expressões como “a mulher brasileira/portuguesa”. Exemplo disso pode ser percebido no primeiro capítulo deste trabalho, em que se informa que a maioria da população feminina brasileira era composta por mulheres negras, porém essas mulheres não aparecem nas capas das revistas. Na Revista portuguesa, por sua vez, havia apenas uma coluna intitulada “A mulher do campo”, que pretendia dar algum desta que para um tipo de mulher em específico, embora grande parte da população portuguesa estivesse inserida em regiões rurais.

³ Totalizando 467 edições da *Jornal das Moças*, e 455 edições da *Modas e Bordados*. É válido informar que, na transcrição dos trechos citados, se optou por atualizar a ortografia da época para a atual norma ortográfica, uma vez que no período analisado (1937-1945), modificações aconteceram na língua portuguesa e preferiu-se deixar padronizada a escrita.

Tendo esse cenário em consideração, procurou-se trabalhar com as representações femininas, porém com total consciência de que as mulheres, sejam elas brasileiras ou portuguesas, iam muito além das representações das Revistas e do discurso dos regimes nos quais elas estavam inseridas. As mulheres eram agentes históricas que construía e contribuía para a sociedade em que viviam e estavam para muito além de bordadeiras ou mulheres que apenas estavam preocupadas com temáticas de beleza, moda e cosméticos.

2 AS MULHERES NO ESTADO NOVO DE VARGAS: SUBMISSAS E INSERIDAS EM UM REGIME QUE AS LIMITAVA OU AGENTES HISTÓRICAS QUE COMPARTILHAVAM DE UMA MESMA CULTURA POLÍTICA?

As análises acerca das mulheres na história podem projetar diversas interpretações, relações e correlações. De toda forma, é oportuno salientar que pensar sobre o papel das mulheres de maneira isolada dos seus contextos de atuação e de suas especificidades possibilita o risco de colocá-las à parte da história, deslocando-as de papéis e ignorando sua participação na sociedade.

No que diz respeito ao ser mulher no período Vargas, dentre as tantas formas existentes de estudar a história das mulheres, a representação feminina em revistas foi a escolhida para este trabalho. Acredita-se que entender como as mulheres – e quais mulheres – eram representadas viabiliza compreender questões políticas e sociais do período que se analisa via observação de padrões de representação. Especificamente, a gestão autoritária de Getúlio Vargas teve um discurso bem específico para as mulheres e sobre elas. Assim, analisar a publicação escolhida permite verificar a relação da mulher com a sociedade e com o regime em si, bem como o movimento contrário: a relação do regime para com essas mulheres.

Tendo em vista essas considerações, este Capítulo pretende analisar de que forma as mulheres brasileiras eram apresentadas e representadas na revista ilustrada semanal *Jornal das Moças*. O intuito é apreender como o Estado contribuiu para tal representação feminina levada a cabo na revista, bem como, paralelamente, como a revista representava o Estado. Essa investigação visa ao entendimento de qual era o papel social das mulheres, suas funções, direitos, deveres; qual era a sua aparência, o padrão de beleza, a publicidade que as atingia; quais eram os ideais de saúde ou os tópicos abordados nessa etiqueta, entre outros fatores que construía o “ser mulher” no Estado Novo, de Getúlio Vargas.

A caracterização do periódico permite pensar em seu discurso e sua atuação na construção da imagem das mulheres, por isso uma breve apresentação da revista *Jornal das Moças* é oportuna. Acredita-se que caracterizar o periódico faz com que diversas questões sejam entendidas. Saber a linha editorial, seus jornalistas, sua fonte de capital, seu público e outras especificidades possibilita uma maior clareza sobre a temática apresentada. Compreender em qual contexto histórico, político, econômico e social (regras sociais, as condutas consideradas morais, participação e papel social) a revista publicava as matérias que

publicava, permite compreender, ainda que de maneira singela, qual era o discurso para e com as mulheres. Para as mulheres, pois a revista tinha como seu público-alvo, o feminino. Com as mulheres, porque em todas as edições do periódico, cartas das leitoras eram publicadas, mostrando assim uma comunicação constante com o público em si.

Neste trabalho, não se utiliza a categoria “a mulher brasileira” por acreditar-se que as possibilidades de ser mulher são variadas e que pensar de uma maneira totalizante seria, além de simplista, homogeneizadora. Ademais, não se daria a devida profundidade e evidência de atuação histórica às mulheres. O propósito do trabalho é, pois, o contrário: salientar o quanto a revista *Jornal das Moças* não representava as mulheres em suas singularidades sejam elas econômicas, raciais, religiosas, sociais ou territoriais.

O regime autoritário de Vargas enseja no Brasil daquela época um discurso específico para as mulheres, que contribuiu de maneira significativa para a representação feminina nos mais variados âmbitos. De modo geral, houve incentivo para que as mulheres retornassem ao lar (esse lar visto como uma extensão do Estado). Assim sendo, diversas políticas foram tomadas para que elas mantivessem seus papéis intactos, quais sejam: de esposa, mãe e dona de casa. A relação das mulheres com o mundo de trabalho, a cidadania, os esportes, a Igreja; o acesso à educação, a lazer; e, inclusive, questões relativas a sua sexualidade, sempre estavam pautados na contribuição para a Nação e para o desenvolvimento do país. Outra questão é que nunca se deixava de circunscrever a mulher quanto a sua limitação ao espaço privado, tampouco se deixava de sublinhar aspectos de sua conduta moral.

Tendo em vista tais considerações, no tópico que segue, analisa-se a partir de gêneros discursivos que compõem a Revista, tais como reportagens, matérias, publicidades, informes e outros tipos de publicação, o discurso do periódico em sua relação com o contexto histórico e político do país. Essa reflexão histórico-social viabiliza pensar o papel social das mulheres veiculado na Revista para perceber a representação que era feita do que era considerado, nos padrões dos textos publicados, ser mulher à época.

A metodologia utilizada para a escolha do material a ser analisado se deu a partir de uma vasta e exaustiva verificação prévia de fontes. Foram escolhidos dois tipos de discursos: os que se mantinham recorrentes e os que apareceram pontualmente em apenas uma edição. Esse recorte é importante porque deixa ver padrões de publicação, que foram uma linha narrativa e passam a configurar imagens representativas. No montante de textos, as matérias, em sua maioria, estão relacionadas com assuntos políticos envolvendo Getúlio Vargas. As edições pesquisadas vão de 1937 a 1945.

2.1 O CONTEXTO VARGAS: ENTENDENDO AS DELIMITAÇÕES DO QUE FOI O REGIME DE GETÚLIO VARGAS

Dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas, por meio de um golpe de Estado, instituiu um regime autoritário, de forte nacionalismo, caráter anticomunista e conservador, que seria conhecido como: Estado Novo. Em seu pronunciamento no rádio, lançou um Manifesto à Nação, no qual deixava claras as intenções de gerar mudanças estruturais no país, com intervenção do Estado em diferentes áreas.

Essa nova proposição de País foi refletida em uma tradicional revista feminina brasileira, a *Jornal das Moças*, uma publicação ilustrada de circulação nacional. Na edição nº 1169, de 11 de novembro de 1937 – um dia depois do golpe de Estado praticado por Vargas –, é apresentada na Revista uma matéria falando sobre a importância da pesca no que diz respeito ao controle dos nervos, como se pode ler no trecho selecionado:

Com efeito os maridos fatigados pelos grandes esforços despendidos na luta pela vida, com a cabeça repleta de problemas, de algarismos, de inquietações, que em casa, à noite, estão sempre de mau humor e à mesa do jantar se irritam por tudo e maltratam a família, constituem um problema bastante sério. O árduo trabalho, a complexidade cada vez maior da vida moderna, os divertimentos cada vez mais numerosos e variados, martelam incessantemente os nervos e com o avançar da idade, a situação complica-se mais e mais; pior ainda quando o homem desde mocinho foi dado a uma vida desregrada. (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1169, p. 60)

No recorte apresentado, o que se vê é um texto de cunho didático, cuja função é orientar a mulher em relação ao tratamento com o marido. É sublinhado que o fato de o homem maltratar a família e apresentar-se de mau humor é um reflexo de seu trabalho fora de casa pode, que pode deixá-lo extremamente estressado.

É a partir de matérias como essa que se focaliza a revista em estudo. Pensar a representação de mundo que a Revista propunha às suas leitoras dá recursos para entender o papel da mulher à época. Muito pode ser dito a respeito de uma publicação de grande circulação que um dia após um golpe de Estado nada menciona sobre o assunto. Questões políticas, econômicas e sociais do período não foram pautas constantes do periódico, o que possibilita interpretar que o golpe que instaurou o Estado Novo varguista não foi anunciado nos encadeamentos dos discursos que circulavam, não pelo menos na edição em que consta tal excerto.

Maria Helena Capelato (2003) afirma que o golpe, apoiado pelo exército e por outros setores antidemocráticos, foi comunicado pelo rádio para todo o Brasil e, a partir dele, a

concepção de representação política e de cidadania passam a ser modificadas. Com isso, o regime autoritário que estaria se formando no Brasil, apesar de anunciado no rádio, não foi considerado pelo corpo editorial da Revista como assunto necessário para o público feminino. Segundo a autora:

A mudança política produziu um redimensionamento do conceito de democracia norteada por uma concepção particular de representação política e de cidadania; a revisão do papel do Estado se complementou com a proposta inovadora do papel do líder em relação às massas e apresentação de uma nova forma de identidade nacional: a identidade nacional coletiva. (CAPELATO, 2003, p. 110)

Quando se pensa na categoria de imprensa feminina, poderia vir à tona a ideia de uma revista cujo corpo editorial é composto por mulheres. Porém, Buitoni (1990) apresenta a imprensa feminina baseada no sexo feminino, ou seja, dirigida para as mulheres e não feita, escrita, editada ou composta por mulheres. O *Jornal das Moças* é exemplo dessa categoria.

2.2. A JORNAL DAS MOÇAS

A *Jornal das Moças* (JM), revista ilustrada do Rio de Janeiro, surge em 1914 e encerra suas atividades em 1965. Inspirada em modelos de magazines ilustrados do século anterior que, por vez, inspiravam-se em modelos franceses, a revista tem sua primeira edição publicada em preto e branco. O uso de cores em algumas páginas ocorre somente em 1934. Apesar do título do periódico ter a palavra “jornal”, *Jornal das Moças* era uma revista⁴, por isso, neste trabalho, faz-se referência como a *Jornal das Moças*, devido à concordância implícita com a palavra revista. Assim, tem-se: a (revista) *Jornal das Moças*.

A JM se apresenta para a sociedade brasileira como diferente de outras revistas existentes no período. Em sua primeira edição, com uma modelo na capa, a revista – que custava 400 réis e podia ser assinada anual ou semestralmente – afirmava que as outras revistas e magazines existentes não se preocupavam com o real interesse das leitoras, justamente a sua preocupação. Afirmava ainda que as concorrentes não passavam de álbuns de fotografias de modas, que não se preocupavam com o “cultivo de espírito de nossas gentis

⁴ Para compreender como se dava a classificação entre revistas e jornais, Buitoni (1990, p. 17) explica: “[...] jornal para cadernos sem capa dura, impressos em papel mais barato, e revistas em formatos mais trabalhados – capa dura, miolo em papel melhor, geralmente com mais fotos. Não existe só essa diferença material: geralmente, o conteúdo é tratado de modo diverso. No passado, o termo revista relacionava-se mais com o conteúdo do que com o formato, pois, na prática, era difícil distingui-la dos jornais pelo aspecto visual”.

patricias”, tampouco se ocupava dos conhecimentos mundanos. Nesses termos, a função da Revista era deleitar o espírito da mulher brasileira. (JORNAL DAS MOÇAS, 1914, ed. 1)

A ideia de ser a única revista que auxiliava as mulheres, que trazia conteúdos que realmente interessavam às leitoras, que conseguia ir para além da moda pela moda, do consumismo, e que se preocupava com questões morais e com o prazer das leitoras, viabiliza construir a interpretação de que a propaganda da revista tentava trabalhar com conceitos mais subjetivos das leitoras. Se as outras revistas mostravam somente moda e estavam ligadas somente às questões estéticas, a revista *Jornal das Moças* preocupava-se também com questões relacionadas ao intelecto feminino e aos conhecimentos importantes para o dia a dia, tornando-se assim não somente uma revista de moda, mas sim uma conselheira das leitoras, necessária no cotidiano.

Anne Higonnet (1991) apresenta que as revistas voltadas para o público feminino ganharam popularidade a partir de 1830 e que, embora algumas fossem mais centradas em moda ou em afazeres domésticos, todas compartilhavam de uma fronteira da feminilidade tradicional. Para ela, as revistas, de modo geral:

Com imagens e com palavras, defendem e louvam os valores ligados ao aperfeiçoamento cosmético, à heterossexualidade e à família. [...] As leitoras são exortadas a melhorar a sua aparência física, a exprimir a sua individualidade, a gerir os seus lares de modo mais eficiente, mais económico e com mais amor, e a triunfar sobre a adversidade. A leitora das revistas femininas é encorajada a dominar a sua situação pessoal – mas não a pô-la em questão. (HIGONNET, 1991, p. 418)

Com isso, pode-se pensar que, apesar de tentar se mostrar de maneira diferente de outras revistas e magazines do período, a *Jornal das Moças* não modificou estruturalmente, com o seu discurso, o papel social estabelecido para as mulheres no Estado Novo porque ainda entendia a mulher no viés de percepção tradicional, embora, segundo sua própria intitulação, tinha o escopo mais amplo que as publicações da época.

O periódico circulava em todas as capitais brasileiras, sendo, portanto, um dos principais veículos de comunicação para o público feminino. Com temáticas sobre decoração do lar, receitas culinárias, manutenção do casamento, sociedade e elite do Rio de Janeiro, noções de higiene, dicas de relacionamentos, a Revista perpetuava o caráter conservador do período na representação das mulheres. Entre tantas informações apresentadas em sua tese, Almeida (2008) aponta que uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Opinião e

Estatística (IBOPE), em 1945⁵, colocava a JM como a 8ª revista mais lida no país. Dentre as revistas focadas no público feminino, ficava atrás somente da revista *A Cigarra*.⁶

Com uma média de 50 a 70 páginas por edição⁷, trazia em sua capa modelos ou atrizes de cinema, muitas vezes hollywoodianas. Em seu início, com desenhos semelhantes a croquis de moda, as capas demonstravam mulheres esguias e magras, com roupas elegantes de inspiração europeia. O padrão de beleza socialmente aceito é perceptível na análise das fontes. O modelo de corpo idealizado como correto foi sempre o magro e, em diversas matérias, há dicas de como cuidar do corpo referindo-se ao padrão estético estabelecido no período.

Em fevereiro, era comum as edições temáticas, com capas que traziam fantasias de carnaval. As mulheres eram desenhadas nas capas até o ano de 1940, quando fotografias substituíram as ilustrações.

A Revista viveu diferentes períodos econômicos e políticos da sociedade brasileira e isso pode ser percebido de diferentes formas. As edições de 1941 a 1945 foram impressas em “papel jornal”, porque possuía um custo menor. Esse fato pode ser justificado por consequência da Segunda Guerra Mundial, quando houve aumento do preço do papel impresso. (ALMEIDA, 2008) A Era Vargas, apesar de seu caráter autoritário, da fiscalização e da censura do período, permitiu um maior avanço dos meios de comunicação via acesso a impressos, uma vez que “as políticas de industrialização e de melhorias nas condições sociais das classes trabalhadoras e das camadas médias auxiliaram a reforçar a imprensa, ao permitir uma ampliação do mercado consumidor” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.87).

A *Jornal das Moças* tinha o corpo editorial formado majoritariamente por homens. Produzido pela oficina e editora de mesmo nome, “Empresa Jornal das Moças – Menezes, Filho & C. Ltda”, a direção e a edição eram de responsabilidade de Álvaro Menezes e Agostinho Menezes. O fato de ser uma revista dedicada ao público feminino sendo editada e dirigida por homens traz à tona a discussão acerca da importância do corpo editorial de um veículo de comunicação, pois é ele que dará forma à revista. Além da linha editorial, os anunciantes, as pressões políticas e o contexto político-econômico modificam, formatam e

⁵ Pesquisas anteriores não são localizadas, uma vez que o IBOPE foi criado em 1942.

⁶ Fundada em 1914, por Gelásio Pimenta, era quinzenal e trazia uma variedade grande de conteúdos, contando com a contribuição de intelectuais como Amadeu Amaral, Vicente de Carvalho, Olavo Bilac, Menotti Del Picchia, entre outros. Nos primeiros anos da década de 1930, Assis Chateaubriand comprou o direito da revista e passou a ser proprietário. Para maiores informações sobre a revista, indica-se ALMEIDA (2015).

⁷ Algumas edições, normalmente a edição de natal e troca de estações, podiam ter um número maior, chegando a mais de 100 páginas.

alicerçam os veículos de informação⁸. Quem faz determinada publicação? Para quem ela é direcionada?

Com colaboradores profissionais como jornalistas e literários, a JM recebia também contribuições das próprias leitoras. Com colunas destinadas a poemas, cartas, contos e piadas, o leitor, ao possuir espaço na publicação, transformava-se em enunciador. De qualquer maneira, de modo geral, as representações do universo feminino eram delineadas por uma trama de entretenimento, informação, traços didáticos que visavam a orientar posturas e comportamentos, bem como a “formar” mulheres a partir de regras sociais impostas explícita ou implicitamente. Os padrões dominantes e os modelos femininos, consolidados no início do século XX, foram reforçados na imprensa, em especial na Era Vargas. A Revista não escapou a essa representação.

Com uma média de 18 mil páginas, entre os anos analisados de 1937 a 1945, duração do Estado Novo brasileiro, diversas publicidades são feitas. Entre elas, a esmagadora maioria se refere a cosméticos, remédios e boutiques. Buitoni (1990) explica que o sistemático processo de industrialização do país durante o Estado Novo desenvolveu o crescimento da publicidade e a ideia de utilidade passou a se referir a tudo que envolvesse o consumo para o lar. Como consequência, a Revista passa a publicizar diferentes artigos para casa e objetos supérfluos tornam-se úteis. “As mulheres eram mostradas como estando completamente dependentes dos produtos comerciais para levarem a cabo as tarefas domésticas, atraírem os homens, educarem os filhos ou conseguirem aceitação social.” (HIGONNET, 1991, p. 409).

De modo geral, a Revista era consumida por um público com capital cultural⁹ e econômico significativo. As publicidades nela presentes permitem considerar que as leitoras da JM possuíam condições de adquirir os produtos ofertados. Uma pesquisa feita pelo Censo

⁸ “Verifica-se, assim, uma competição ideológica desigual, pois a mídia atua em grande parte no sentido de influenciar direta ou indiretamente o público para a manutenção, aprovação e reiteração da estrutura sócio-econômica vigente”. Isso advém, sobretudo, de seu caráter de empresa privada, cujo lucro é a principal razão de ser. A dependência dos anunciantes – grandes corporações industriais, financeiras e de serviço – e a vinculação de seus dirigentes a grupos políticos e econômicos submetem os meios de comunicação ao domínio da classe. (GOULART, 1990)

⁹ “O mundo social pode ser concebido como um espaço multidimensional construído empiricamente pela identificação dos principais fatores de diferenciação que são responsáveis por diferenças observadas num dado universo social ou, em outras palavras, pela descoberta dos poderes ou formas de capital que podem vir a atuar, como azes num jogo de cartas neste universo específico que é a luta (ou competição) pela apropriação de bens escassos... os poderes sociais fundamentais são: em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos.” (BOURDIEU, P. apud SILVA, 1995, p. 25).

Demográfico¹⁰ de março de 1951 mostra que 52% da população ainda era analfabeta.¹¹ Isso leva à dedução de que a parte letrada da população que tinha acesso à Revista pertencia a uma elite. Entretanto, pode-se pensar também que eram utilizadas imagens, principalmente nas colunas de modas, apresentando moldes de roupas para justamente ampliar o acesso das demais camadas da população feminina: a não alfabetizada. Deve-se considerar que as mulheres analfabetas também consumiam, tanto a Revista quanto os produtos nela anunciados, daí a esmagadora maioria de publicidade era feita de maneira ilustrada.

2.3 ESTADO NOVO

Durante a década de 1970, o estudo sobre o Estado Novo varguista recebeu atenção dos cientistas sociais. O distanciamento dos historiadores com esse tema de pesquisa se deu por dois fatores: o distanciamento histórico que era considerado necessário para analisar um período e pela história política ser considerada demasiadamente ligada aos fatos. (CAPELATO, 2007)

Se na década de 70 havia fatores que contribuíam para que o Estado Novo não chamasse atenção dos historiadores, nos anos 80 o contexto histórico colabora para uma inversão de interesse. É na mesma década que a abertura política que o Brasil viveu contribui para que os historiadores voltem suas pesquisas para o Estado Novo e não somente aos anos 30, como anteriormente. Além da mudança política, a historiografia ao se modificar, possibilitou um novo olhar sobre o período de 1937 a 1945. A história política e a história do tempo presente fizeram com que períodos históricos mais próximos fossem analisados igualmente.

Se antes havia somente a atuação do Estado e as elites como análise do período, é durante a década de 1980 que outras camadas sociais passaram a ser vistas como agentes históricos na pesquisa histórica. Conforme Capelato:

¹⁰ Pelos dados do Censo Demográfico de março de 1951, a população brasileira era então de 51.944.397 habitantes. A população em idade escolar, de 5 a 9 anos, era de 7.015.527. O número de matrículas no ensino primário totalizava 5.175.887. O Censo mostra mais: o número total de matrículas em todos os graus de ensino somava 6.118.842. Esse número considera todos os níveis, do primário ao superior, para uma população em idade escolar (de 5 a 19 anos) de 18.826.409. A taxa de analfabetismo era da ordem de 52%. (BOMENY, s/a, CPDOC)

¹¹ Apesar da pesquisa se tratar do ano de 1951, é válido lembrar que a reforma de Capanema (reforma educacional que criou o ensino secundário e a reforma universitária, que resultou na criação da Universidade do Brasil) ocorreu somente no ano de 1942. Portanto, a porcentagem de analfabetos da década de 1930 – 1940 não era muito diferente da porcentagem de 1950.

Os historiadores brasileiros motivados pela discussão que atribuiu enorme importância ao conhecimento histórico do tempo presente passaram a encarar, com maior segurança, a possibilidade de contribuir, partindo de novas abordagens, para melhor compreensão dos períodos mais recentes. Nesse contexto, inserem-se os últimos estudos sobre o Estado Novo. (CAPELATO, 2007, p. 191)

O livro *Estado Novo: ideologia e poder*, de autoria das pesquisadoras do CPDoc, Lúcia Lippi, Mônica Velloso e Ângela de Castro Gomes, publicado em 1982, foi um marco na historiografia sobre a temática e contribuiu de maneira significativa no desenvolvimento de outras pesquisas relacionadas ao assunto. Na obra citada, Lippi alega que uma “pá de cal” fora jogada sobre a temática por ser considerado um período de exceção. (OLIVEIRA, 1982, p. 7) Na obra, as autoras analisam os pressupostos ideológicos e a proposta doutrinária do regime estado-novista.

Mônica Velloso apresenta que a participação dos intelectuais durante o Estado Novo na construção de uma base doutrinária para com a população fez-se a partir da ideia de que o liberalismo causaria danos morais, econômicos e políticos na sociedade colocando em risco a nacionalidade brasileira, uma vez que esse sistema de ideias não se encaixava na realidade do Brasil. A autora faz críticas sobre a utilização do conceito de “totalitarismo”, alegando que o regime varguista não era monolítico quanto parecia (GERTZ, 1991). Para tal, Velloso apresenta um estudo em que mostra duas revistas com posicionamentos diferentes e ambas contavam com apoio do regime.

Maria Helena Capelato faz uma profunda pesquisa sobre trabalhos que trataram do Estado Novo em suas mais diversas possibilidades até os anos 80. Em sua obra *Estado Novo: novas histórias* capítulo do livro *Historiografia brasileira e em perspectiva*, organizado por Marcos Cezar de Freitas, a historiadora afirma que a bibliografia sobre o período está dividida em três linhas: a política trabalhista como obtenção da luta da classe trabalhadora, a autonomia do Estado na condução de processos históricos e a linha que afirma haver uma relação do processo com os interesses da indústria. (CAPELATO, 2007) A autora traz para o debate o historiador René Gertz, que critica essas linhas por falta de embasamento e de fontes primárias. O autor não nega a importância dos textos e os debates gerados graças a eles, porém a falta de dados mais recentes e de fontes faz com que muitas lacunas permaneçam abertas.

Ângela de Castro Gomes, em sua obra traz *História e Historiadores*, traz o debate de quando, como e por que a ideia nacionalista ganhou sustentação no regime varguista. Para tal análise, utiliza como fonte a revista *Cultura Política* e o jornal *A Manhã* por se tratarem de espaços nos quais a doutrina estado-novista era divulgada.

Em diversos países, na Europa principalmente, os regimes de direita¹² e extrema direita surgiram rapidamente. Assim, movimentos antifascistas vinculados a partidos comunistas formavam frentes a fim de combater o fascismo. Em 1922, surge o Partido Comunista Brasileiro, formando a frente antifascista brasileira, que veio a se tornar a Aliança Nacional Libertadora (ANL), com direção de Luis Carlos Prestes. A esquerda brasileira vê na ANL uma possibilidade de concretizar seus ideais e Vargas uma possibilidade de fortalecer seu poder. Em contrapartida, surge, em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de caráter fascista que contava com a direção do intelectual Plínio Salgado¹³. A polarização ideológica do período que precede o Estado Novo se fez cada vez maior, possibilitando – entre outros fatores – o golpe de estado que ocorreu em 1937.

A Intentona Comunista de 1935 era o que Vargas precisava para determinar, através de um decreto, o fechamento da ANL, a prisão de seus membros e o regime autoritário que estava surgindo no Brasil. Em 1937 é a vez da AIB passar a ter suas atividades de maneira clandestina tendo seus direitos, enquanto movimento, caçados por Vargas.

O Congresso foi invadido pela polícia e parlamentares foram presos, o atual presidente ainda teria de disputar as eleições em 1938, porém o pleito não ocorreu. O Plano Cohen – que Vargas utilizou para justificar a intervenção que faria – que seria de origem comunista, com intuito de assassinar líderes de oposição para que a revolução fosse realizada era, na verdade, uma invenção da AIB para exemplificar o que aconteceria caso os comunistas tomassem o poder. Vargas, aproveitando-se da situação, lança na rádio e nos jornais a ameaça comunista e pede ao Congresso que um estado de guerra fosse implantado. O Congresso, por sua vez, aceita e permanece fechado. O golpe estava a dois passos.

No dia 10 de novembro de 1937, o presidente Vargas anuncia um novo momento na política brasileira e proíbe os partidos políticos: estava, pois, instaurado o Estado Novo. (FAUSTO, 2002) Na edição do dia 11 de novembro¹⁴ do mesmo ano, a matéria que foi assinada pelo Serviço de divulgação da polícia do distrito federal e por Filinto Muller¹⁵ alerta para cartas, relatórios e outros documentos, encontrados após o “golpe comunista de novembro”, na sede do Partido Comunista do Brasil. A matéria afirmava que uma

¹² BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 1994. São Paulo: UNESP.

¹³ Para maior conhecimento sobre o intelectual, indica-se: GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. Tese de Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹⁴ Devido à digitalização feita, diversas palavras são inlegíveis, porém o contexto da matéria é compreensível.

¹⁵ Foi um militar e político que participou de diversos momentos políticos do Brasil. Ficou conhecido por ser chefe da polícia política de Vargas, as torturas que efetuava e a participação no caso da judia alemã e comunista Olga Benário.

averiguação seria feita, entretanto as instituições básicas de organização social corriam perigo pelos agentes da Komintern¹⁶. O material apreendido documentava, segundo a polícia, uma possível organização em toda a América Latina, bem como uma envergadura comunista no Brasil. O perigo era tamanho que era extremamente necessário que o governo procedesse dentro de um plano estratégico de caráter nacionalista, a fim de proteger a pátria. (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1169, p. 65)

Entretanto, na revista *Jornal das Moças*, o primeiro editorial em que apareceu a expressão “Estado Novo” ocorre em 1940 na edição de número 1.316, sob o título “Independência – Estado Novo”, fazendo uma alusão à Independência do Brasil, visto que essa edição é do dia 5 de setembro. O governo varguista é apresentado como a maior composição poética (rapsódia) de todos os tempos, política e civilmente. O sacrifício humano que o chefe de Estado fez para que houvesse uma pátria ideal para o bem comum, juntamente às suas renúncias pessoais, levadas a cabo pelo interesse coletivo, são vistos como sublimes.

O Brasil, na publicação, é representado como um rompante em relação ao passado para que, desse novo processo, fosse possível surgir uma civilização do amanhã. Para tanto, como é apresentado na JM, permite que seja projetado o ideal de homem novo que o regime tanto promoveu. O homem novo surgia junto ao desejo de rompimento com o passado para um país, enfim, moderno a partir do projeto de governo de Vargas, que teve como alicerce a ideia modernista no seu âmago. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1.316, p. 11)

Getúlio Vargas, visto como o homem que surgiu junto ao sentimento de nacionalidade que formaria o Estado Novo, é apresentado como uma possibilidade de salvação à população brasileira que, conforme a Revista, estava cansada de “espezinhamentos da sua liberdade e de zombarias aos seus direitos mais elementares.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1.316, p. 11). A compreensão do periódico do que seriam os citados direitos elementares não fica clara, porém é válido lembrar que o Estado Novo varguista foi uma ditadura com diferentes censuras tanto no público, como no privado. O regime autoritário não permitia resistências e toda e qualquer crítica ao governo era silenciada.

O Estado Novo era visto como uma obra de inspiração, um guia, feito para gerar consciência na população, além de levar a ideia de patriotismo até os corações das pessoas. O orgulho que Vargas dava aos seus “filhos brasileiros” fez com que o país se integrasse de maneira singular e, dessa forma, “o Brasil canta entusiasmado arrancando do próprio coração a voz de todos os seus filhos”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1.316, p. 11)

¹⁶Também conhecida como a Terceira Internacional, organização fundada por Lenin para unir as pautas dos partidos comunistas de todo o mundo.

A Revista pede que a população tenha fé no Estado que a regia, uma vez que era ele que faria o Brasil mais brasileiro. Suas publicações ainda afirmam que a América como um todo se sentia representada pelo chefe da nação e se sentia “partilhando do nosso júbilo e comungando conosco da hóstia branca da paz e da concórdia.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1.316, p. 11).

A imagem de Vargas, estrategicamente criada pelo DIP, era a de um mártir, um salvador, o homem que poderia levantar a nação brasileira e, com isso, fazer seus filhos terem orgulho do seu país. Esse nacionalismo era uma preocupação constante durante o Estado Novo. Além de matérias como a citada, fotografias em que o presidente é visto com a população eram frequentes nas páginas de diversos impressos, inclusive na JM. A ideia de construir um imaginário de Vargas como líder de uma nação em crescimento era o objetivo. Essa imagem pretendia um líder com traços humanos, próximo da população. Ela também projetava que o ideal de sua relação quase que pessoal com o público era extremamente disseminada durante o regime.

A construção do perfil popular de Vargas ganhava respaldo. A quantidade de cartas que o presidente recebia era tão significativa que foram utilizadas inclusive para diversos trabalhos acadêmicos¹⁷. Ele era visto como a personificação do Estado, do povo e da nação. Com isso, sua penetração tanto em espaços públicos como privados crescia, ele era tomado como ideal de representatividade de diversificados papéis sociais. “Nesse instante, o chefe da nação passava a ser patrão, pai, marido fiel; o que colocava a mulher à sombra da História do Brasil Contemporâneo, sobretudo quando se trata de sua imagem ou participação como cidadã, nos anos 30 e 40.” (NAHES, 2007, p. 52).

¹⁷ FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**. _____. O imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Figura 1- Getúlio Vargas



Fonte: JORNAL DAS MOÇAS, 1938, ed. 1196, p. 19.

Medidas populistas contribuíram para a imagem de Vargas. O seu regime foi responsável pela criação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e com elas a criação do salário mínimo, jornada de oito horas, férias, previdência social, descanso semanal e a carteira de trabalho. Desse modo, Getúlio Vargas ficou conhecido como o “pai dos pobres”. Maria Helena Capelato apresenta que a cidadania estava diretamente relacionada ao trabalho porque:

O regime alardeava os benefícios da nova cidadania introduzida pelo regime – a cidadania do trabalho. Era considerado cidadão quem trabalhava, e a carteira de trabalho assinada era o documento de identidade mais importante. No entanto, o número de desempregados era muito alto; estes se sentiam, além de marginalizados do mercado de trabalho, excluídos da condição de cidadania. (CAPELATO, 2003, p. 122)

A figura que segue mostra uma manifestação popular em homenagem aos feitos do então presidente.

Figura 2 - Manifestação popular em homenagem a Getúlio Vargas



Fonte: JORNAL DAS MOÇAS, 1938, ed 1196, p. 28

No projeto do Estado Novo, em relação especificamente à construção de uma imagem do ser mulher, havia o entendimento de que a mulher tinha de retornar a seu papel de senhora do lar, atuando como gestora da casa e sendo responsável pelo bem-estar da família. Se o projeto pedagógico varguista teve como ideal o retorno da mulher ao lar e seu espaço limitado ao privado, como seria ela uma cidadã nos moldes do que se entendia como sendo um cidadão àquela época?

Conforme Capelato (2003), o sistema que se apresentava ensejava a mistura das esferas profissionais e pessoais a partir da ideia de cidadania do trabalho, ou seja, o cidadão é o trabalhador e a carteira de trabalho seu principal documento. Isso permite pensar que a mulher que não trabalhava não estava inserida na sociedade como uma cidadã brasileira. O que ela era? Se a função feminina na sociedade não era desenvolvendo industrial ou economicamente o país e, sim, dentro de casa, qual era o seu papel?

Assim, o período Vargas instituiu um complexo esquema em que há o paradoxo de que para ser cidadão era necessário ser trabalhador e, por outro lado, o Estado desejava que as mulheres fossem as gestoras do lar. Nesses termos, o que se tem são dois papéis: o trabalhador cidadão e a mulher gestora da casa. O primeiro tinha de desenvolver economicamente o país; a segunda era responsável por propagar os ideais estado-novistas em

seu lar. Ambos tinham de contribuir, cada qual a sua maneira, para que o país se desenvolvesse.

Em 1937, a matéria “A mocidade não é campo de experimentação social” publicada na *Jornal das Moças* apresenta que os Partidos Comunistas do mundo todo estão cooptando jovens a largarem seus estudos e contribuírem com a “propaganda vermelha”. Apesar disso, graças ao cuidado que as autoridades possuem com a nação, a família brasileira ainda não havia sido afetada pelo comunismo. “O presidente Getúlio Vargas, animado de um alto espírito de patriotismo e compreendendo que a defesa do espírito sadio da mocidade depende o futuro da raça, teve de afastar do magistério vários mestres que traíam seus deveres e compromissos.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1.175, p. 72). A censura de Vargas fica nas entrelinhas da matéria: professores afastados de seus cargos por serem considerados um perigo à nação. O autoritarismo varguista é visto como patriotismo para a JM: Vargas é o futuro certo para o país.

Das edições analisadas para esta pesquisa, a matéria a seguir foi uma das maiores em termos de extensão. Ocupando uma página inteira, com o título em fonte de destaque, o discurso do presidente foi exaltado e elogiado pelos editores, como é possível ver no trecho:

Estamos na manhã de um novo dia – foi uma das frases do brilhante discurso que o Dr. Getúlio Vargas pronunciou, em S. Paulo, por ocasião da instalação do 3º Congresso Algodreiro. O Brasil entra na sua fase áurea de progresso pelo esforço e capacidade [sic] do chefe de governo e seus auxiliares. E, agora, mais do que nunca, temos precisado de homens que sonhem e dirijam os destinos do Brasil com o suor de legítimos brasileiros, como o tem feito nosso atual presidente. Parece, a princípio, não caber numa revista feminina, como a nossa assuntos como estes. Mas, agora, precisamente, que todos nós brasileiros devemos saber que, sendo a nossa pátria um rincão de fertilidade, mais do que nunca se torna preciso o conagraçamento de todas as forças, no sentido de elevar bem alto o nome do Brasil, para que ele possa figurar junto das maiores nações do mundo. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, edição 1238, p. 11, grifo nosso)

A primeira questão a se problematizar a partir da citação é a menção de que uma revista feminina não é lugar para discussões políticas. Isso pode estar em contradição com a primeira edição da *Jornal das Moças* em que era informado que a publicação tinha o diferencial de dar pressupostos variados para o público, indo além de moda e de amenidades. Outra questão é que a matéria fora publicada porque era momento de contar com “todas as forças”, dando a entender que as mulheres somente são convidadas a pensar questões como essas em momentos nos quais é preciso a soma de forças, notadamente um caráter utilitarista da mulher.

Se o discurso de Vargas era de retorno da mulher (ALMEIDA, 2008) ao lar, a Revista corrobora com isso em muitas de suas publicações. No trecho citado, especificamente, há o ensinamento de que forma as mulheres podem contribuir para o progresso do país moderno que o Brasil está se tornando graças ao regime: a mulher contribui sendo soma de forças. Cabe às mulheres cooperar no espaço privado para tal desempenho do país.

A JM ao afirmar que a temática política poderia não estar presente em revistas femininas, reforça que a presença do texto com tal teor lá se encontra porque se trata de um momento único e não uma constante na conjuntura da publicação – e do País. Isso permite pensar que a política não era um assunto feminino, mas tornou-seno momento em que houve necessidade de soma de forças. Dessa interpretação duas questões surgem: que as mulheres durante o Estado Novo não deveriam se envolver em temáticas como essa, porém, quando o Estado considera importante, elas devem ser convocadas. Assim, as mulheres são integradas à pauta somente quando convém.

A figura do chefe de governo com esforço para tal feito pode levar a crer que o posicionamento da Revista em análise era, além de favorável ao regime, bastante conservador. A ideia de “pátria um rincão de fertilidade” é relacionável com o discurso de exaltação da pátria, sempre presente nas falas de Vargas. A ideia de fertilidade era a metáfora para o desenvolvimento econômico do país. Concretamente, é durante o Estado Novo que o investimento em infraestrutura foi mais intenso. A Companhia Siderúrgica Nacional, criada em 1940, a Vale do Rio Doce, em 1942, e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco em 1945, demonstram a intenção do regime em promover a economia brasileira. Aliados à divulgação dos feitos de Vargas, a Revista publica matéria jornalística que permite ver o regime varguista como promotor de uma ascensão nacional, como se pode ler no trecho que segue:

Ferro, petróleo e carvão era do que necessitava o Brasil. O esforço titânico do chefe da nação, que, como um herói, não desfaleceu um só momento, provou que o Brasil com toda a sua grandiosidade, com todo o seu esplendor de natureza privilegiada, não podia deixar de ter nas entranhas de suas fertilíssimas terras os elementos que consagravam outras plagas. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, edição. 1238, p. 11)

Nesse trecho, pode-se perceber a exaltação dos recursos naturais brasileiros, bem como a exaltação da figura do presidente. Assim, cria-se um paralelo de que há, naquele momento, uma pessoa à altura do país, alguém com capacidade de aproveitar os recursos nacionais para que o Estado desenvolva-se em face de suas potencialidades. Nesse contexto, segundo a Revista, Vargas é o herói que “prova” que o Brasil pode vencer.

A concepção de modernização, desenvolvimento e proximidade com o povo era uma constante no alicerce do imaginário popular. Além da criação dos órgãos já citados, o governo voltou as atenções ao mercado interno, acabou com os impostos entre os estados, estimulou a indústria, diminuiu a importação para consumo interno do país, instituiu isenções para importação de bens de capital etc. Todas essas estratégias fizeram com que o setor industrial se desenvolvesse de maneira significativa. A Revista sublinha em suas publicações todos os feitos de Vargas, como é possível ver no trecho que segue:

Mas, o papel do Brasil está definitivamente marcado no conjunto das nações, principalmente entre os países deste continente, onde há de romper florindo para o mundo a civilização de amanhã. Um Homem surgiu. De par com o Homem, o Esperado da nacionalidade, surge o Estado Novo. Evento mais feliz não poderia aguardar o povo cansado de espezinamentos da sua liberdade e de zombarias aos seus direitos mais elementares. A obra desse Homem — inspiração e guia, alertando a consciência e levantando o coração da Pátria — fala diretamente da situação privilegiada em que das nações — qualquer que seja o ângulo em que nos situemos para encará-la — e exonera-nos, conseqüentemente, de tudo quanto se pretenda tomar para mostrar que o seu governo integrou o Brasil na posse de si mesmo, dando aos seus filhos o orgulho de serem brasileiros. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1316, p. 11)

As afirmações sobre o surgimento de um homem fazem crer que Vargas é o novo, o nunca antes visto, o inigualável, aquele que resgata a nação. Essa imagem de herói é reforçada em cada pauta. Essa exaltação cria pressuposto para que a população acredite, confie e seja condescendente com suas atitudes porque “a obra desse Homem” é um guia que conscientiza e alerta.

As mulheres no Estado Novo tiveram também sua educação diferenciada dos homens. O Decreto-lei 3.200, de abril de 1941, assinado por Vargas dizia que:

Devem ser os homens educados de modo que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa. (p. 20)

Vê-se nesse pronunciamento a ênfase nos papéis tradicionais, nos quais a mulher é a gestora da casa e a cuidadora da prole. O homem é, pois, o provedor e o chefe da família. O Estado Novo, nesses termos, propunha uma imagem de família tradicional.

Um Decreto anterior, de número 3.199, já estabelecia um padrão de comportamento para as mulheres. A partir dele, Vargas utilizou de seu autoritarismo e proibiu a prática do futebol feminino. O imaginário do futebol como um esporte exclusivamente masculino surgiu

antes do governo de Vargas, porém é a partir dos anos 30 que a participação feminina começou a ser severamente criticada. As mulheres deveriam praticar esportes que fossem considerados adequados para o seu sexo e o futebol não fazia parte disso. A lógica de que todas as mulheres eram ou seriam mães era usada como justificativa para a proibição. Além do futebol, o halterofilismo e todas as lutas eram consideradas inapropriadas às mulheres pelo regime.¹⁸

2.4 DIP E O JM

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 por Vargas, reunia todos os serviços de propaganda e publicidade do governo. Os ministérios e setores de administração pública federal passaram a ser executados somente pelo DIP, que organizava também as homenagens e promoções pessoais, tanto dos familiares do chefe de governo como também das autoridades de seu regime. Nesses termos, o DIP tornou-se órgão máximo de repressão de liberdade de expressão do período.

No decreto que originou o departamento foi apresentado que seus objetivos eram coordenar a propaganda nacional interna e externamente; organizar os serviços de turismo; fazer a censura do teatro, do cinema, dos esportes, do rádio, da literatura, da imprensa; estimular a produção de filmes educativos; colaborar para que a imprensa estrangeira divulgasse as informações corretamente¹⁹ a respeito do Brasil; promover e organizar manifestações cívicas e festas populares com caráter patriótico²⁰ e exposições sobre o governo. O DIP pode ser pensado como o *modus operandi* do Estado Novo, como apresenta Silvana Goulart (1990), pois ele demonstra como Vargas e seu governo posicionaram-se em relação à sociedade, à economia e à imprensa. Analisar a obra do DIP permite perceber que esse departamento fora usado como ferramenta para difusão do projeto político-ideológico estado-novista com a criação de uma base social legitimadora das propostas e das intervenções estatais, seja no âmbito privado ou público.

¹⁸ Para maior compreensão do tema, indica-se MOURA, Erisberto José Lessa de. **As relações entre lazer, futebol e gênero**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: [s.n], 2003.

¹⁹O que o governo de Getúlio Vargas entendia como correto.

²⁰ A obra de Maurício Parada “Educando Corpos e Criando a Nação - Cerimônias Cívicas e Práticas Disciplinares No Estado Novo” analisa a cultura cívica desenvolvida durante o Estado Novo a fim de promover a nação. Datas como Dia de Tiradentes, Dia do Trabalho, Semana da Pátria, Dia da Juventude, Hora da Independência entre outras são analisadas cada uma com seus temas e públicos próprios, criando assim uma nova cultura política guiando a nação para a modernidade desejada por Vargas.

As atividades do DIP eram divididas em cinco: divulgação, rádio, teatro, cinema e imprensa. Cada uma com sua função estabelecida permitiam que o órgão desenvolvesse suas complexas tarefas. A divulgação tinha como atividades principais a explanação da opinião ideológica do governo e o combate a ideias “desviantes”, como o comunismo (o Estado Novo em especial possuiu diversas políticas de combate à ideologia comunista e suas ramificações teóricas e valorativas)²¹. A divisão do rádio, por sua vez, tinha como função principal levar à população brasileira e estrangeira notícias e informações sobre as atividades do governo em diferentes esferas. Além disso, fazia a censura de programas radiofônicos e era responsável pelo programa a *Hora do Brasil*²². Em 1942, a divisão de rádio já havia proibido 108 programas de rádio e 373 músicas, a grande maioria carnavalesca. (LEVINE, 2001)

A divisão do teatro e do cinema ficava responsável pela censura ou autorização de filmes e peças teatrais em todo país e também tinha a incumbência de publicar no Diário Oficial a lista de filmes e peças censurados. A divisão tinha como intuito fomentar as empresas nacionais a produzirem filmes, o que levou à criação do Cinejornal brasileiro²³, que era distribuído em todo país com o objetivo de exibir temáticas nacionais. De importância singular, a divisão da imprensa, por sua vez, existia com o objetivo de censurar a imprensa, contava com uma estrutura que possibilitava ao DIP um acesso aos mais variados periódicos do período.

O controle dos meios de informação era tamanho que o jornal *O Estado de São Paulo* esteve vários anos sob controle do regime. Os jornais que andassem na contramão do governo tinham as tiragens queimadas e os diretores dos jornais eram pressionados pessoalmente para que publicassem o que era desejado pelo departamento (LEVINE, 2001). A liberdade de expressão pertencia ao passado. “O DIP foi, portanto, o resultado dessa tendência progressiva à qual correspondia à ascensão do autoritarismo e da centralização de poderes pelo Estado.” (GOULART, 1990, p. 13).

²¹ MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**.

²² Vargas utilizou frequentemente o programa radiofônico para se comunicar com a população. Levine (2001) apresenta que as datas mais importantes, como o 1º de maio e o 7 de setembro, ganhavam atenção especial do governante. A *Hora do Brasil* era um compilado de informações, notícias, música, dicas de educação para os filhos, trabalho e qualquer assunto que fosse do interesse do regime.

²³ Nos anos de 1930 e 1940, o cinema era uma atração extremamente forte no Brasil, em especial para as classes mais abastardas. Era também, a partir do cinema, que a população recebia notícias, informações, tendências de outros países, sendo os Estados Unidos o país com mais destaque e sobre o qual a população brasileira tinha mais curiosidade e interesse. O cinema e a música estadunidense se faziam constantes no cotidiano do país. É também a partir do cinema que o Brasil vai ser “apresentado” ao resto do mundo, principalmente com a figura de Carmen Miranda. Para maior compreensão da relação do Brasil com os Estados Unidos a partir do cinema, da identidade nacional e da figura de Carmen Miranda, indica-se: GARCIA, Tânia da Costa. **O it verde e amarelo de Carmen Miranda**. São Paulo: Annablume, 2004.

No ano de 1940, a edição 1.282²⁴ da *Jornal da Moças* traz uma matéria falando sobre a extinção do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, juntamente com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, que ficaria sob a responsabilidade do jornalista e político Lourival Fontes até 1942. A criação do DIP foi elogiada na Revista já que “ninguém pode negar o acerto do Sr. Getúlio Vargas criando o novo Departamento a que ficam desde já afetos os serviços de Imprensa Divulgação, Turismo, Radio, Cinema e Teatro”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1282, p. 55) A figura de Lourival Fontes era conhecida no período por sua atuação política e também foi colocada como uma escolha certa, conforme citação da época:

Foi igualmente feliz a escolha do Sr. Lourival Fontes, em face não só da sua brilhante folha de serviços prestados ao Estado e ao regime, como ainda das grandes faculdades intelectivas e da invejável capacidade de trabalho que o inculcam como o homem talhado — poder-se-ia dizer sob medida — para aquele posto de confiança, no qual muito se pôde esperar do seu largo descortino e das múltiplas reservas do seu talento privilegiado. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1282, p. 55)

Uma vez que a revista *Jornal das Moças* faz parte da imprensa e essa imprensa era controlada e, muitas vezes aparelhada pelo Estado, pode-se concluir que ela tinha estabelecido em sua política editorial um veículo de propagação ideológica, mesmo não sendo estatal. Como o Estado Novo era caracterizado pelo controle das informações que a população recebia, assegurando o domínio cultural do país, o controle social, as publicações permitidas estavam, nas entrelinhas, salvaguardadas pelo controle de repressão. Isso significa dizer que suas publicações estavam dentro dos parâmetros exigidos pelos órgãos de censura da época – o que implica um recorte seletivo das informações às quais o público tinha acesso vide a circulação dos conteúdos permitidos pelo Estado.

Como se pode ver na citação, o DIP associava o governo do Brasil à figura pessoal de Vargas. A Revista era um grande palco da projeção da imagem do presidente e de sua proposta de gestão, recalçando as atitudes do governo e respaldando suas escolhas, como no trecho que afirma ter sido a pessoa escolhida feita sob medida para o cargo do qual tratava a publicação.

Uma das principais funções do DIP era o culto à personalidade de Vargas e à construção de sua figura no imaginário social. É durante a direção de Lourival Fontes que a expressão “pai dos pobres” veio a público e o departamento fazia extensa propagação dessa

²⁴ O departamento foi criado em dezembro de 1939, mas veiculado na JM em 1940 na primeira edição de janeiro.

expressão a fim de consolidar a imagem de Vargas, aumentando a aceitação da população ao regime. Ocorre que departamento não fazia isso de maneira solitária. Getúlio se esforçava de maneira singular para desenvolver técnicas que permitissem a aproximação com a população. Dentre as utilizadas, as expressões e o modo de falar foram os mais trabalhados pelo governante. Com um caráter paternalista, suas falas eram breves e de fácil compreensão. Os discursos escritos pelos seus redatores eram também controlados por Vargas, a fim de que houvesse linearidade no mesmo objetivo: comunicar-se com as massas. Getúlio modifica sua maneira de falar, troca o sujeito “nós” pelo “eu” com a ideia de eliminar qualquer intermediário entre ele e o povo. A fala era direta: ele e o povo eram um só. (LEVINE, 2001)

A aceitação feminina era também muito desejada. Deve-se pensar que, apesar de o espaço das mulheres estar majoritariamente restrito ao privado, a imagem que elas tinham de Vargas deveria ser positiva. Não se deve pensar nas mulheres, especialmente durante o Estado Novo, como inconscientes de seu papel na sociedade ou sem poder de reação. Isso porque elas liam uma revista conservadora como a em análise, compartilhavam de ideias, visões de mundo²⁵ parecidas, *habitus*²⁶ similares, uma cultura política²⁷ equivalente.

Ao comunicar a construção de vinte escolas profissionalizantes em todo o país, a revista *Jornal das Moças* dedica atributos ao presidente e suas ações são apresentadas como altamente patrióticas, mostrando que os brasileiros, além de nutrir uma enorme admiração pelo regime, nunca lhe negaram apoio ou deixaram de reconhecer “[...] que o Chefe da Nação tem se empenhado em preparar um Brasil grandioso e culto.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1938, ed. 1177, p. 6).

Recapitulando os tempos do regime Vargas, é importante lembrar-se de que é durante o Estado Novo que Vargas utilizava escolas como projeto de nação, como divulgação e legitimação do regime. Isso ocorre com apoio do ministro da educação à época, Gustavo Campanema. A esse respeito, Maria Helena Capelato reforça a ideia da educação como propaganda política, pois:

²⁵ “Uma série de vivências ou de experiências ligadas a uma mesma estrutura que, por sua vez, constitui-se como base comum das experiências que perpassam a vida de múltiplos indivíduos” (MANNHEIM, 1980, p. 101).

²⁶ “Sendo produto da história, o *habitus* é um sistema de disposições aberto, permanentemente afrontado a experiências novas e permanentemente afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável.” (BOURDIEU, 2002, p. 83).

²⁷ “A noção de cultura política está pois estreitamente ligada à cultura global de uma sociedade, sem todavia se confundir totalmente com ela, porque o seu campo de aplicação incide exclusivamente sobre o político. Não poderia haver antinomia, uma vez que a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro.” (BERSTEIN, 1998, p. 20).

As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom. (CAPELATO, 2003, p.123)

A representação que a Revista faz de Vargas vai se mostrar constantemente favorável ao regime. Na mesma edição supracitada, a educação era apresentada como fonte de problemas, mas que o presidente estaria apto a resolver. “Temos frisado, em comunicados anteriores, a especial atenção que o presidente da República dispensou, sempre, aos problemas educacionais do País.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1938, ed. 1177, p. 6).

O departamento promovia concursos de monografia premiando diversas obras que enaltescessem o regime, e o vencedor tinha seu texto distribuído por todo país. Além disso, o DIP difundia por todo território nacional panfletos e materiais informativos sobre o governo Vargas, com destaque para a legislação trabalhista.

A *Jornal das Moças* estava também engajada nessa tarefa. As imagens de do presidente apresentadas na revista eram, muitas vezes, originadas do próprio DIP. Em todas as edições analisadas, as fotos de Vargas em sua maioria são em inaugurações de obras públicas e eventos sociais, reforçando a imagem de homem que faz. A representação do presidente próximo ao povo poderia ser uma tentativa de aproximação do Chefe da Nação (expressão utilizada muitas vezes nas edições analisadas ao se referir a Getúlio Vargas à população).

Na construção das imagens de Vargas, é válido lembrar também que, em nenhuma das edições analisadas, foi vinculada a figura do presidente ao Rio Grande do Sul, estado brasileiro do qual ele era natural. Pode-se pensar que havia uma tentativa de desvincular a ideia de federalismo do governante, a fim de construir uma perspectiva de nacionalização de sua figura. Muitas vezes acompanhado de sua esposa, Darci Vargas, cuja descrição nas fotos constava apenas como Sra. Getúlio Vargas ou Sra. Vargas – permitindo criar o foco na figura masculina do chefe de Estado, a partir da omissão do nome pessoal *Darci*.

Uma das principais revistas do período foi a *Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. Com direção de Almir de Andrade²⁸, reunia intelectuais com a proposta principal de estabelecer uma ordem política e social, que serviria para instituir uma nova concepção de cultura, além de informar sobre as transformações que o regime desenvolvia.²⁹

²⁸ Para maior compreensão, indica-se OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, L. L.; VELOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 31-47.

²⁹ Além do trabalho de Ângela de Castro Gomes já citado anteriormente, a Revista foi objeto de estudo da tese de doutorado: CÂMARA, Marcelo Barbosa. **Cultura Política - Revista Mensal de Estudos Brasileiros (1941 a**

Entretanto, a revista tinha um público bem delimitado: a elite. O tom de escrita acadêmica e intelectual dos artigos fazia com que somente uma parcela da população com conhecimento prévio conseguisse dialogar com suas publicações. Além disso, o caráter filosófico, as referências estadunidenses e o debate teórico acerca das questões políticas da época careciam de um capital cultural como pressuposto para seu entendimento – recurso esse ao qual a elite brasileira tinha acesso.

A historiadora Silvana Goulart menciona em seus trabalhos a importância do DIP e da imprensa para a construção de valores para a sociedade brasileira. Segundo ela:

Por intermédio do DIP, e usando os recursos de manipulação da informação, o Estado construiu um sistema de valores a serem incorporados pela sociedade e introjetados na consciência popular. O aparelho estatal, por sua vez, imbuído de uma função ética, visava elevar a população a um nível intelectual e moral que correspondesse ao avanço da industrialização e da urbanização. Nessa tarefa, o DIP exerceu uma função educativa e pedagógica: buscou inculcar na população um modo de ser, um padrão de comportamento público e privado em que o produtivismo se destaca como um dos principais valores a serem incorporados. (GOULART, 1990, p. 20-21)

Entende-se que a Revista não estava fora desse padrão de ser uma guia de comportamentos requeridos pelo plano de Estado. Como o público-alvo da *Jornal das Moças* era massivamente o feminino, as mulheres consumiam entretenimento, moda e comportamentos anteriormente selecionados.

2.5 ANTICOMUNISMO

Os meios de comunicação contribuíram significativamente para a construção do imaginário anticomunista do período. A imprensa, por sua vez, foi usada massivamente no intuito de criar um “medo vermelho”. Na presente pesquisa, analisa-se a revista *Jornal das Moças*, porém outros periódicos, assim como outros veículos de comunicação, serviram de objeto de pesquisa para compreender de que forma o regime varguista edificou o medo do comunismo. Como exemplo de pesquisa histórica que utiliza os impressos para tal análise, a obra *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, de Rodrigo Patto Sá Motta (2002), analisa diversas abordagens utilizadas para a construção de um medo generalizado. O autor apresenta que o regime varguista apostou no predomínio da

1945): um voo panorâmico sobre o ideário político do Estado Novo. 2010. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

propaganda e contrapropaganda para incentivar a censura de obras que seriam consideradas subversivas.

“A revista que o senhor e a senhora pode deixar em sua casa porque não há perigo de perversão em nenhuma de suas páginas” era uma das chamadas das capas da *Jornal das M.* Essa mensagem deixava claro o objetivo de que a publicação estava de acordo com os pressupostos do governo, criando a construção de um processo de confiança tanto com o Estado quanto com o público leitor, já que não teria nenhum material fazendo apologia ao comunismo ou a outras ideologias desviantes da época.

Ademais do pareamento ideológico, a Revista assume tom didático para com a mulher. Assim, as matérias deixam ver a função da mulher na sociedade idealizada pelo Estado Novo. Se o Brasil estava em perigo por causa do comunismo, a mulher deveria contribuir – no espaço privado – para protegê-lo. “A grande campanha necessária no momento é a de destruição das obras de propaganda do credo vermelho. É preciso que todos os pais compreendam que se [inelegível] da defesa dos próprios lares, da própria honra de suas famílias.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1175, p. 72). A edição citada apresenta uma particularidade: pela primeira vez, em todas as edições analisadas, a figura paterna foi chamada para contribuir na educação dos filhos. Nas outras edições, a mãe é responsável pelo bom funcionamento da casa e, para a JM, a educação dos filhos faz parte disso, como é possível ver no trecho que segue, em que há instrução em relação ao afastamento dos jovens das ideias comunistas:

Nenhuma obra suspeita deve ser permitida. O arдил comunista que todos devem ler as obras da propaganda vermelha devem ser lidas para que possam ser contidas, não deve ser admitida hipótese alguma. A mocidade não é campo de experimentação social e ninguém pode pôr em perigo toda uma Nação de uma raça, para satisfazer interesses que atentam contra os princípios básicos em que fomos criados. (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1175, p. 72).

O Estado Novo brasileiro contou com diversos elementos para o seu alicerce político e ideológico. Sem dúvidas, o anticomunismo foi um elemento ímpar da base do governo Vargas. As classes dominantes da sociedade brasileira foram as mais afetadas na construção desse imaginário e a *Jornal das Moças*, por ter a elite como seu público-alvo, posicionou-se ideologicamente a favor do regime. Nesse sentido, reforçou o discurso anticomunista, como pôde ser visto na citação. Para Sá Motta:

Pode-se dizer que a afirmação do novo regime coincidiu com a consolidação do imaginário anticomunista na estrutura social brasileira, notadamente entre as classes

médias e superiores. As representações do comunismo como inimigo da nação e a identificação das forças revolucionárias com as forças do mal se enraizaram na sociedade. (SÁ MOTTA, 2002, p. 285)

A juventude era um dos grandes receios do regime, pois era considerada induzível pelo comunismo. Dessa forma, a JM reforçava o cuidado que se deveria ter dentro do lar. Saber o que os filhos liam e com quem conviviam era indispensável para protegê-los do “perigo vermelho” e de “más influências”. “Que os pais, principalmente compreendam a responsabilidade que lhes pesa e, antes de mais nada, procurem conhecer e ler os livros destinados aos seus filhos. ” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1175, p. 72), era a mensagem enfatizada pela publicação.

No gestar do lar, para fazer cargo da qualidade do que se tinha acesso no âmbito privado, estava a mulher. No período Vargas ela tinha o papel fundamental na construção da nova nação que Getúlio se esforçava tanto para prosperar. A Revista reforçava que não seriam somente as mulheres da elite que o deveriam fazer. Todas as classes deveriam, quase que obrigatoriamente, contribuir para esse combate, como é possível ver no trecho: “[...] nesta hora a renovação nacional compreende o alcance da obra de saneamento organizada pelo governo, pois o apoio de todas as classes depende da salvação e o futuro do Brasil.” (idem).

Ainda durante o ano de 1937, a edição 1.176 divulga uma matéria sobre as semelhanças e diferenças entre o Brasil e a Rússia³⁰ e como seria se o comunismo conseguisse ser implantado no país tropical. A JM alega que caso isso ocorresse, “por golpe do destino”, o comunismo encontraria duas grandes barreiras: a extensão territorial e as condições geográficas. Após uma caracterização da geografia da Rússia – a Revista a coloca como uma ilha continental devido à quantidade de gelo que circunda o país e seus relevos –, determina: é um cárcere natural. “O homem, lá, prefere mil vezes, permanecer nas suas aldeias, nas suas cidades e nas suas terras, e sofrer, sob os regimes tirânicos e absolutos, a escravidão, a ignomínia e a miséria.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1176, p. 64-65).

Justificando o motivo de o povo russo permanecer no regime ditatorial de Stalin por não ter coragem de enfrentar as distâncias geográficas, a JM coloca que a morte seria inevitável, porque ocorreria tanto na aventura de tentar fugir quanto pela “guante de ferro dos

³⁰ Em 1937, a região entendida como Rússia já havido passado pela Revolução de 1917 e era, então, conhecida como União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1922. Leva-se a acreditar que a escolha pelo nome “Rússia” e não “União Soviética” como é feito na revista *Jornal das Moças* tenha sido ideologicamente pensado, uma vez que a revista se posiciona extremamente contrária às políticas e às ideologias da URSS. Apesar de existir diversos estados dentro da URSS, entre eles a própria Rússia, acredita-se que a revista, por falar de maneira tão geral, estava se referindo à URSS e não ao estado russo somente. Optou-se, no presente trabalho, por utilizar as palavras “Rússia” e “russos” e seus derivados a fim de condizer com a revista em análise.

sovietes³¹”. Diferentemente da Rússia, o Brasil teria uma facilidade maior geograficamente falando e, com isso, a população poderia fugir, caso o regime comunista se instaurasse, para outros países da América Latina, tais como as Guianas, Argentina e Uruguai, países usados como exemplo pela Revista. Nesses termos, a salvação brasileira era possível, caso o pior acontecesse.

Na mesma edição, uma coluna sobre a moeda russa destacava-se como importante para se ter uma “ideia do que é a miséria na Rússia e a verdadeira situação econômica.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1176, p. 62). A JM afirma que as notícias que se tem do país são falsas e não passam de fantasias da propaganda soviética. No decorrer da coluna, havia uma explicação em relação a como se divide o dinheiro soviético. Segundo a matéria, existiam dois preços: o preço do dinheiro para os estrangeiros e um preço para os nativos. A Revista alega que tal diferenciação é feita para “dar a impressão, no estrangeiro, de que a moeda nacional está valorizada e está à altura de certas nações de prosperidade reconhecida, como a Inglaterra e os Estados Unidos, por exemplo. Isso configuraria cenário para atrair ao país a maior quantidade de ouro que for possível.” (ibidem). No decorrer da coluna, a exploração do povo russo foi demonstrada a partir de conversões da moeda russa para a brasileira. Havia também a afirmação de que o objetivo do regime de Stalin era explorar tanto os estrangeiros quanto a população local o máximo possível. O essencial para os soviets era o desenvolvimento do Estado “ainda que seja com a fome e a miséria do povo.” (ibidem).

A construção de um imaginário em que a Rússia vivia uma ditadura stalista/comunista e que a fome era uma constante na população foi apresentada em diversos momentos da revista *Jornal das Moças*, corroborando com o imaginário anticomunista tão presente no regime de Vargas. A partir dessa afirmação é oportuno pensar que o governo de Joseph Stalin era visto como um ditador e Vargas, por sua vez, como o homem que veio para conduzir o Brasil para a modernidade e para o futuro.

Apesar de a Revista não se posicionar de maneira clara religiosamente, o cristianismo é em diversos momentos citado. Na coluna assinada por Wladimir Pinto, há menções sobre o amor a Deus e à cristandade. “Quem ama a Deus sublimiza-se nas práticas de sobras ações e o que deseja os prazeres efêmeros e enganosos chafurda-se na lama da abjeção moral.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed. 1133, p. 71). Essa coluna não falava somente sobre o amor a Deus, falava também sobre o comunismo e o fascismo. Ambos os regimes seriam

³¹ A população da URSS é designada por duas expressões: soviets ou russos. Acredita-se que a revista utiliza soviets para as pessoas que concordavam ou participavam do regime de alguma forma e russo (ou população russa) para aqueles que eram contrários.

cheios de ódios e destrutivos para as pessoas. A JM ainda afirmava que “desigualdades sempre existirão por que as naturezas não são idênticas como também as inteligências e as iniciativas de cada indivíduo” (ibidem). O escritor termina a coluna dizendo que um mundo melhor seria possível se todos seguissem os preceitos cristãos, em especial o que diz “amai-vos uns aos outros”.

Seguindo a ideia de relacionar a religião católica com o posicionamento ideológico, uma matéria de 1938, na edição 1179, trazia o paralelo: onde havia comunismo não havia Deus. A coluna, assinada por Botyra Camorim³², dizia que as “ideias materiais tornam a humanidade sem Deus! Descrença de um Espírito Supremo cheio de Justiça!” (JORNAL DAS MOÇAS, 1938, ed. 1179, p. 71). Nesses termos, a sociedade, para a JM, consistia em produzir bens terrenos necessários para mudar essa conjuntura. Além disso, critica as leis por terem sido baseadas em um sistema errôneo por negar os direitos e as liberdades dos indivíduos.

O Estado Novo manteve diversas ligações com a Igreja Católica a partir de um pacto moral que Vargas fizera com o Cardeal Dom Leme e com isso a Igreja contribuiu de maneira significativa para docilizar o povo e torná-lo frutífero ao regime (ISAIA, 1998). Valorizando a família, a moral, o bom comportamento, a dignidade oriunda do trabalho e a obediência ao Estado, a Igreja corroborava com o discurso estabelecido pelo regime varguista. Devido ao alcance da Igreja, esse tratado foi muito útil, uma vez que a Igreja estava presente em diferentes esferas sociais, culturais e políticas constituindo um vínculo cada vez maior do povo com o Estado Novo. “Combate, pois, ao materialismo impuro! Luta contra essas ideias falsas e errôneas tão contrárias à religião católica, a qual é o único fundamento imutável da ordem social!” (ibidem). Se para a revista *Jornal das Moças* a única pessoa possível de governar o país era Getúlio Vargas, a Igreja católica era vista como a única possibilidade de ordem social possível.

Já na edição 1.177 de 1938, uma matéria de página inteira (o que era bem difícil de aparecer, uma vez que a revista era formada por pequenas colunas e matérias) com o desenho de Joseph Stalin apresenta que o comunismo é o inferno³³. A matéria denunciava um caso suspeito de suicídio do diplomata Wasili Dasysky. Nessa publicação era alegado que, após participar de uma conferência, o jovem diplomata foi dado como morto nos jornais comunistas devido a “adversidades amorosas”. Também era focalizado o fato de o jornal

³² Professora, escritora e colaboradora da revista *Jornal das Moças* de 1933 a 1945.

³³ Pode-se pensar no caráter católico também presente na afirmativa. O discurso anticomunista sempre relacionou o comunismo com o ateísmo.

L'action Française denunciar uma entrevista com o suposto suicida. As declarações dadas ao jornal francês desmascarariam, segundo a JM, o “paraíso soviético”. Conforme a publicação:

A Rússia de hoje é o mais pavoroso dos infernos. A fúria sanguinária de Stalin não tem limites. Os agentes da G. P. U. prendem e matam os mais íntimos amigos do Primeiro Comissário do Povo; que vive no terror perpétuo de um atentado e de uma contra revolução. No corpo diplomático acham-se agora as últimas vítimas de Stalin. (JORNAL DAS MOÇAS, 1938, ed. 1177, p. 71)

Outra denúncia que a JM fazia era em relação ao suposto assassinato de Yourew, embaixador soviético que havia sido preso acusado de vender segredos de Estado. O embaixador desapareceu, porém “sabe-se que foi executado na própria casa de detenção da G.P.U., com um tiro certo de revolver no ouvido.” (ibidem). A matéria informa que notícias internacionais sobre mortes e desaparecimentos não paravam de chegar, principalmente de homens que eram da confiança de Stalin, sempre caracterizado como o tirano do povo russo. A Revista não deixa claro o que entendia por tirania.

O Estado Novo varguista utilizou diversas estratégias para a construção de um imaginário político e social. Essa construção contribuiu de maneira definitiva para a cultura política autoritária que o Brasil viveu durante seu regime. Dentre essas construções, o anticomunismo se fez presente em diversos momentos e de diversas formas: seja relacionando com o ateísmo, seja relacionando com a falta de liberdade individual que a ideologia comunista exercia.

As mulheres, objeto de estudo na presente pesquisa, possuíam um papel essencial nessa construção de imaginário: elas deveriam combater o perigo vermelho dentro de casa. O lar, era entendido como se fosse uma miniatura da nação, deveria funcionar muito bem, pois era nele que os novos cidadãos brasileiros seriam educados. Cabia às mulheres fazer com que essa miniatura estivesse funcionando corretamente. O entendimento de “correto” da Revista não englobava, em hipótese alguma, o comunismo. A mulher correta lutaria contra essa ideologia que destruíam famílias. A mulher correta preveniria sua casa para que esse mal não adentrasse. É interessante refletir sobre o real conhecimento que as leitoras da *Jornal das Moças* possuíam acerca do conceito de comunismo, sobre a URSS, Stalin e a GPU³⁴.

O regime varguista foi autoritário e conservador. Porém, é o mesmo regime que utilizará o caráter totalitário do comunismo para discursar sobre. Silva apresenta que:

³⁴ Polícia Secreta da União Soviética.

O inimigo que estava sendo construído tinha elementos totalitários, o que se percebe pela imprecisão histórica do “inimigo”. Os valores conservadores e reacionários sobre os quais estava fundada a sociedade são fundamentais para compreendermos como se processava a aceitação disso e a percepção de que a organização comunista era algo fantasmagórico e perigoso, aceitos de forma geral pela cultura política do período. (SILVA, 2001, p. 34)

Nas linhas deste trabalho, toma-se o cuidado para não se levar a crer que o regime varguista “criou” o anticomunismo. Afirma-se que o regime utilizou o discurso anticomunista como alicerce de seu governo. O discurso anticomunista surge ainda na década de 1930 por duas instituições atuantes no processo político: a Igreja Católica e a Ação Integralista Brasileira.

A Igreja Católica utilizava diversas técnicas para disseminar o imaginário anticomunista. Seja via textos, discursos, encíclicas ou a partir de cartas abertas, o impacto social foi singular. Porém, não somente nos textos oficiais da Igreja era possível ver tal inclinação, ela aparecia também na atuação da instituição na construção da sua auto imagem. Os párocos, como explica Silva (2001), atingiam as pequenas comunidades, as pessoas com pouca instrução e disseminavam seu pensamento. Tamanho foi o poder de acesso que a Igreja teve que o anticomunismo seguiu no pensamento católico décadas seguintes.

A Ação Integralista Brasileira, por sua vez, por possuir um caráter fascista e, automaticamente, anticomunista, contribuiu para que o imaginário social fosse alicerçado de maneira contrária ao comunismo e suas vertentes – e também de maneira equivocada. É válido salientar que o sentimento anticomunista englobava as mais variadas ramificações da ideologia assim como outras ideologias críticas ao comunismo, como, por exemplo, o anarquismo. A participação das mulheres e a utilização da juventude foram de suma importância para o movimento Integralista, que se utilizou de diversos setores da sociedade para desenvolver seus ideais (SANTORUM, 2018).

A partir dessas duas instituições, é possível concluir que o imaginário anticomunista funcionou muitíssimo bem e a população compartilhava dessa cultura política e desse discurso ideológico contrário à ideologia comunista e às suas ramificações. A JM não indica, nas edições analisadas, leituras sobre a temática ou até mesmo opiniões diversas ao regime varguista, fazendo assim acreditar que a Revista corroborava com o discurso de Vargas.

Não se pretende fazer juízo de valor ou mesmo afirmar que as leitoras não possuíam conhecimento teórico e ideológico. Justo o contrário, pretende-se questionar quais eram os meios de conhecimentos que elas possuíam. Qual era o acesso que tinham à leitura? Tinham acesso a temáticas que, durante o regime de Vargas, foram muitas vezes confiscadas?

2.6 AS MULHERES

As mulheres da Era Vargas, em especial no Estado Novo, lidaram com um projeto pedagógico em que o intuito era, principalmente, o retorno da mulher para o espaço privado: o lar, onde elas poderiam servir à família e, conseqüentemente, servir à nação. Ao se ocuparem com os problemas domésticos estariam distantes do contexto político e social. Enquanto mãe, esposa e educadora, as suas funções passaram a ficar, cada vez mais, distantes das atividades masculinas. O discurso autoritário e conservador só reforçava a ideologia dominante em que a mulher ideal era a mãe beatificada, esposa dócil e filha obediente.

Para compreender o regime de Vargas, é necessário ter clareza de que ele ia além do caráter político e econômico. O autoritarismo que se espalhava também no espaço privado uma vez que conduzia moralmente homens e mulheres. Para Stoppino (1998), autoritário é o regime que diminui o consenso e valoriza o poder político nas mãos de uma só pessoa ou até mesmo uma instituição de forma mais ou menos radical.

Essa ideologia de Estado é pensada de maneira orgânica, ou seja, cada setor da sociedade possui uma função, como um corpo humano. Com isso, essa diferenciação dos grupos, profissões e classes sociais faria existir uma harmonia social. Porém, nessa visão organicista, faz-se necessário um cérebro social e esse cérebro seria o Estado. Durante a Era Vargas, a imagem de Getúlio surge como a personificação do Estado. Na construção da imagem de Vargas, a tutela do povo era constante e, com isso, a incapacidade da população fazia com que houvesse a necessidade de alguém para coordenar o país e esse alguém só poderia ser Getúlio Vargas.

A educação também passou por modificações, ensejadas pelo regime autoritário. Um exemplo disso foi quando o Ministro da Educação do Estado Novo, Gustavo Capanema, que, devido à sua proximidade com o pensador católico Alceu de Amoroso Lima, formou uma aliança no intuito de “reeducar” a sociedade. No que diz respeito às mulheres, o discurso possuía um caráter extremamente conservador. Elas seriam como coadjuvantes do universo masculino. Deveriam focar-se no lar, no marido, nos filhos e em amenidades do universo feminino. Nas palavras de Schwartzman:

Os tempos de reforma ocorriam simultaneamente aos da ação, mas consistiam, basicamente, na elaboração de um grande painel de normas, regulamentos e projetos para a reformulação total do sistema educacional do país. Era aqui, mais do que em qualquer outra área, que o pacto do Ministério da Educação com a Igreja se revelava com toda sua força. (SCHWARTZMAN, 1984, p. 73)

Com o golpe de 1937 e com a criação do Estado Novo, pode-se levar a crer que um novo governo começava a existir. Porém, as velhas oligarquias e elites permaneceram no poder, de maneira mais burocrática e autoritária. Por óbvio que essas mesmas oligarquias e elites fizeram com que o espaço das mulheres fosse limitado e sua participação política e social, restrita. As conquistas femininas da década de 20 sofreram um esfacelamento com as políticas varguistas já que “a incumbência básica da mulher residia no bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços.” (SAMARA, 1986, apud NAHES, 2007, p. 34). A revista *Jornal das Moças* corroborava com esse discurso. Além de dicas de beleza, moda e noções sobre como cuidar do lar ou ser uma boa mãe, o discurso favorável ao regime varguista era presenciado em diversos momentos.

Uma das características marcante do regime era o forte nacionalismo e a JM ensina as mulheres a como contribuir para o progresso do país moderno que o Brasil está se tornando graças ao regime autoritário. Na edição 1.238, o nacionalismo era exaltado ao afirmar: “Em cada peito da mulher brasileira está uma chama de veemente patriotismo, pronta a se inflamar e propagar ao primeiro momento. E esse momento chegou!” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1238, p. 11).

Na edição 1.316, o dia do soldado teve destaque de três páginas com diversas fotografias e exaltações ao presidente. A primeira imagem de Vargas é ao lado do general Eurico Gaspar Dutra, na época, Ministro de estado da guerra, assistindo ao desfile. Mais onze fotografias compõem a matéria alusiva ao regime, dessas Vargas está presente em sete.

Na mesma edição, há uma matéria, assinada por Heitor Alves, em que se pode ler: “Ser brasileiro é amar honrar e defender o Brasil!”. Há uma página inteira exaltando a nação brasileira e suas paisagens: “quer vivendo no [inelegível] Amazonas, quer nas planícies gaúchas deveriam todos ter o mesmo sentimento de sinceridade”. É apresentado que existem dois tipos de brasileiros: o primeiro que tem alma e sentimentos brasileiros e o segundo tipo que se “vende barato”. A condição de ser um brasileiro de verdade se dá, segundo a publicação, a partir do sentimento nacional que a pessoa carrega consigo. “E destes milhões de homens esparramados pelo nosso solo e que se dizem brasileiros, poucos o são em realidade, poucos o são em comunhão de espírito e de ideias!” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1316, p. 59). A exaltação à nação brasileira e à capacidade de Getúlio fazer o “novo Brasil” aparecem em diversos momentos e a exaltação ao regime varguista também.

O espaço social das mulheres era o privado. Não se pretende assim dizer que elas não poderiam frequentar espaços públicos, porém sua atuação enquanto cidadã se dava no privado, ou seja, no âmbito de suas casas. Elas frequentavam clubes e eventos sociais, mas

sempre com a função de coadjuvante. Sempre acompanhadas dos cônjuges. O espaço de atuação das mulheres era o lar. Era no lar que elas poderiam contribuir para o país, conforme se pode ler nas palavras de Maluf e Mott:

O dever ser das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século foi, assim, traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las com sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que cristalizava determinados tipos de comportamento convertendo-os em rígidos papéis sociais. (MALUF; MOTT, 1998, p. 373)

A Revista publicava diversas fotografias de eventos da elite e, dependendo do evento, o número de mulheres que apareciam poderia ser maior ou menor. Exemplo disso se vê na edição 1.240, em que há fotos de um almoço oferecido no Jockey Clube brasileiro para a Comissão Interamericana de Arbitragem. Nessa ocasião, só aparecem homens. Na mesma edição, há matéria informando de uma conferência sobre Luiz de Camões, poeta português, na Sociedade Científica SupermentalistaTattwaNirmanakaia. Nessa menção, aparecem diversas mulheres já que a literatura possuía diversos espaços na JM.

As profissões consideradas femininas eram sempre uma extensão do lar ou estavam relacionadas ao caráter inerente de ser cuidadora. Assim, muito se lia sobre professora ou enfermeira: o cuidado com o outro. Essas profissões eram focalizadas porque se acreditava que o instinto materno faria das mulheres melhores profissionais nessas áreas. “Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009, p. 67).

Evidentemente, existiam outras formações que as mulheres estavam incluídas, entretanto a área da educação e da saúde possuía maior proeminência na escolha profissional. Se o espaço privado era o lar, o espaço público deveria ser uma continuidade dele. “A imagem da mãe-esposa-dona de casa como principal e mais importante função da mulher correspondida àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa.” (MALUF; MOTT, 1998, p. 374).

Nas fotografias de formatura em universidades, as publicações da JM deixava ver essa predominância de gênero em relação ao curso escolhido. Em engenharia, medicina e direito, por exemplo, pouquíssimas mulheres constavam nas fotografias. Nas formaturas de enfermagem e magistério, pelo contrário, somente havia mulheres. Em um cenário em que o

acesso ao ensino superior era limitado para a maior parte da população brasileira, as mulheres, por sua vez, tinham menos acesso ainda.

Figura 3: Missa em ação de graças em razão do encerramento de uma turma.



Fonte: JORNAL DAS MOÇAS, 1938, ed. 1177, p. 54

O autoritarismo poderia, além de vir do Estado, vir também do espaço privado. A *Jornal das Moças* afirma que as mulheres que mantivessem a direção do seu lar desde quando se levantassem até a hora de dormir sofreriam muito menos. A “autoridade no governo doméstico” possibilitaria que tudo estivesse em ordem e decorresse dentro do tempo correto. A Revista indicava que as mulheres deveriam ser delicadas com as empregadas para poder exigir o mesmo tratamento “com autoridade”. Porém, reforça que não deveriam permitir a intimidade demasiada, mas cuidando para não ser severa e, com isso, deixar de receber um sorriso de suas serviçais.

A Revista ainda salienta a questão da idade: deveria ser sublinhada a questão da faixa etária e sua relação com a experiência em todas as atividades da casa. Moças muito jovem cometiam muitos erros, mas poderiam ser perdoados justamente em razão de seu aspecto incipiente frente ao contexto. Além de alertar, a Revista ressalta que a observação deveria ser constante e delicada para que fosse visto como um conselho e não uma reprovação. “Devem as donas de casa despertar a confiança de suas empregadas” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1316, p. 62).

Pode-se considerar que o público principal do periódico, como dito anteriormente, era a elite, uma vez que era essa a classe social que poderia ter empregadas. Entretanto, a Revista

discursiva com outras classes também. É possível perceber dicas e conselhos para mulheres que possuíam serviçais, assim como é possível perceber conselhos da rotina de casa para mulheres que faziam as tarefas domésticas –fossem as de suas próprias casas como as das casas de suas patroas. Assim, diversas mulheres estariam englobadas nesse discurso. “Se a mulher cuidava da casa, e casa significava todo um saber prático, era natural que os periódicos femininos dedicassem muito espaço a conselhos, receitas e procedimentos.” (BUTONI, 1990, p. 73).

Corroborando com a ideia de um discurso de esposa exemplar, a Revista publica, em 1939, na edição 1256 a seguinte matéria:

Como agradar o seu esposo. Após um dia cheio de trabalho extenuante e intenso, procura o seu esposo a paz do seu lar para recuperar as energias despendidas na luta pela vida. Encontrando em casa uma esposa sadia e alegre que, entre caricias, o vai receber á porta, ele se sente feliz e abençoa os esforços e os sacrifícios que faz pela manutenção de sua família. Infelizmente, porém, muitas esposas, ao invés de receberem alegres e felizes os seus maridos, mostram-se indiferentes, frias e até mesmo irritadas e nervosas. E daí a pior de todas as consequências: os mal-entendidos, as discussões e afinal a infelicidade! Seja a senhora uma boa esposa. Aprenda a agradar o seu marido! Saiba que o nervosismo, a irritação, o mal-estar, as dores pelo corpo, que começam fazer da senhora uma esposa neurastênica e infeliz resultam do mau funcionamento dos seus órgãos femininos. Não descuide. Evite as terríveis moléstias do seu sexo, mantenha sempre sãos e normais os seus órgãos. (JORNAL DAS MOÇAS, 1939, ed. 1256, p. 73)

Além da ideia de que as mulheres deveriam servir aos maridos como esposas devotas, donas do lar e reservadas ao espaço privado, pode-se utilizar o conceito de violência simbólica³⁵, de Bourdieu (1999). Os meios de comunicação utilizam da violência simbólica para reproduzir o sistema patriarcal que coloca a mulher em posição de subalternidade, inferioridade feminina. Isso significa a identidade feminina sendo alicerçada a partir da ideia de servir ao homem e a casa. Assim, alguns autores, retomando a tese de Bourdieu, afirmam que:

[...] a construção da identidade feminina teria se pautado na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; o que corresponderia a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada

³⁵ Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele. (BOURDIEU, 1999, p.7-8)

como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal. (SOIHET, 2008, p. 198)

Pensar o poder que os veículos de comunicação possuem e o quanto seu discurso midiático é inserido explícita e implicitamente na sociedade faz remeter a Barthes (1987) na obra *Mitologias*. O autor afirma que o discurso midiático é decorrente de ideologias e de relações sociais de dominação. Ao utilizar a ideia de discurso como ideologia e relações sociais de Barthes, pode-se constatar que a violência simbólica afeta o tecido social no momento em que uma dominação, nesse caso masculina, é legitimada a partir de diversos aparelhos, tais como o são os representativos da imprensa feminina da década de 30 e 40. A desigualdade de gênero se faz notória em diferentes matérias da Revista em questão e, a partir delas, percebe-se a violência simbólica.

Em 1938, a edição 1.178 apresenta uma matéria sobre a recusa das mulheres e como devem lidar com essas situações. Além de sugerir certo comportamento das leitoras, a Revista encoraja que elas se posicionem de um modo que hoje seria visto como submisso e de aceitação. Desconsiderando a possibilidade de livre-arbítrio das mulheres, a Revista indica o seguinte:

RECUSAS. A boa mulher não alcança a boa fama somente por ser boa, senão em parecê-lo, por isso que maior dano causam à honra das mulheres as suas desenvolturas e liberdades do que as maldades secretas. Toda recusa a um não comparecimento a uma reunião deve ser enviada com antecipação suficiente, salvo quando tratar-se de uma enfermidade ou um motivo de força maior ou qualquer outro impedimento imprevisto. É corresponder a uma gentileza com outra gentileza; do contrário, revelar-se-ia o deliberado propósito de negar-se, produzindo a desculpa formulada a última hora um efeito deplorável. (JORNAL DAS MOÇAS, 1938, ed. 1178, p. 60)

Em 1940, na edição 1.289, a seguinte matéria foi publicada:

Pouco a pouco vão ficando postergadas as manifestações de ternura e de carinho. A vida vertiginosa das grandes cidades, onde se multiplicam os meios de atrair a economia alheia a troco de falsas diversões para os quais se confeccionam, sob um véu ridículo a indumentária a mais grotesca e de custo vultoso, esta colocando atrás, em segundo plano, o amor maternal. Com exceções raríssimas, a mulher que é mãe, não esquece uma só das compras que vem fazer na cidade para satisfação de sua vaidade, mas quase sempre se esquece da farinha alimentícia de que necessita seu filho que a espera em casa. A carteirinha de cigarros cabe em sua bolsa, que fica sem lugar para o pacotinho de balas. E algumas bolsas já carregam até um pequeno revolver. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, Ed 1289, p. 64)

A maternidade imposta às mulheres e as obrigações cobradas pela Revista representam um discurso do período em análise. A mãe cuidadosa, responsável pela prole estava sempre em pauta. A edição citada possui 76 páginas e em nenhuma a palavra pai é escrita. A obrigação de cuidado com os filhos se torna inteiramente de responsabilidade da mulher e a divisão das tarefas de casa era conceito não existente nas publicações.

É notória a ideia da inserção e quase uma obrigatoriedade da mulher estar presente no espaço privado e pouco no espaço público. Pode-se pensar que o contato físico, o carinho e a ternura são exclusividade feminina. Que sentimentos “frágeis” deverão vir somente das mães, visto que a função social dos homens-pais seria a de prover o bem-estar da família. Essa ordem social, como apresenta Bourdieu, legitima a dominação masculina e o caráter sexista da Revista estudada. Segundo o autor:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, a distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia e de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta. (BOURDIEU, 1999, p. 18)

A Revista e o teor de suas publicações seguia o próprio Estado varguista no incentivo à construção familiar tradicional. A Comissão Nacional de Proteção da Família, criada em 1939 por Capanema, tinha como função principal proteger a família em sua estrutura tradicional. Ademais, tinha a função de facilitar a realização do casamento, ampliar o conceito de família, promover a aquisição da casa própria, amparar a maternidade, infância e adolescência, informar sobre proteção aos filhos ilegítimos, dar preferência aos pais em empregos públicos, entre outros. Schwartzman afirma que o Estado Novo considerava a família vulnerável e sob constante ameaça da corrupção. Era, então, necessária a tutela do Estado varguista a fim de que isso não ocorresse.

A Comissão Nacional de Proteção da Família modificou diretamente a vida das mulheres. É sabido que o conceito de cidadão no Estado Novo era o de trabalhador. A valorização do trabalhador formal era constante durante o regime. Capelato apresenta que:

O regime alardeava os benefícios da nova cidadania introduzida pelo regime – a cidadania do trabalho. Era considerado cidadão quem trabalhava, e a carteira de trabalho assinada era o documento de identidade mais importante. No entanto, o número de desempregados era muito alto; estes se sentiam, além de marginalizados do mercado de trabalho, excluídos da condição de cidadania. (CAPELATO, 2003, p. 122)

Assim, as mulheres estariam excluídas da categoria de cidadão. Para Schwartzman:

O Estado adotará medidas que possibilitem a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da conveniência familiar. (SCHWARTZMAN, 1984, p. 72)

Schwartzman (1984) apresenta que Oswaldo Aranha e Francisco Campos criticam as ideias do Estatuto e afirmam existir problemas no que diz respeito a restringir o trabalho feminino como sendo “de caráter puramente regulamentar, visto que os regulamentos relativos à admissão ao serviço público compreendem a restrição recomendada no artigo.”

A legislação de Capanema não foi aprovada por Vargas. Além das críticas de Aranha e Campos, outro nome, dessa vez feminino, fez-se presente no debate. Rosalina Lisboa, jornalista, feminista e identificada com a direita escreveu para Aranha expondo sua opinião sobre a situação das mulheres. Ela argumentou que Vargas modificou significativamente a situação das mulheres brasileiras de maneira positiva. Porém, a jornalista afirmou que limitar o espaço das mulheres no mercado de trabalho seria um retrocesso muito grande devido à “ vaidade dos homens”.

Se legalmente as mulheres podiam se inserir no mercado de trabalho e ter uma independência econômica, na prática a realidade era outra. O regime de Vargas não aprovou a legislação de Capanema, no entanto o discurso da presença das mulheres no espaço privado e não no público se fez presente durante todo o Estado Novo, circunscrevendo-a no espaço privado era também uma questão moral. Os preceitos morais da *Jornal das Moças* e do Estado Novo ficam claros no momento em que um julgamento é feito às mulheres que não cumprem com as normas sociais estabelecidas.

2.7 PADRÃO DE BELEZA

Nas 462 edições analisadas, o padrão de beleza socialmente aceito incluía – e excluía – as formas de “ser mulher”. Para a *Jornal das Moças*, o estereótipo de beleza feminina era pautado pela magreza, elegância, jovialidade, branquitude e bom comportamento. Nesses termos, as mulheres eram representadas de maneira quase homogênea, impossibilitando perceber diferentes aspectos culturais, regionais e subjetivos das mulheres brasileiras.

Para Roger Chartier (1990), a representação diz respeito ao modo como a realidade social é construída através dos tempos e a partir de lugares diferentes por meio de

classificações, divisões e delimitações. Ele acredita que, apesar de naturalizados e compartilhados há muito tempo, esses padrões e sentidos podem mudar, uma vez que são construídos historicamente pelas relações sociais e de poder, que deixam ver conflitos de interesse.

Utilizando como referencial teórico a obra de Sandra Pesavento (2003), usa-se, além do conceito de representações (uma vez que podem ser várias representações diferentes a partir de várias mulheres), o conceito de imaginário. Assim como para Chartier, Pesavento afirma que uma das maneiras de analisar as representações é a partir dos discursos. É importante verificar que, em sua teoria, as representações se baseiam na soma de dois fatores: o discurso ali inserido e a produção de sentido que fará ao leitor devido a sua construção histórica. A autora também apresenta a ideia de que as representações permitem que a sociedade “perceba a realidade e pautar sua existência.” (PESAVENTO, 2003, s/p.). Essas representações vão conduzir de diversas formas as relações sociais que se darão no tempo-espaço a partir do contexto histórico. Analisar como a JM representou as mulheres e, com isso, construiu um imaginário acerca do que era ser mulher e como a mesma deveria se comportar perante a sociedade, permite perceber a influência do mesmo sob as mulheres da Era Vargas. Além disso, a Revista congloba o discurso do Estado e, em consequência, corrobora com o imaginário social a respeito das mulheres.

A autora ainda afirma que a representação não é o real em si. “A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele.” (ibidem). Analisar as representações que a JM fazia das mulheres não é afirmar que as mulheres da Era Vargas eram daquela forma. Muito pelo contrário: muitas mulheres brasileiras não estavam representadas nesse imaginário, nesse ideal. As mulheres pobres, negras e indígenas não apareciam nas páginas do periódico. “A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão.” (idem).

Pensar nas representações em revistas como as que aparecem na *Jornal das Moças* é pensar também nos sentidos que circunscritos a esses espaços. Pesavento afirma que as representações possuem valor simbólico, uma vez que “dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.” (ibidem). Para a autora:

As representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social. Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais. (PESAVENTO, 2003, s/p.)

A partir desse pensamento, pode-se refletir sobre os valores morais inseridos no discurso da Revista. Esses valores morais cobravam uma postura “adequada” às mulheres leitoras e indicavam como deveriam se comportar e agir, direta ou indiretamente. Com isso, observa-se como a revista *Jornal das Moças* representou as mulheres durante o Estado Novo. O “mito da beleza”, como apresenta Wolf, em seu livro de mesmo nome (1992), é consequência da relação entre a dominação masculina e a beleza feminina, uma vez que o mito corresponde a um modelo de beleza idealizado como correto. A autora vê o mito da beleza e os padrões estabelecidos com caráter político e propulsor de uma competição feminina. Em sua perspectiva:

Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele [mito da beleza] expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriam. (WOLF, 1992, p.15).

Nas capas das edições analisadas³⁶, nenhuma mulher negra foi retratada. O padrão de beleza da Revista não considerava a gama de características físicas, raciais, culturais e geográficas das mulheres brasileiras. No Censo demográfico de 1940³⁷, a população brasileira contava com cerca de 21 milhões de mulheres entre 0 a 29 anos. O censo ofertava as classificações entre branco, preto, pardo, amarelo e não declarado. Dentre esse contingente, oito milhões não se autodeclaravam brancas, ou seja, 38% das mulheres não se enquadravam no padrão racial de beleza da Revista.

Além disso, a JM publicava propagandas enfatizando o quanto a pele branca era o tom de pele desejado e apreciado pelo público a quem as mulheres deveriam impressionar: o masculino. Com a chamada “As duas disputam, mas só uma pode ter”, a edição de número 1.240, de 1939, traz o seguinte texto:

³⁶Os anos de 1914 a 1961 estão digitalizados no site da Hemeroteca Nacional de acesso livre. Porém, algumas edições estão sem a capa e, outras, estão deterioradas. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>. Acesso em: jun. 2018.

³⁷Censo Demográfico 1940 VII Brasil. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf. Acesso em: jun. 2018.

Ele prefere a mulher de cutis branca, fina e aveludada o gênero de pele que todos os homens amam e admiram. Atualmente, loiras e morenas então conservando sua cutis absolutamente branca. Toda a mulher pode agora embranquecer, suavizar e embelezar facilmente a sua pele [...] (JORNAL DAS MOÇAS, 1939, ed. 1240, p. 5).

A matéria que a figura a seguir apresenta também deixa ver o caráter dos padrões de beleza focalizados.

Figura4: Matéria publicada

JORNAL DAS MOÇAS 23 3 1939

As Duas O Disputam . . .



Mas Uma So' Póde Triumphant

Ele prefere a mulher de cutis branca, fina e aveludada o gênero de pele que todos os homens amam e admiram. Atualmente, loiras e morenas então conservando sua cutis absolutamente branca. Toda a mulher pode agora embranquecer, suavizar e embelezar facilmente a sua pele, fazendo simplesmente uso, todos os dias, do Creme Rugol, que é um alimento para a pele. Ele contém preciosos ingredientes que alevijam, amaciam e tonificam a pele. Ele penetra instantaneamente, acalma a irritação das glandulas subcutaneas e dissolve os pontos negros (cravos) de tal modo que eles desaparecem. O Creme Rugol limpa a poeira dos poros tornando-os invisíveis, sem obstruí-los. Com este creme a pele amarelada, queimada ou manchada, se torna alva, viçosa e uniforme. Ele mantém fresca, louça e limpa a epiderme a mais ressecada e descolorida, e absolutamente não a engordura. Ele convém, igualmente, a uma pele oleosa porque a sua ação subcutanea normaliza a função das glandulas da pele, evitando as espinhas, as asperezas e os cravos. Em 2 dias o Rugol dá á cutis uma beleza e uma frescura novas e indescriçiveis e de uma maneira impossivel de alcançar por outros meios. Ele deverá ser usado todas as manhãs. Depois de estende-lo no rosto, retire o excesso com uma toalha humida. Si, porém, a sua pele já tem asperezas, pís de galinha ou rugas; si está escura, envelhecida ou meio morta, V. Excia. deverá tambem empregar o Creme Rugol á noite antes de dormir. Ele embranquece, tonifica e renova a sua pele durante o sono. Passe o Rugol no rosto, pesçoço, braços e mãos.

Laboratórios Alvim & Freitas Ltd.
Caixa Postal, 1379 - S. Paulo.

Fonte: JORNAL DAS MOÇAS, 1939, ed. 1240, p. 4

Na edição 1.177, uma história em quadrinhos apresenta duas meninas. Uma delas está passando pó de arroz no rosto e a outra menina, com nome de Nambiquara³⁸, afirma que a amiga está toda lambuzada. A primeira menina diz que Nambiquara tem uma “inocência pré-histórica” e afirma: “é com pó de arroz que a gente fica bonita. Ainda não aprendeu que os

³⁸Nambiquara é o nome de um coletivo indígena brasileiro.

homens não gostam de caras negruscas?”. No decorrer da história, Nambiquara acaba passando farinha de trigo no rosto e passa a ser ironizada pela primeira menina quando a vê.

A Revista não apresenta, nos anos analisados, mulheres indígenas ou com traços dos povos originários. Apesar de não poder afirmar com exatidão que a escolha do nome da personagem foi proposital –sublinha-se é a menina com nome indígena que não sabia se maquiar e tem uma “inocência pré-histórica” –, pode-se pensar que, no imaginário social, as mulheres indígenas não estariam inteiradas sobre as tendências de beleza e de moda do período.

Em 1940, na edição 1.310, a matéria com o título “Não precisa de coroa para ser rainha” traz a fotografia de uma jovem branca, magra e com um colar que combina com a pulseira em seu pulso. A imagem ocupa metade da página e, na parte inferior, diz “Na mulher, a majestade reside na beleza. E é tão fácil reinar sobre os corações!” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1310, p. 57). As orelhas das mulheres também eram alvo de padrões estéticos: “a mulher que tem as orelhas colocadas perpendicularmente ao crânio, pode ser cruel, perigosa e dotada de pouca serenidade.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1304, p. 60). A mulher como um ser perigoso e capaz de “loucuras” forma o imaginário social do período. Se ela não estivesse no padrão considerado correto e belo, não seria uma boa mulher e, com isso, não seria uma boa mãe e esposa.

O padrão correto era difícil de ser alcançado, uma vez que a mulher deve ser bela, mas não pode chamar tanta atenção. Deve se dedicar ao lar, mas sem esquecer-se de cuidar da beleza. Ser moderna, mas sem esquecer valores tradicionais. Deve usar cosméticos, mas sem exagerar. Essas dicotomias podem ser observadas a partir de matérias como a intitulada: “A primeira coisa que observam nas mulheres...”. Nessa publicação, diferentes artistas estadunidenses dizem o que observam no sexo oposto. Jackie Cooper, ator hollywoodiano dos anos 40, afirma não gostar de maquiagens fortes, como se pode ler no trecho que segue:

O rosto. Não gosto de coisa alguma que seja pegajosa, nem aprecio este "maquillage" que parece um bolo de confeitaria, que toda gente está adotando. Quando elas estão do outro lado da sala, pode parecer bem, mas não quando se aproximam um pouco. A coisa principal que me desagrada é o odor de tais cosméticos. (JORNAL DAS MOÇAS, 1945, ed. 1546, p. 9)

Pode-se questionar tamanha cobrança que as mulheres do período viviam, uma vez que, para estarem dentro do padrão de beleza estabelecido pelo *Jornal das Moças*, precisavam ser muitíssimo versáteis. O padrão de beleza atingia também as vulvas e vaginas. Na edição de número 1.513, do ano de 1944, a matéria intitulada “É madrugada... e ele não vem!”, apresenta:

Não se torne uma esposa envelhecida. Por que o marido, outrora tão amoroso, ficou indiferente? É que a mulher possui um organismo delicado, expondo-a a distúrbios freqüentes que, não atalhados a tempo, produzem frieza, mau-humor, tornando-a indisposta para os prazeres da vida, enfim, uma jovem esposa... envelhecida. Siga o conselho dos grandes ginecologistas: faça, diariamente, a higiene íntima com o antisséptico de confiança, que eles aplicam em suas clínicas e recomendam às suas clientes: Lysoform. (JORNAL DAS MOÇAS, 1944, ed. 1513, p. 8)

O decorrer da matéria afirma que o Lysoform³⁹ exterminava germes e parasitas, reduzia secreções, prevenia, lavava, limpava e desodorizava inteiramente o órgão. A vagina era a razão dos problemas domésticos femininos, segundo a publicação, se o marido chegava tarde a casa, era devido ao fato de a mulher possuir um organismo delicado com distúrbios. A matéria termina dizendo: “conserva o amor de seu esposo fazendo de Lysoform o fiel protetor de sua saúde, mocidade e beleza.” (ibidem).

Figura 5: Matéria publicada



Fonte: JORNAL DAS MOÇAS, 1944, ed. 1513, p. 8

A culpabilização das mulheres era constante. Se algo estivesse fora do padrão, tanto estético quanto social, eram as mulheres as culpadas e, também, as responsáveis pela correção desse desvio⁴⁰. Saffioti, em sua obra *O poder do macho*, aprofunda uma discussão sobre o sentimento de culpa socialmente inserido nas mulheres e aborda a dificuldade de se libertar desse sentimento. A autora apresenta que as mulheres são culpadas por quase todos os

³⁹ O desinfetante *Lysoform* era indicado para diversas funções: para matar pulgas e percevejos, limpeza de geladeira, fogões e chão, para higiene bucal de fumantes e, como citado, para lavagem vaginal.

⁴⁰ Pensar nas características que a dominação masculina do período possuía não é, definitivamente, pensar que as mulheres se sujeitavam à posição de submissas por opção ou escolha. Não se pretende colocar as mulheres como responsáveis pela opressão recebida. Como Pierre Bourdieu (2012, p. 52) apresenta: as “tendências à submissão são resultantes de estruturas objetivas e que se deve levar em consideração a construção de estruturas cognitivas que organizam os atos de construção do mundo e de seus poderes.”

problemas domésticos e que, apesar de saber que não é sua responsabilidade, assume a culpa por ter sido socializada dessa forma. (SAFFIOTI, 1987, p. 64)

No ano de 1943, a edição 1.475, traz a beleza como obrigatoriedade: “a mulher tem obrigação de ser bonita. Hoje em dia só é feia quem quer. Essa é a verdade.”(JORNAL DAS MOÇAS, 1943, ed. 1475, p. 62). Na coluna ao lado, uma matéria que falava sobre como conquistar o homem amado apresentava diferentes técnicas de beleza para seduzi-lo e coloca a felicidade feminina a partir do interesse demonstrado pelo sexo oposto.

Simone de Beauvoir (1949) apresenta a ideia de que a socialização feminina faz com que as mulheres entendam que as suas vidas possuem como objetivo o interesse do homem e, com isso, a beleza feminina foi fator central para alcançar esse objetivo, como é perceptível no trecho acima. Michelle Perrot, em sua obra *Mulheres Públicas (1998)*, apresenta que a beleza é vista como um dever das mulheres e que “o primeiro poder é o estético.” (1998, p. 22).

As publicidades também contribuía para o padrão estético de beleza no Estado Novo. Em uma história em quadrinhos, a personagem Helena aparece muito triste depois que seu noivo Jorge a deixou. A amiga de Helena diz que Jorge a deixou, pois sua pele está ressequida “como a de uma mulher de meia idade” e indica que Helena utilize o sabonete Palmolive para que sua pele ficasse sempre linda e mais atraente. No quadro seguinte, Helena aparece abraçada a Jorge, que diz “promette-me que conservarás sempre a cútis de collegial” (JORNAL DAS MOÇAS, 1939, ed. 1240, p. 20). A condição da pele feminina estava muito ligada a dois fatores: a beleza e a condição social. O estereótipo de beleza era da pele clara e sedosa e, quanto mais clara fosse, melhor a condição social da mulher.

A rivalidade feminina, sempre em consequência do desejo de atenção masculina, percorre diferentes edições da revista. Com isso, a melhor maneira para “ganhar” a disputa era manter-se bela e atraente para o homem e também, é claro, ser uma boa esposa. “Não inveje o fascínio que suas amigas exercem sobre os homens... A mulher bella é sempre uma festa para os olhos de seus admiradores... A Sra. também pode ser admirada.” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1.310, p 10). Já na edição 1.240, a Revista apresenta que as mulheres têm olhos de lince para enxergarem as fraquezas de outras mulheres. (JORNAL DAS MOÇAS, 1939, ed. 1240, p. 17) demonstrando assim que as mulheres que possuíssem características capazes de “vencer” as outras mulheres seriam melhores.

A Revista acompanhava moldes de costura para que as mulheres pudessem copiar os modelos apresentados nas páginas. E o padrão de beleza se encontrava nos moldes também. Michelle Perrot alega que a imprensa de moda (a JM não tratava somente de moda, como

apresentado, porém continha parte de suas páginas destinadas a esse segmento) é uma das primeiras expressões femininas e de normatização da conduta e dos costumes. (PERROT, 1998)

Wolf (1992) apresenta que a “beleza feminina” é uma forma moderna e ocidental de avaliar as mulheres. Porém, a beleza não é universal, e sim cultural e histórica. O “ser belo” possuía (e ainda possui) um peso diferente para homens e mulheres. A autora alega que o “ser mulher” está muito ligado ao nível de beleza que possui. Quão mais bela fosse, mais feminina e, conseqüentemente, mais mulher seria. A Revista corrobora com esse discurso em diversas matérias já apresentadas. Era a mulher que mais se preocupava com o cuidado com a pele e com o corpo, que mais bonita era. E a mulher mais bonita era melhor e mais feminina.

Mulheres negras, gordas e indígenas não são representadas na revista *Jornal das Moças* durante o Estado Novo. O padrão de beleza estabelecido na Revista era uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que a revista espelhava o que as leitoras expressavam na sociedade, as leitoras, por sua vez, embasavam-se nos padrões da revista. Entretanto, como foi mostrado, 38% das mulheres brasileiras não estavam ali representadas. O que leva a crer que uma elite tinha acesso à Revista e era essa mesma elite considerada o padrão de beleza do período.

O Estado Novo marcou a história social e política do Brasil. Além disso, estabeleceu padrões sociais para a população e as mais afetadas foram as mulheres. Simone de Beauvoir afirma: “[...] que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados.” E o regime autoritário, corporativista e conservador de Vargas não fugiu a essa regra. Os avanços, ainda que singelos, que o movimento feminista dos anos 20 conseguiu a partir de muita luta, tiveram um movimento retrógrado no Estado Novo. Estabelecer um discurso em que as mulheres brasileiras deveriam estar no espaço privado e questionar sua participação no mercado de trabalho, considerá-las como donas de casa somente, uma maternidade quase compulsória somado ao controle da imprensa e à censura fez com que as “mulheres” (coloca-se aspas pelo fato de acreditar que a Revista representava somente uma pequena parcela da população feminina, como dito anteriormente) fossem representadas pela revista *Jornal das Moças* de maneira corroborativa com o discurso do regime.

Entretanto, não se afirma que as mulheres aceitaram caladas tais medidas e representações. O movimento feminista e as organizações femininas progressistas que questionavam o papel social das mulheres escolheram atuar de maneira significativa contrariamente ao regime varguista, apesar de toda a censura e de todas as perseguições

políticas do período. E não se afirma também que as mulheres que se encaixavam no modelo estabelecido pelo autoritarismo de Vargas eram submissas ou limitadas de conhecimento. Pelo contrário, compartilhavam de uma mesma cultura política e de um mesmo capital cultural. Era também, uma escolha delas.

3 A VIDA FEMININA PORTUGUESA ERA BASEADA EM MODAS E BORDADOS?

“Mas isto de falar sobre as mulheres e apolítica entre nós é um vício e tema para boas conversas.”⁴¹

O regime autoritário baseado nos preceitos da Igreja Católica que António de Oliveira Salazar instaurou em Portugal formou, obrigatoriamente, mulheres submissas que exaltavam o regime? Ou, por outro lado, houve resistências ao autoritarismo salazarista? As análises acerca das mulheres portuguesas podem seguir diversos caminhos. Entre tantas possibilidades, a escolhida foi a representação na revista *Modas e Bordados – Vida Feminina* devido a sua grande importância acerca da contribuição no cotidiano das mulheres portuguesas.

Acredita-se que essas mudanças de cotidiano, em longo prazo, modificam também a estrutura social na qual essas mulheres estão inseridas. Como exemplo pode-se utilizar a modificação de discurso que a Revista passou a ter após a entrada de Maria Lamas na direção do periódico como será desenvolvido adiante. A pedagogia da mulher, possibilitando uma nova maneira de ver e ler o mundo, modifica o perfil do público-alvo: a dona de casa que lia a revista. Seria absurdamente condenável pensar, enquanto pesquisadora, que mulheres que passavam o dia dedicando-se a cuidar dos lares não poderiam modificar a sociedade de maneira estrutural. Por isso, estudar uma revista chamada *Modas e Bordados – Vida Feminina* possibilita uma compreensão tão rica acerca do papel social das mulheres durante o Estado Novo de Salazar⁴².

Ao pesquisar as páginas de fonte tão rica de informações, optou-se por procurar o discurso que se desviava do óbvio e do esperado em uma revista feminina dos anos 30 e 40 em pleno regime salazarista. As matérias conservadoras e moralistas que, hoje, seriam taxadas de machistas e sexistas, eram sabidamente que seriam encontradas, dado ao período histórico e social no qual a Revista teve circulação. A procura, durante as horas que foram passadas na Hemeroteca, deu-se em busca das matérias, colunas e cartas que saíssem do padrão salazarista. Escritos que desafiassem o *status quo* do regime, que fizessem com que as mulheres vissem o mundo de uma forma distinta.

Nas páginas deste Capítulo, diferentes recortes foram contemplados. Em um primeiro momento foi trabalhado com uma ideia geral sobre a Revista e sua história. A partir daí,

⁴¹Carta de Maria das Dores Cabrita a Maria Lamas, Lisboa, 19 de outubro 1982. Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁴² Apesar de o regime ter durado de 1933 a 1974, a presente pesquisa focou-se nos anos de 1937 a 1945 para acompanhar o Estado Novo brasileiro afim de realizar comparações.

aborda-se o *Correio da Joaquina* e a figura de Maria Lamas, que teve uma participação singular na história das mulheres portuguesas. Em um segundo momento, foi caracterizado o regime de Salazar para a mulher portuguesa e seu discurso sobre Deus, família e trabalho. Além dessas representações, optou-se por trazer outros exemplos de matérias da Revista que apresentavam outras possibilidades de “ser mulher” para além do que o salazarismo desejava. E, por último, fala-se sobre a censura que atingiu diretamente a vida das mulheres e a imprensa. Além disso, procurou-se concluir o capítulo com algumas reflexões que foram realizadas no decorrer da pesquisa e, acredita-se, não terem sido feitas por enquanto.

Pesquisar a revista *Modas e Bordados – Vida feminina* permite analisar um discurso feminino inserido em um regime autoritário e, com isso, perceber o espaço da mulher na sociedade portuguesa, suas manifestações artístico-políticas e suas representações na Revista. Essa ação viabiliza criar um espaço para pensar tanto as representações femininas no período do recorte que se fez, como qual era o papel social da mulher na sociedade que se observa, a portuguesa.

3.1 MODAS E BORDADOS – VIDA FEMININA

Criada em 14 de fevereiro de 1912 ainda como um suplemento do jornal *O Século* (1881-1977), com a sociedade portuguesa se adaptando ao recente regime republicano, a revista *Modas e Bordados* nasce com intuito de comunicar para as mulheres de classe média e alta conselhos de moda, culinária, beleza e boas maneiras. A Revista era propriedade da J. J da Silva Graça e situava-se na Rua do Século, 43, em Lisboa. (RODRIGUES, 2016)

Apesar do conteúdo voltado para os cuidados domésticos, a Revista contribuiu de diferentes maneiras na formação das mulheres portuguesas⁴³. Durante os mais de sessenta anos em que esteve em circulação (1912-1977), a Revista possuiu um discurso que poderia ser visto de maneira contraditória por vezes. Se em algumas matérias se tem a exaltação às mulheres e os diferentes papéis sociais que podiam ser exercidos por elas, em outras matérias

⁴³ Tanto no Brasil quanto em Portugal, o “ser mulher” é multifacetado e permite um leque enorme a partir de diferenças culturais, regionais, raciais, sexuais e sociais. Não se pretende, nesta pesquisa, homogeneizar ou generalizar as mulheres portuguesas a partir de um único estereótipo ou de um único modelo. Sabe-se que as diferenças entre as leitoras da cidade e as leitoras do campo, por exemplo, são infinitas. A ideia aqui é trabalhar a representação que a revista fazia das mulheres portuguesas (muitas vezes desconsiderando as diferenças de cada uma) e, paralelamente, o discurso que a revista possuía para com as leitoras. Ao utilizar a expressão “mulheres portuguesas”, sabe-se das diferenças existentes, mas optou-se por utilizar dessa forma no intuito de facilitar a leitura, mas, reiterando, com total consciência das especificidades e singularidades das mulheres portuguesas.

se tem discursos bem conservadores, contendo traços que permitem que sejam chamados de moralizantes.

É a partir da direção de Maria Lamas, em 1930, que o suplemento ganha um subtítulo, passando a se chamar *Modas e Bordados – Vida Feminina*, e, em 1938, devido ao crescimento de público tornou-se uma revista autônoma, separando-se totalmente do jornal *O Século*. Dentre tantas colunas conhecidas pelas leitoras, uma em especial teve maior destaque na sociedade: *O Correio da Joaquina*.

Com assinatura de Maria Lamas, a partir do pseudônimo de Tia Filomena, a coluna recebia cartas das leitoras mais jovens e dava conselhos de comportamento, relações familiares, moda, estudos, leituras e relações amorosas. A aceitação do público foi tão grande que inspirou um programa de rádio na Emissora Nacional chamado *Meia Hora de Recreio para raparigas*.⁴⁴ As alunas da Escola Liceu D. Filipa de Leancastre ficaram encarregadas de fazer o primeiro programa. Maria Lamas também participou da rádio solicitando que as leitoras da Revista contribuíssem enviando suas sugestões. Fica clara a participação ativa das leitoras tanto adultas, quanto jovens na construção da Revista e, conseqüentemente, no programa de rádio.

3.2 CORREIO DA JOANINHA

Essa participação se dava a partir de cartas enviadas pelas leitoras e o teor dos assuntos era variado. As cartas eram respondidas a partir de pseudônimos que as próprias leitoras colocavam ou eram escolhidos pela Revista fazendo referência ao assunto da carta⁴⁵. Acredita-se que grande parte da procura pelos conselhos da Tia Filomena se dava devido ao fato de as cartas originais não serem publicadas, somente as respostas, gerando dessa forma um sentimento de confiança entre a leitora e a Revista, criando um vínculo. Esse vínculo também se dava devido ao fato de todas as respostas serem bastante singulares e específicas para cada caso.

Essa afirmação advém do fato de que, durante a pesquisa, não se presenciou respostas genéricas ou que pudessem ser utilizadas para casos diferentes, levando a crer que as cartas,

⁴⁴A tese de doutorado intitulada “O uso político do rádio pelos ditadores Getúlio Vargas (Brasil) e António de Oliveira Salazar (Portugal) no período de 1930 – 1945”, de Izani Mustafá, trabalha a utilização do rádio pelos regimes autoritários da presente pesquisa. Para maior compreensão do assunto, indicamos a leitura citada que, inclusive, trabalha também com o programa inspirado na revista em questão.

⁴⁵ Como exemplo, pode-se citar: “Adran de Atsor”, “Branca da Ilha Lilas”, “Triste Estrela”, “Andorinha II”, “Uma que adora S. Pedro e não pode esquecer a praia da Rocha”.

além de serem realmente lidas, eram respondidas com certa dedicação pela direção do impresso. Esse fato leva a crer que a confiabilidade gerada pela Revista *Modas e Bordados* para com as suas leitoras tenha sido fator determinante para a fidelidade do público. Optou-se pela seleção das matérias com maior profundidade no âmbito sociopolítico e também as matérias que se destacavam em relação ao cotidiano.

O vínculo criado entre Revista e público foi tão grande que se notam diversas leitoras recorrentes do espaço de conselhos da Tia Filomena. É frequente perceber cartas que dão a entender serem continuações de outras já enviadas. Essa troca de correspondência gerava quase uma obrigação da leitora de “atualizar” a Revista sobre os questionamentos. Quando a leitora pede algum conselho sobre um caso específico e a Tia Filomena responde dando sua opinião, em algumas edições seguintes, vê-se a mesma leitora contando o desenrolar do imbróglio que estava passando. A maneira de escrever de Maria Lamas fazia com que as leitoras se sentissem, realmente, “sobrinhas” da Tia Filomena a tal ponto que sentiam necessidade de expor como a situação havia ficado, davam-lhe satisfações sobre os desfechos.

Como exemplo, traz-se a carta-resposta à leitora “Marta X”:

4373 – Marta X – Fico esperando com ansiedade que me escrevas, comunicando-me já estares na tua casa. Deve ter sido insuportável este último período passado num ambiente hostil, como o que me descreves na tua carta. Serás minha sobrinha enquanto quiseres, pois em todas as idades e estados eu acolho no meu coração as sobrinhas que me procuram. Desejo-te as maiores felicidades. (MODAS E BORDADOS, ed. 1.621, 03/03/1943, s/p)

Nessa carta, Tia Filomena pede para que a leitora atualize a situação. Não se entende o que se passa efetivamente com a jovem, nem onde era o ambiente hostil que ela estava vivendo, mas nota-se a solicitação de Tia Filomena para que a leitora escreva novamente.

Nos anos analisados para esta pesquisa, não foi possível encontrar outra carta com o pseudônimo “Marta X”. Com isso, não se sabe se houve outras trocas de correspondência, uma vez que a Revista pode ter enviado cartas diretamente para a leitora ou publicado com outro pseudônimo. Outro exemplo de Tia Filomena pedindo para que as leitoras permanecessem enviando cartas pode ser visto na seguinte passagem: “[...] Mas já vai muito longe essa resposta. Continuaremos a nossa “conversa”, se quiseres, depois de me escreveres novamente, contando-me o que fazes atualmente, que obrigações e ocupações tens e tudo o mais que sentires desejo de me contar.” (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1619, s/p).

Entretanto, algumas leitoras, como há referência citada a seguir, cobram uma resposta mais ágil da Revista. A leitora Paula, por exemplo, questiona a falta de interesse de Tia Filomena em seu caso:

4437 – Paula – Como pudeste pensar que eu me desinteressei de ti? Achas que eu poderei alguma vez desinteressar-me de quem confia em mim? Recebi mais uma carta tua, depois de ter te respondido no nº 1621 e se mais nada te disse, especialmente endereçado a ti, nem por isso deixei de pensar muitas vezes na tua situação e em tudo o que te diz respeito. Simplesmente, pensei que seria preferível não intervir. [...] escreve-me sempre que queiras. Espero as tuas cartas com o maior interesse. (MODAS E BORADOS, 1943, ed. 1634, s/p)

Além da confiabilidade de anonimato que a Revista garantia a essas mulheres, possibilitando que as leitoras pudessem abrir suas intimidades emocionais, familiares, sentimentais, amorosas, entre outras, a relação de segurança era tamanha que a troca de correspondências era constante. Acredita-se que as leitoras se sentiam com tamanha liberdade que era quase uma “obrigação” manter a Tia Filomena a par do desenrolar da situação, como se a personagem realmente estivesse interessada e preocupada com a situação de cada leitora. “4438 – Cinzas de um grande fogo – Respondi no número anterior à carta a que te referes e já te tinha escrito também no penúltimo número.” (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1634, s/p).

Os conselhos que Tia Filomena dava para as leitoras não seriam considerados, nos dias atuais, como empoderadores ou de caráter feminista. Entretanto, não se pretende neste trabalho desconsiderar que o diálogo se dava entre uma revista feminina e mulheres na década de 1930 e 1940, em um regime autoritário, conservador e extremamente ligado à Igreja Católica, como era o salazarismo. Seria imprudente e anacrônico pensar que os conselhos da Revista seriam extremamente radicais sobre a função social que as mulheres portuguesas cumpriam naquele período. Na pesquisa realizada, notam-se posicionamentos distintos conforme a temática. Com um posicionamento mais moderado e focado nos bons costumes da época, Tia Filomena critica a leitora que, aparentemente, passou por uma situação delicada com um rapaz. A severidade da escrita demonstra um posicionamento mais tradicional ao que se refere a relacionamentos amorosos, tal como é possível ler no trecho que segue:

Não estou contente contigo. Procedeste muito levemente. Uma rapariga honesta, sensata e firme nas suas afeições, não conversa nem acompanha um rapaz que não conhece, com a facilidade com que tu fizeste. Não me agradou, também, a atitude desse rapaz, teu companheiro de viagem. Mas, a verdade, é que fostes tu a culpada do atrevimento dele, fazendo-te o pedido que fez. As raparigas são, muitas vezes, levianas e imprudentes, admirando-se, depois, das consequências. É preciso que se

convençam de que os rapazes não são anjos e que muito poucos sabem conviver com raparigas, mantendo sempre uma linha de conduta irrepreensível. (MODAS E BORDADOS, 1940, ed. 1485, p. 8)

Se, por um lado, o posicionamento tradicional imperava ao se tratar de assuntos amorosos, um posicionamento mais voltado para o crescimento intelectual das mulheres era demonstrado em outras edições, como se pode ver no trecho: “Concordo em absoluto com a tua disposição de estudares. Assim deves fazer. Se te sentires com coragem para vencer algumas disciplinas ainda este ano, bom será, porque terás muito menos trabalho no próximo ano.” (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1626, s/p).

É notório, em diversas edições, leitoras que enviam suas fotografias para que Tia Filomena “as conheça”. A edição citada a seguir demonstra dois pontos importantes: a frequência de correspondência das leitoras e o envio corriqueiro de fotografias. Verifica-se que a Revista já havia recebido, em outro momento, outra fotografia da leitora. “Recebi as tuas cartas – três – e a fotografia, que apreciei imenso. Já tinha outra, mais antiga. Vejo agora quanto te tens desenvolvido e como está simpática. ” (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1615, s/p).

Além das fotografias, era corriqueiro o envio de poemas, contos e outras produções literárias dos quais as leitoras eram as autoras para avaliação da Tia Filomena e possível publicação em futuras edições da Revista, como se lê no trecho: “Recebi realmente o romancelinho, que será publicado em “Joaninha”, na primeira oportunidade. É absolutamente original ou foi escrito sob a influência de alguma leitura? Gostava que me respondesses a esta pergunta com a maior franqueza. ” (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1616, s/p).

Referente à moda, pode-se perceber pedidos de moldes de corte e costura e bordados, dicas de qual estilo de roupa usar em determinadas ocasiões e combinações de vestimentas conforme o físico da leitora. No que tange aos conselhos amorosos solicitados pelas leitoras, nota-se certo pudor ao falar sobre relacionamentos fora do casamento, como demonstrado na citação em que há uma dura crítica ao comportamento “leviano” da leitora. Já em conselhos dados às leitoras casadas, o cunho do discurso era sempre o do diálogo com o companheiro, mas também de certa “mediação” em relação aos problemas explicitados pelas leitoras. Os conselhos eram no sentido de que a mulher deveria buscar sempre apaziguar e controlar toda e qualquer situação de tensão na casa.

Além de cartas solicitando conselhos amorosos, de moda, de cuidado com a casa, de relacionamentos familiares, outra demanda das leitoras era sobre conselhos financeiros e opiniões de como contribuir monetariamente em casa, tal se pode ler no trecho que segue:

Gostaria deveras de poder proporcionar-te maneira de aumentares as tuas receitas, mas não sei, nesta ocasião, de ninguém que necessite de uma pessoa com as tuas habilitações. A luta é grade para todos! Não desesperes. Terei sempre muito gosto em receber as tuas notícias e, se souber de qualquer coisa que possa convir-te, não deixarei de te comunicar. (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1616, s/p.)

Com isso, percebe-se que a troca de correspondências entre a Revista e as leitoras era de caráter fundamental para o periódico. A confiança que as leitoras, principalmente as mais jovens, possuíam com a Tia Filomena demonstra que a Revista mantinha com elas um contato muito próximo, uma vez que há registro de respostas das cartas em que as “sobrinhas” enviavam fotografias e outros materiais. O *Correio da Joaquina* foi primordial para que a Revista tivesse a longevidade que teve, sendo parte de seu alicerce.

3.3 MARIA LAMAS

Maria da Conceição Vassalo e Silva da Cunha Lamas nasceu em 1893 em Torres Novas, Portugal. Ainda muito jovem começou sua carreira como jornalista escrevendo crônicas sobre moda e comportamento para o jornal *O Século*. A partir de 1928, assume a direção da revista *Modas e Bordados* (que ainda era um suplemento do jornal), posição na qual permanece durante dezenove anos. Sua contribuição na Revista foi tamanha que a publicação passou a ser uma autônoma e não mais um suplemento do jornal.

Rodrigues (2016, p. 25) apresenta em sua tese que a direção de Lamas foi “determinante no campo da pedagogia da mulher” e fez com que a Revista e a Tia Filomena se tornassem melhores amigas das mulheres e das jovens de Portugal, contribuindo de maneira significativa na vida das leitoras.

Já na década de 1940, além de diretora da Revista, Lamas também contava com outro cargo importante para as pautas femininas no período: presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que discorria sobre a defesa dos direitos sociais e políticos das mulheres. Foi durante a presidência de Lamas que o Conselho começou a debater o analfabetismo feminino e as questões profissionais das mulheres. Promovendo diversos eventos em que as figuras femininas eram exaltadas (exemplo foi a exposição de livros escritos por mulheres com mais de 1500 escritoras do mundo todo) (RODRIGUES, 2016).

Entretanto, o Conselho encerra suas atividades forçado pelo Estado Novo repressivo de Salazar.

Foi a partir do encerramento do Conselho que Maria Lamas, indignada com a posição do governo em relação às mulheres, começou uma viagem em busca de conhecer as mulheres portuguesas, seus problemas sociais, culturais, econômicos e políticos. Arrecadando centenas de entrevistas e fotografias com mulheres de variados níveis sociais e etários, narra a vida de operárias, artistas, intelectuais, camponesas, estudantes, em especial da zona rural e escreve uma das obras de maior impacto na sociedade portuguesa, em 1948: *As mulheres do meu país*. Na sua obra, expõe com detalhes a miséria, a falta de conhecimento e de acesso à saúde, à higiene; fala sobre analfabetismo e outros problemas que as portuguesas enfrentavam. Em suas palavras:

Olhei à minha volta e comecei a reparar melhor nas outras mulheres: umas resignadas e heroicas na sua coragem silenciosa; outras indiferentes, entorpecidas; e ainda aquelas que fazem do seu luxo a exibição de um privilégio [...]. Fui ao encontro das minhas irmãs portuguesas, procurei conhecer e sentir as suas vidas humildes ou desafogadas, as suas aspirações ou a sua falta de aspirações, sintoma alarmante de ignorância, desinteresse e derrota. Analisar as causas e efeitos que influenciam na mentalidade e no destino das nossas mulheres, é tarefa que excede as possibilidades de um trabalho individual. Mas basta contar como elas vivem e sonham e lutam e sofrem, para que o grande problema se revele no seu profundo e dramático sentido humano. Nada mais do que um documentário vivo e sincero: visões da nossa paisagem, aldeias e cidades, como cenário; mulheres de todas as condições, no seu labor, seus trajes característicos, sua índole e costumes, suas alegrias e tormentos [...]. (LAMAS, 2002, s/p, on-line).

Após o lançamento do livro, Maria Lamas é presa, em 1949, pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), responsável pela perseguição e repressão dos opositores do regime autoritário de Salazar⁴⁶. Sua próxima prisão, em 1962, fez com que se exilasse em Paris, voltando para Portugal somente em 1969 quando pode presenciar que a Revolução dos Cravos depôs o Estado Novo.⁴⁷ Filiou-se ao Partido Comunista Português em 1974. Entretanto, diversos autores apresentam que Lamas já se identificava anteriormente com as ideias do partido⁴⁸.

Além disso, questionou o padrão imposto pelo regime em diversos momentos. Em uma palestra, Maria Lamas, segundo Gorjão, questiona:

⁴⁶ Indica-se a leitura de MADEIRA, João (coord.); PIMENTEL, Irene Flunser, FARINHA, Luís. **Vítimas de Salazar**. Estado Novo e Violência Política. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

⁴⁷ Em 1974, quando o movimento político e social conhecido como Revolução dos Cravos coloca fim à ditadura de quarenta anos do Estado Novo, o então chefe do regime era Marcelo Caetano e não mais Salazar. Porém, o regime como um todo ficou conhecido como salazarismo.

⁴⁸ A filha de Maria Lamas, Maria Cândida, deu uma entrevista, em seis de dezembro de 2003, e contou como foi a decisão de filiação da mãe.

Será que o Estado Novo tem medo da consciência esclarecida da mulher? Será que a mulher, compenetrada da sua dignidade, do respeito a que tem direito, da importância da sua missão de mãe, e sob esse aspeto, dos deveres do Estado para com ela, pode transformar-se num obstáculo para os pontos de vista do Estado Novo? Será que a mulher, preparada para colaborar eficazmente na vida pública da nação, ofende a moralidade do Estado Novo? Qual é então o tipo de mulher que o Estado Novo preconiza? [...] Queremos ser respeitadas e não consideradas escravas, ou simples objetos de luxo, o que também é uma forma, embora dourada, de escravidão. Nós, mulheres democratas, queremos ser verdadeiramente a companheira do homem. Queremos tudo isso, mas sabemos, pela mais dura experiência, que o Estado Novo não o permitirá (GORJÃO, 2002, p. 202).

Com uma participação ímpar na luta pela igualdade social, econômica e política para as mulheres e na denúncia de um regime sexista, Maria Lamas atuou até a sua morte em 1983, com 90 anos de idade. Sua atuação social foi de grande contribuição para a história portuguesa e para o feminismo.

3.4 ESTADO NOVO – SALAZAR E A MULHER

Conhecido como um dos regimes autoritários⁴⁹ mais longos da história (1933- 1974), o Estado Novo português estruturou de maneira decisiva diversos aspectos da sociedade portuguesa, tanto durante seu desenvolvimento, quanto pós-Revolução dos Cravos em 1974. O foco desta pesquisa, além de contextualizar historicamente, foi pensar e analisar de quais formas o Estado Novo português influenciou, condicionou, modificou e impôs normas e funções sociais que perpassavam direta e indiretamente o cotidiano das mulheres.

A crise do pós-Primeira Guerra Mundial abalou financeiramente o país português criando dificuldades graves ao governo republicano que pouco tempo teve para governar, uma vez que a monarquia havia caído em 1910. O Partido Democrático, como era conhecido o Partido Republicano Português, foi duramente criticado pelos militares de posição mais conservadora e, em 1926, um golpe de militar acaba por derrubar o governo. A ditadura

⁴⁹Usa-se, na presente pesquisa, a expressão “regime autoritário”. Essa opção se deu por conta de um enorme debate historiográfico existente em torno do regime salazarista. A proximidade do regime com o fascismo de Mussolini foi inegável. Porém, duas vertentes são mais debatidas na academia: o salazarismo enquanto um regime fascista ou não fascista. Entre os principais teóricos e intelectuais da temática, Fernando Rosas, Luís Torgal e Manuel Loff afirmam que o regime salazarista poderia ser entendido como um regime fascista. Pensando de maneira oposta, Antonio Costa Pinto, Manuel Braga Cruz e Phillipe Schmitter apresentam outros conceitos mais condizentes com regime. Respectivamente, direita conservadora, monopartidário e conservador, e por último um modelo corporativista. A partir das leituras realizadas para a atual pesquisa, leva-se a acreditar que o regime salazarista, apesar da proximidade com o fascismo, possuía características próprias, sendo assim um regime singular. (GONÇALVES, 2012) Entretanto, a temática central do trabalho não gira em torno do debate historiográfico e conceitual sobre o salazarismo e, por isso, a escolha de “regime autoritário”.

militar que Portugal viveu era apenas o prelúdio do que viria a ser o governo de António de Oliveira Salazar.

A situação financeira de Portugal era severamente crítica. Os anos 20 foram, sucessivamente, difíceis para a economia do país, desencadeando uma violenta crise, conforme explica Rosas:

Os efeitos quase sucessivos das crises de 1921, da valorização do escudo, em 1924, e da Grande Depressão de 1929 tinham afetado gravemente a economia, os negócios e as finanças públicas. Para a oligarquia tradicional, e mesmo para importantes setores das classes médias, o velho Estado republicano-liberal, controlado, sem possibilidade real de alternativa, pelos “bonzos” do PRP, tornara-se sinónimo de “demagogia” e “desordem”, isto é, da instabilidade política e social, de “escândalos”, de incapacidade geral de fazer face à crise. (ROSAS, 1998, p. 217)

Alguns esforços foram feitos para resolver o problema econômico, porém sem muito sucesso. O coronel Sinel de Cordes, então ministro das finanças, na tentativa de quitar as dívidas com a Grã-Bretanha, acaba concluindo que a única saída seria entregar esse assunto às autoridades internacionais. O governo militar, por sua vez, influenciado pela opinião pública, não aceita tal sugestão por considerar um insulto com Portugal. As manifestações foram diversas, entre elas estavam as greves dos estudantes de Coimbra e do Porto, paralisando também os estudantes de Lisboa. Choques com o exército agitam o país. Nessa conjuntura, a ditadura militar portuguesa deporta centenas de pessoas e a tensão entre exército e a oposição é contínua.

Em 1928, o então professor da Universidade de Coimbra, Oliveira Salazar, é convidado para assumir a pasta das finanças do governo. Entretanto, ele apresentou uma condição para aceitar o cargo: queria o controle geral das despesas do governo. Os outros ministros não poderiam modificar as despesas de seus ministérios sem autorização prévia de Salazar. O general Carmona, chefe da República a partir do plebiscito de 25 de março de 1928 aceita a proposta. Com isso, confere a Salazar uma superioridade discrepante em relação aos outros ministros.

O aceite de ser ministro das finanças possibilitou que Salazar traçasse diversas estratégias para modificar a situação econômica que Portugal estava vivendo. Uma política rigorosa de contenção de gastos, redução de investimentos em saúde e educação, assim como o aumento de impostos, foi implementada, conforme explica Telo:

O fato de se dar prioridade ao problema financeiro obriga a uma profunda reorganização política, apesar de a aparência ser justamente a contrária. Em primeiro lugar, tal fato implica a concentração de poder dentro do próprio gabinete, bem

expressa na condição colocada por Salazar de ter o direito de veto sobre qualquer aumento de despesa. Trata-se de uma exigência muito anormal, que, quando é aceite, transforma o ministro das Finanças no verdadeiro centro de poder, ao qual todos os outros ministros são obrigados a dirigir constantes pedidos. (TELO, 1994, p. 787-788)

Em sua obra, o autor apresenta que as estratégias econômicas nortearam a política salazarista desde o início e contribuíram para que o regime se tornasse o que foi. Entretanto, apesar do apoio das forças armadas a partir de 1929, Salazar ainda tinha um apoio social extremamente limitado. A política de aumento de exportações resolveu a crise de certos setores industriais e agrícolas, modificando o apoio social, uma vez que Portugal tinha sua economia fortemente ligada a setores agrários. (TELO, 1994)

Com diferentes movimentos políticos e econômicos, Salazar estabiliza a economia portuguesa e, a partir de 1931, as estruturas econômico-sociais foram delimitadas, consolidando a base do que foi, a partir de 1933, o Estado Novo. “Salazar encontrou o país, segundo ele mesmo, numa ‘desordem estabelecida’: desordem política, desordem financeira, desordem econômica, e, finalmente, desordem social” (PASCHKES, 1985, p. 14 apud GONÇALVES, 2012, p. 481).

Foi em 1933 que a nova Constituição portuguesa proferiu a igualdade entre os cidadãos. Entretanto, Cova deixa claro que na própria Constituição fica saliente a diferença entre homens e mulheres. “Quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família” (COVA, 1997, p. 72). O salazarismo, baseado em seu tradicionalismo e conservadorismo, possuía um discurso bem específico para a mulher: a permanência no lar. Amparado no discurso da Igreja Católica, que será desenvolvido adiante, o regime difundiu ainda mais a ideia de que a mulher estaria ligada à natureza, enquanto o homem estaria ligado à cultura. Essa distinção de cunho biológico (extremamente criticada pelo movimento feminista desde seus primórdios) alicerçou o discurso que formaria um imaginário acerca da função social feminina.

Em um discurso proferido em Braga no ano de 1936, Salazar afirma: “Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever. (SALAZAR, 1936) É nessa máxima salazarista que as análises a seguir se pautaram. A ideia foi observar e analisar de quais formas esse discurso de “Deus, pátria, família e trabalho” estava presente na Revista, corroborando com o regime. Entretanto, como dito anteriormente, a Revista apresenta abordagens aparentemente contraditórias que se acredita ter um motivo que será trabalhado mais adiante.

3.5 “NÃO DISCUTIMOS DEUS E SUA VIRTUDE”

Portugal possui, historicamente, um número extremamente elevado de cristãos, em especial, católicos. Nos anos 30 e 40 não foi diferente. Com a esmagadora maioria da população de religião católica, Salazar teve como um dos pilares de seu regime uma aproximação muito clara com a Igreja. Se por um lado o chefe do regime defendia os interesses da Igreja, por outro lado a Igreja contribuía para garantir que ele permanecesse no poder.

Pinto (2007, p. 25) apresenta que a aproximação de Salazar com a Igreja Católica foi decisiva tanto para o alicerce ideológico quanto para a manutenção do regime: “É nas origens ideológicas da direita radical e do tradicionalismo antiliberal, na importância do catolicismo antiliberal como cimento cultural, que encontram as origens ideológicas e políticas do regime de Salazar.”. Entretanto, não se pode pensar em um “Estado confessional” como afirma o autor, uma vez que Salazar aproximou a Igreja muito mais para a esfera social (focado ainda mais no meio rural) do que para a esfera política. Porém, é fato que o catolicismo contribuiu de maneira decisiva no discurso estabelecido para a mulher portuguesa.

A revista *Modas e Bordados* possuía um discurso semelhante ao regime nesse quesito. Verifica-se em algumas passagens a presença de manifestações católicas. Na já mencionada coluna *Correio da Joaquina* são perceptíveis variadas respostas às cartas de leitoras com “conselhos” referentes a Deus, tal como no trecho: “O tempo se encarregará de te ajudar a escolher o caminho que te convém. Deus iluminará o teu espírito quando menos o esperares”. (MODAS E BORDADOS, ed. 1615, 1943, s/p) As despedidas das cartas se davam também com expressões de cunho religioso, como em: “Que Deus te conserve a felicidade!”.

A Ação Católica Portuguesa (ACP) foi criada em 1933 pelo Episcopado e durante muitos anos contribuiu com o salazarismo. Com divisões de faixa etária e social, a ACP possuía núcleos centrais destinados às mulheres como era o caso da Liga Católica Feminina e da Juventude Católica Feminina. Costa Pinto e Cova apresentam que:

Os organismos católicos constituíram um poderoso instrumento de socialização conservadora, com pólos esporádicos de dissidência, particularmente a partir de 1945. A presença fortíssima do clero na direção efetiva dos núcleos do movimento seria, aliás, elemento dissuasor de tensões com o regime, por parte de setores mais sociais que no entanto se viriam a verificar ocasionalmente. (COVA; COSTA PINTO, 1997, p. 85).

Entretanto, a ACP acabou virando uma dificuldade para o regime salazarista. A questão se dava porque o público feminino se dividia entre a ACP e outras organizações estatais destinadas às jovens moças. A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN),

criada em 1936, e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), criada em 1938 disputavam membros com a ACP. Gorjão (2002, p.82) afirma que o “regime tentou resolver sem grandes resultados, pois teve que continuar a partilhar com a Igreja essa área de formação nacionalista, moral e religiosa das raparigas.”.

Pimentel (2011) explica que existia uma diferenciação entre as instituições estatais. A OMEN devia ocupar-se de atuar no ensino primário, enquanto a MPF focalizava suas ações no ensino secundário. Caracteriza-se, assim, um projeto pedagógico do regime de Salazar fazendo com que as instituições estatais com cunho católico contribuíssem no ensino das jovens de maneira educacional, mas, principalmente, de maneira moral a fim de atuar desde os primórdios da “construção” da mulher portuguesa.

Com isso, percebe-se que a Igreja Católica, apesar das divergências teóricas que cercam o tema, teve uma participação singular no processo histórico estudado. Se de forma não tão direta na economia e na política, de forma bem intensa no controle de comportamento feminino a partir daquilo que era considerado socialmente aceito.

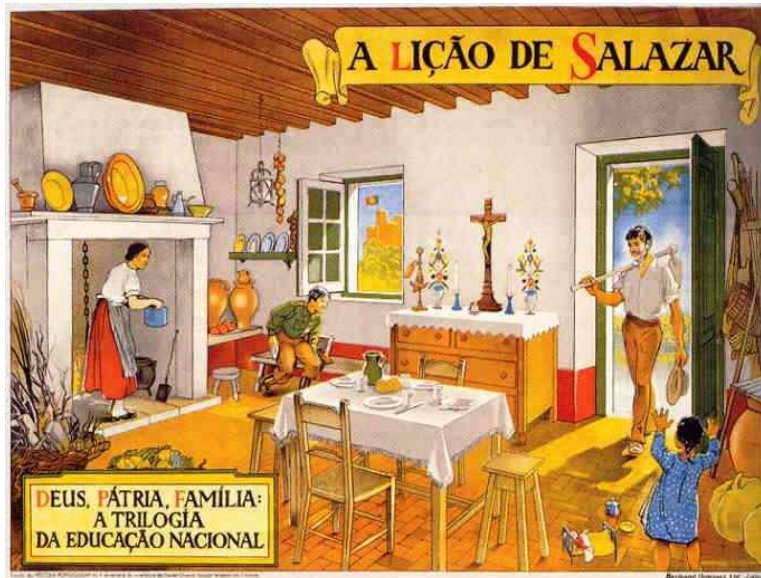
3.6 “NÃO DISCUTIMOS A FAMÍLIA E SUA MORAL”

“Não discutimos a família e sua moral” era o mote para contemplar um dos pilares do discurso salazarista: a família. Era nela que estava a função social da mulher⁵⁰. Os cônjuges não passavam de servidores nesse setor, como afirma Cova (1997).

Em 1938, como forma de comemoração pelos 10 anos de atuação de Salazar no governo, o Secretariado de Propaganda Nacional criou cartazes com as “*Lições de Salazar*” para serem distribuídas nas escolas. Em uma das cartilhas, intitulada *Deus, Pátria e Família: a trilogia da educação nacional*, a imagem da “família portuguesa” pode ser analisada.

Figura 6: Cartaz para difundir valores do governo

⁵⁰ Apesar de já ter sido explanado a consciência de que não existe “a mulher portuguesa”, uma vez que as mulheres tinham diferenças sociais, regionais, religiosas, entre outras, optou-se por trabalhar na presente pesquisa com o singular toda vez que foi falado sobre o pensamento de Salazar para com as mulheres. Essa opção se fez por concordar com a historiadora Irene Pimentel (2011) que afirma que o regime via a mulher como uma identidade coletiva e não individual e por isso o singular.



Fonte: Remédio (2013).

A imagem veiculada leva a crer que se trata de um homem que chega do trabalho, provavelmente no campo devido à ferramenta que carrega. É válido lembrar que, durante o período do Estado Novo, a maior parte da produção e da população se dava pelo meio agrícola. Há na cena uma mulher que espera o marido fazendo o trabalho doméstico, encarregada, então, dos afazeres da casa, da ordem e da gestão do lar, bem como da criação dos filhos. O padrão econômico não é claro, porém é possível perceber que não se trata de uma família pobre nem rica, mas católica uma vez que há representações religiosas. A pátria é representada na bandeira que se pode ver pela janela.⁵¹

Usa-se o cartaz como exemplo a fim de demonstrar que o discurso salazarista era difundido de diversas formas. Se Salazar discursava claramente sobre não discutir a família, há, por outro lado, também projetos pedagógicos contribuindo para esse mesmo fim. É o regime autoritário adentrando o espaço privado, o lar. O espaço definido como sendo da mulher.

O tom moralizador de Salazar se fez presente em diversos aspectos sociais, porém é no âmbito familiar que mais foi possível percebê-lo. Enquanto o alicerce familiar estava ligado à moral, o alicerce moral estava ligado ao Estado, uma vez que cabe a ele fomentar um sentimento unitário. Gorjão explica que:

⁵¹A imagem citada, assim como todos os cartazes do projeto em questão, foi analisada de maneira profunda no trabalho de mestrado REMÉDIO, Maria Margarida Rodrigues. **A lição de Salazar e a iconografia do Estado Novo**: contributo para a História da Educação em Portugal (1933-1939). Tese de mestrado. Didáctica da História, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2013.

A afirmação de dinâmicas no sentido da modernidade não impediu que se mantivesse o estrutural atraso sócio-cultural e econômico do país, subsistindo um forte conservadorismo em termos de práticas sociais e de mentalidades. O poder dos intelectuais nos destinos da nação e o crescente cosmopolitismo de cidadãos ‘bem pensantes’ e ‘críticos’ contrastavam com a enorme taxa de analfabetismo entre a população portuguesa. (GORJÃO, 2002, p. 39)

O papel social da mulher portuguesa estava no seio da família. Na construção e na manutenção de um lar sadio para o marido e para os filhos. A sua função enquanto mãe vale para todos no lar, seja com os filhos, seja com o marido. Cova afirma que a glorificação da “mulher-mãe” era constante no Estado Novo, pois ela não era responsável somente pelos filhos, mas pela harmonia do lar e pela tranquilidade do marido. (COVA, 1977) Ao refletir sobre essa questão, foi-se mais adiante. Acredita-se que essa glorificação ia além da responsabilidade com os filhos e marido. Ao cuidar do lar, a mulher estaria cuidando também da pátria. A casa era como a representação de uma “pátria em miniatura”, que estaria sendo moldada e educada também pelas mulheres.

Pode-se pensar que um regime autoritário, conservador e baseado em uma cultura paternalista como foi o regime salazarista em Portugal não voltaria a sua atenção para um discurso específico às mulheres. Entretanto, Salazar utiliza a mulher para que, dentro do espaço que a ela era reservado, ela pudesse contribuir com a pátria. O lar, sendo uma pátria em miniatura, precisava ser organizado e cabia à mulher mantê-lo em ordem. Cabia à mulher também o bem-estar do marido que estava formando a pátria no presente e a educação dos jovens, que formariam a pátria no futuro. Para o regime, a importância da mulher na sociedade era essa e muitas mulheres compartilhavam desse pensamento, como pode ser percebido na carta da leitora Alfacinha⁵², mais adiante.

“Não se discute a família e sua moral”, assim como não se discutia o papel social das mulheres. Amparado no sistema judiciário, o homem podia rejeitar a mulher caso ela não fosse mais virgem. Outra situação que deixava o homem em posição de favorecimento era em caso de assassinatos, a pena era menor em casos de assassinato quando o homem fosse vítima de adultério. Essas mesmas leis não valiam para as mulheres, contrariando o que dizia a constituição de 1933, a qual previa igualdade perante a lei a cidadãos portugueses.⁵³

⁵²Alfacinha é uma designação popular para as pessoas naturais de Lisboa.

⁵³ A lei era organizada conforme o interesse masculino. Exemplo disso é o caso de Carolina Beatriz Ângelo, médica e feminista portuguesa. Carolina foi, em 1911, a primeira mulher a votar em Portugal. A lei dizia que todos os chefes de família tinham direito ao voto. Carolina era viúva, sustentava sua casa e sua filha. Com esse argumento, entrou na justiça exigindo o direito a participar do processo eleitoral da Assembleia Constituinte e foi vitoriosa. No código eleitoral de 1913, a lei foi modificada para “todo homem chefe de família” para que outras

Ao interferir na família, Salazar interfere em diversas camadas sociais e etárias. Pode-se pensar na participação da família na construção política e ideológica dos jovens. Os meios sociais e o modo de vida, concordando com Gorjão, interferiam de maneira estrutural na visão de mundo das pessoas. Salazar consegue tocar em diversos portugueses e portuguesas no momento em que se remete à família e à sua moral. Seja nos projetos pedagógicos, nas falas ou em publicidades, o discurso salazarista seria passado de geração em geração durante todo seu regime.

3.7 “NÃO DISCUTIMOS A GLÓRIA DO TRABALHO E O SEU DEVER”

As funções sociais das mulheres portuguesas eram de esposa, dedicada ao lar e mãe devota. Porém, a mulher precisava muitas vezes se inserir no mercado de trabalho. “Apesar da retórica do regresso ao lar, as mulheres continuaram a entrar no mercado de trabalho durante o Estado Novo. No conjunto dos setores, os salários das mulheres eram inferiores aos dos homens.” (COVA, 1997, p. 76).

A revista em análise, *Modas e Bordados – Vida feminina*, inserida em seu contexto, possuía dicas para o lar e para o cuidado com o marido e com os filhos. Entretanto, verifica-se que em diversos momentos o periódico procurou conciliar a “função principal” das mulheres e o trabalho fora de casa. É frequente a presença de matérias estimulando, direta ou indiretamente, o trabalho feminino. Em matérias em que o tema principal é a modelagem de roupas, verifica-se um texto, por exemplo, exaltando a versatilidade das roupas. “Perfeita para ocasiões formais ou para raparigas que trabalham fora.”.

Pode-se pensar que a Revista em análise se apresenta de maneira contraditória. Se em determinadas matérias ela afirma que o papel da mulher é cuidando do lar, em outras matérias, entretanto, faz exaltações às mulheres que conquistaram o prêmio Nobel. As mulheres que escreviam para e na Revista eram mulheres do seu tempo. Elas compartilhavam

mulheres não seguissem o exemplo da médica e exigissem o direito ao voto. Esse caso exemplifica nitidamente o quanto a lei era excludente com as mulheres e assim gostariam que permanecesse. Não se pretende, na atual pesquisa, afirmar que toda a sociedade pensava dessa forma. O juiz que decretou que Carolina tinha direito ao voto era o pai de uma militante feminista do período, Ana de Castro Osório. Contraditoriamente, é durante o regime de Salazar, em 1931, que as mulheres passam a ter direito à participação no sistema eleitoral. Entretanto, somente mulheres com cursos secundários ou superiores. Vale ressaltar que no ano de 1930, a cada 100 portugueses, 70 não sabiam ler. (MÓNICA, 1977) Consequentemente, deduz-se que o número de mulheres com acesso ao ensino secundário ou superior era irrisório. MÓNICA, Maria Filomena. **Deve-se ensinar o povo a ler?: a questão do analfabetismo (1926-39)**. *Análise Social*, vol, XIII (50), 1977-2.º. Para maior conhecimento sobre o processo de sufrágio feminino em Portugal, indica-se: ESTEVES, João. **Da esperança à decepção: a ilusão do sufrágio feminino na revolução republicana portuguesa de 1910**. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos de História Contemporânea, 2014.

de valores morais, em sua maioria católicos, e estavam inseridas há anos em regimes autoritários, seja na ditadura militar ou no regime salazarista. Pretende-se, sim, analisar e tentar compreender a cultura política que essas mesmas mulheres estavam inseridas e compartilhavam. Cultura política essa que contribuirá de diferentes formas no “ser uma mulher portuguesa”, mas contribuirá ainda mais na representação do que seria de fato a mulher portuguesa.

Na edição 1.444 de 11 de outubro de 1939, uma matéria de duas páginas com o título “Em que profissão pode a mulher ser mais útil ao seu país?” convida as leitoras a enviarem suas opiniões a fim de que fossem publicadas na Revista, que por sua vez, fez comentários demonstrando mais uma vez a relação de proximidade do periódico com o público. A leitora com pseudônimo de “Alfacinha”, por exemplo, critica a maneira como a Revista abordou o tema, tal como se pode ver no trecho que segue:

Parece-me a mim que a questão está mal posta, pois admite, em principio que a mulher pode, normalmente, escolher uma profissão, e ao dizer profissão excluo do termo a ocupação a que deve aspirar toda a mulher – a de mãe de família. Esta confusão conduz, naturalmente, as leitoras de Modas e Bordados a por no mesmo pé de igualdade, nas suas respostas, as ocupações de professora, médica e mãe de família (esta geralmente em último lugar), com a mesma desenvoltura com que prefeririam ser aviadoras, comandantes de submarino ou soldados voluntários da Legião Estrangeira. (MODAS E BORDADOS, ed. 1444, 1939, s/p)

Em um primeiro momento, ao ler a carta da leitora, pode-se pensar que ela estava fazendo uma crítica à falta de oportunidades e de opções que eram dadas às mulheres. Isso porque não eram todas as mulheres que podiam escolher de maneira autônoma a profissão. Porém, Alfacinha continua tecendo críticas:

[...] Ora, de uma maneira geral, os lugares acham-se distribuídos em nossa sociedade desde Genesis, e o Criador, ao proferir a sentença a que estaria condenada a humanidade inteira, pelos séculos fora, deu à mulher a concepção e ao homem a labuta de cada dia, para o ganho do sustento comum. A ocupação normal da mulher, aquela que deve constituir a sua natural aspiração é, pois, a de esposa, mãe e dona de casa. (MODAS E BORDADOS, 1939, ed. 1444, s/p)

Observa-se no decorrer da leitura das cartas enviadas que a expressão “mãe” é quase sempre acompanhada da palavra “família”. Entende-se com isso que a mãe não é somente dos filhos, mas da família toda. A função da mulher estava envolta na casa.

Alfacinha segue criticando o questionamento que a Revista fez às leitoras. Afirma que compreende que muitas mães não possuem a “formação espiritual” necessária para desenvolver com precisão a sua função social. Além disso, considera que “são incapazes de

imprimir no barro mole das suas alminhas a orientação forte e segura que os encaminha, pela vida fora, com os olhos postos em Deus, na Pátria e na família.” (ibidem). Interessante é verificar que o argumento da leitora condiz exatamente com o discurso que Salazar proferiu em Braga, por exemplo.

Compreende-se, com isso que uma parte das mulheres corroborava com o discurso destinado a elas. Alfacinha se faz exemplo notório acerca do quanto o tom moralizante estava impregnado em parte da sociedade, haja vista os traços que seu discurso deixa ver, é a cultura política conservadora enraizada na população, principalmente na vida das mulheres.

Pimentel afirma que, apesar do discurso ideológico do regime, a realidade foi outra uma vez que, com o passar dos anos, o número de mulheres atuantes no mercado de trabalho foi aumentando. Em sua perspectiva:

Essa situação [da mulher trabalhar fora de casa] não trazia segundo Salazar, qualquer vantagem à mulher e prejudicava a verdadeira função feminina na família, a qual tinha uma economia própria ou, melhor, duas economias. [...] Uma era representada pelo salário do homem, a outra era-o pela produção no seio da família, que cabia, segundo a divisão sexual do trabalho salazarista, à mulher. (PIMENTEL, 2011 p. 55)

A Revista em análise busca fazer um contraponto. Se de um lado se tem leitoras como a Alfacinha tecendo críticas à ideia de trabalho externo, do outro se tem matérias em que há exemplo de mulheres que conciliam o trabalho intelectual, artístico e doméstico. Esse teor discursivo pode ser visto na matéria “A atividade intelectual ou artística feminina prejudica a vida doméstica?” (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1621, p. 5), conforme mostra a figura que segue.

Figura 7: Matéria publicada na Revista

MODAS E BORDADOS
A REVISTA

A actividade intelectual ou artistica feminina prejudica a vida doméstica?

O que no disseram as mulheres intelectuais e artistas da minha terra

SEMPRE se discutiu — e agora, que a mulher cada vez mais invade as esferas de acção masculina — com maior interesse — as desvantagens do labor extra-doméstico.

Alguns homens, por temperamento próprio e até por uma pequenina ponta de emulação mal disfarçada, reprovam absolutamente a entrada da mulher nos caminhos masculinos. Outros, com um pé no século passado favorável à sombra recatada dos gineceus e outro nesta nossa época, paladina de todas as audácias, veem com indiferença, se não com alguma indulgência, a mulher desempenhar-se galhardamente das profissões mais compatíveis com o seu sexo. Outros ainda, os companheiros da Eva moderna, acolhem com um sorriso de camaradas aquela que lhe toma o passo nos consultórios, nas escolas, nas secretarias e nos variados empregos que andam por aí alcandorados a vertiginosas alturas.

«Que não se a mulher empregada, como a intelectual ou artista, fatalmente descuram o lar, gritam uns indignadamente: «que não faz nada que preste cá fora», afirmam outros. «Que, se quer ser homem, então, como tal seja tratada», declaram os mais indulgentes — os camaradas. E, afinal, quem tem razão? Corre, de facto, o lar, o sustento do amor de família, o perigo de se desorganizar seriamente, em

Nita Lupa é uma velha amiga que, desde os dois anos tão precioso foi a sua sensibilidade artística» contra a adóles de Bordados aquelas suas sessões de tão puro recurso, do tão sutil e clara inspiração. E, além disso, uma admirável cantora, de deliciosa voz e profunda emotividade. Nita Lupa é, pois, uma artista, mas é também uma mulher de lar; por isso, a sua opinião interessa sobretudo.

A esta pergunta responde, simples, efável, acautelada como uma repartição de depósito sobre que vive-se a vida, fechada no mão.

Conheço-nos modestamente:

— Nada sinto em mim que seja digno da sua entrevista.

— Mas não temos outra opção, e perguntamos-lhe.

— Acho que a intelectualidade da mulher pode constituir um perigo para o lar.

— De maneira nenhuma. Creio mesmo que deve ser muito mais agradável para um homem inteligente viver ao lado duma mulher que o compreenda, e que saiba educar os seus filhos. A meu ver, uma das grandes vantagens do actual problema da família não é o desenvolvimento intelectual da mulher, mas sim a falta de propagação da maioria das raparigas que casam. A mulher que se propõe tomar a responsabilidade de um lar precisa de estar em

contacto com todos os segredos da vida doméstica. Compreende-se, mas a responsabilidade neste assunto — quer ela seja uma intelectual, quer simplesmente uma mulher de sociedade.

«Os homens gostam de ver a casa em ordem e de comer bem. É preciso que a mulher concorde na sua casa o verdadeiro conforto. Há tempo, um jornal da América fez um inquérito para saber qual seria o melhor marido para a mulher: responderam-lhe os homens: «uma mulher de sociedade»; responderam-lhe as mulheres: «uma mulher de sociedade». Não se deve esquecer a vida: «Quando de comer ao bruto com elegância e economia».

Damos razão a Nita Lupa, e perguntamos:

— Mas poderá a mulher que está empregada ou que se entrega a trabalhos literários ocupar-se do maior problema da culinária?

— É claro, se a mulher tiver a vida organizada fora do lar, não poderá ela própria encarregar-se disso, mas se a sua actividade for do género da música — cantar e escrever — nada a impedirá de fazer como eu: ir para a cozinha preparar os refeições de todos os dias.

«Deixe falar as que dizem não ter tempo, e porque não querem ou não sabem. Com boa vontade, inteligência (quanto mais inteligente for a mulher mais facilmente triunfará neste e em todos os campos) e uma vida metódicamente organizada, qualquer dona de casa, que tenha outras actividades, gerirá o seu lar tão perfeitamente como outra que apenas perca nas quatro paredes que a circundam.

«Não se deve atribuir a arte ou à literatura culpas que muitas vezes são próprias da mulher e não dos tempos que cultiva. Quantas mulheres, que não são intelectuais, têm a sua casa que é uma desgraça! Perde-se muito mais tempo na vida de sociedade, toda ou quasi toda de privacidade do que nessa outra, mais profunda, orientada pela sensibilidade e pela inteligência.

— Tem razão: mulheres que nada fazem é que são para condenar.

— Mas Nita Lupa, explicito chefe de bofetada de inteligência, alinha vivamente:

— Note que também essas são necessárias. São elas que alimentam as indústrias de luxo e todo um pessoal laborioso e anónimo que vive para se servir.

— Mas disse-me há pouco que fazia as refeições de todos os dias.

(Continua no pág. 10)



Nita Lupa



Nita Lupa, cantora e esculptora, conhece também todos os segredos da culinária.

No seu caso de tempo, Nita Lupa gosta de estar em contacto com a natureza e de fazer trabalhos ao ar livre.



É Nita Lupa, colaboradora muito querida da nossa revista, quem abre este inquérito.

Fonte: Modas e Bordados (1943, ed. 1621, p. 5).

A Revista afirmava que existiam tipos de homens diferentes e, com isso, posicionamento sobre a mulher atuando em espaços públicos, distintos, tal como se pode ler no trecho que segue:

Alguns homens, por temperamento próprio e até por uma pequenina ponta de emulação mal disfarçada, reprovam absolutamente a entrada da mulher nos caminhos masculinos. Outros, com um pé no século passado favorável à sombra recatada dos gineceus e outro nesta nossa época, paladina de todas as audácias, veem com indiferença, se não com alguma indulgência, a mulher desempenhar-se galhardamente das profissões mais compatíveis com o seu sexo. Outros ainda, os companheiros da Eva moderna, acolhem com um sorriso de camaradas aquela que lhe toma o passo nos consultórios, nas escolas, nas secretarias e nos variados empregos que andam por aí alcandorados a vertiginosas alturas. (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1621, p. 5)

A Revista indaga que “quem melhor as conhecerá do que a mulher, neste caso, a ré condenada sem defesa?” (ibidem). Nas matérias em que foi seguida a mesma temática, diversas mulheres foram chamadas para compartilhar com as leitoras como é a vida de profissional e de dona de casa. Interessante é verificar que, apesar das profissões mais aceitas do período serem aquelas que funcionavam como extensões do lar (como por exemplo, o

magistério e a enfermagem, por estarem ligadas ao “instinto materno” uma vez que essas profissões eram vinculadas ao imaginário de cuidado com o próximo) as profissões usadas como exemplo na Revista envolvem outras atividades como poetisa, médica, advogada.

O primeiro caso compartilhado com as leitoras foi de Nita Lupi, escritora e cantora. Coincidentemente, a publicação alega que ela enviava cartas à Revista desde os 12 anos de idade. Conta que sua sensibilidade para as artes sempre foi impressionante, mostrando mais uma vez o envolvimento das leitoras com a Revista com o passar dos anos. Ao ser questionada sobre a possibilidade da intelectualidade constituir um perigo para o lar, Lupi responde:

De maneira nenhuma! Creio mesmo que deve ser muito mais agradável para um homem inteligente viver ao lado duma mulher que compreenda e que saiba educar seus filhos. A meu ver, uma das grandes ameaças do atual problema da família não é o desenvolvimento intelectual da mulher, mas sim a falta de preparação da maioria das raparigas que casam. A mulher que se propõe tomar a responsabilidade de um lar precisa estar em contato com todos os segredos da vida doméstica. (1943, ed. 1621, p. 5)

Essa entrevista pode ser usada como exemplo da tentativa da Revista em mostrar para as leitoras as diversas possibilidades de atuação na esfera social que as mulheres podiam ter. Ao demonstrar que era possível a mulher cuidar da casa (tarefa estabelecida somente para o sexo feminino) e também possuir uma profissão, a Revista encorajava as leitoras a saírem da limitação social que lhes foi imposta, agindo de maneira contrária ao que era propagado pelo regime. A entrevista continua com o seguinte trecho:

-Nós não devemos tentar nunca igualar o homem. Não somos superiores nem inferiores, somos diferentes. A nossa inteligência não vale menos, mas não é um colarinho e um cigarro que nos ridicularizam, que convencem o mundo do mérito feminino.
-Então, em caso algum, a mulher tem o direito de, com a sua atividade exterior, prejudicar o bom andamento do lar, não é verdade?
- Não. Isto é: abra-se uma exceção para mulheres de envergadura de Marie Curie, que se sacrificam a si próprias e um pouco aos seus. Essas tem esse direito porque aquilo que roubam ao lar devolvem-nos centuplicado a toda a humanidade. (1943, ed. 1621, p. 5)

É válido lembrar a Revista não se apresentava enquanto feminista, mas sim feminina. Com isso não se pode esperar um discurso substancialmente progressista para a época. Apesar de Nita afirmar que as mulheres são diferentes dos homens e que não são cabíveis comparações, deve-se considerar que, para o período em análise, o fato de serem publicadas

matérias como essa já podia ser considerado extremamente moderno e avançado no que tange a assuntos femininos.

Tão interessante quanto a entrevista de Nita para a Revista foi a entrevista com a Dra. Maria Teresa Paulo Rêgo na edição 1628 de abril de 1943. A médica conta que, após se formar em Medicina em Portugal, conquistou uma bolsa de estudos para se especializar em puericultura em Paris. Após anos de estudos, Maria Teresa foi premiada com o 1º lugar, concorrendo com mais de trinta médicos. Ela foi também a primeira estrangeira a conquistar tal colocação na Faculdade de Medicina de Paris. Após sua estadia na Bélgica e na Itália para fins profissionais, conhecendo os principais órgãos de puericultura dos países, a médica retornou para Portugal onde foi nomeada para dirigir o Instituto de Puericultura português, uma vez que era a única profissional formada na área em todo o país.

A médica aproveitou a entrevista e falou sobre a proteção à maternidade na França. Abordou a assistência social às mães “moral e materialmente desamparadas”; falou sobre refeitórios; sobre tentativa de inclusão dessas mulheres em uma nova casa, sejam sozinhas, com novo marido ou mesmo no que diz respeito ao retorno para a residência dos pais. A médica afirmou ainda surpreender-se na profissão. Narrou o desespero de uma jovem que acabara de dar a luz e caiu aos prantos. Ao ser indagada sobre o motivo de tamanho desespero, a jovem mãe confessou que viu o pai da criança um dia e não sabia quem era. Maria Teresa considerou o caso como “infeliz”. É oportuno sublinhar que tanto a médica quanto a Revista não teceram nenhum comentário a respeito desse fato, nem críticas ou tons moralizadores.

Quando questionada sobre a profissão de médica e sobre o cuidado com o lar, Maria Teresa não negou:

[...] quando se trabalha todo o dia, exercendo clínica e prestando serviços na maternidade ou na casa das Monicas, e ainda se emprega uma parte da noite estudando (quando não é preciso atender chamadas urgentes, mesmo de madrugada) acho que não é possível ser uma dona de casa completa. Às vezes, tenho 48 horas seguidas de serviço. Outras vezes, uma chamada urgente, que me obriga a deixar tudo o mais. [...] Meu marido teve uma chamada urgente; eu tive que acudir também a uma doente, e o resultado foi... terem as visitas de representar o papel de donos da casa. (1943, ed. 1621, p. 5)

Em sua entrevista, é significativo ver que a médica colocou o trabalho dela e do marido no mesmo patamar de importância. Maria Teresa terminou a entrevista afirmando que não é desvantajosa a elevação das mulheres pela ciência, arte ou outra atividade superior. Afirmou também que a vida de um casal que foi educado de maneira semelhante se torna

mais harmoniosa e agradável quando comparada a vida de casais nos quais as condições culturais são desiguais. Ademais, salientou o fato de que ela e o marido terem optado pela medicina facilitou a boa compreensão deles enquanto casal. De todo o mencionado, destaca-se o tom de igualdade que a médica coloca em todas as respostas dadas às perguntas que foram feitas pela Revista.

As declarações de Maria Teresa contrariam o discurso salazarista que priorizava o trabalho externo para os homens. A Revista, ao publicar matérias dessa natureza também se coloca na corrente contrária aos discursos da época. Um dos fatores de relevância nessa necessidade de permanecer como a mulher no lar é uma possível tentativa de diminuir uma concorrência que poderia acontecer devido ao desemprego. Sobre essa questão, Pimentel apresenta que:

Algumas empresas competiam desregrada e deslealmente com outras, à custa da mão-de-obra feminina e infantil, mais barata. Para travar esse caminho, Salazar aparentava corresponder, no discurso, às críticas conta a destruição da família e o trabalho feminino fabril, formuladas pelas organizações femininas, nomeadamente as católicas, que reivindicavam o retorno da mulher ao lar e apelava ao reconhecimento da função social da maternidade e do trabalho doméstico. (PIMENTEL, 2011, p. 56)

Aproveitando a escolha pela medicina de Maria Teresa, analisa-se a matéria da edição 1.646 de agosto de 1943, em que aparecem a foto de uma jovem e a notícia de que Portugal havia ganhado uma nova médica. A Dra. Marcela Remoura Fernandes formou-se com elevada classificação na universidade. Além de ter enfatizado que a jovem havia terminado antes do tempo devido a “invulgar inteligência e louvável persistência” (MODAS E BORDADOS, 1943, ed 1646, p. 4), a Revista reiterou que ela ainda pretendia especializar-se em cirurgia. Noticiar a formatura de uma jovem médica, além dos quesitos sociais (o curso de medicina, historicamente, leva um *status* social bastante elevado) possui, também, caráter de incentivo às mulheres e às jovens leitoras.

Ademais da medicina, outras profissões eram exaltadas na Revista. Matérias que noticiavam prêmios que mulheres ganhavam eram bem frequentes. Mulheres pianistas, cantoras, escritoras, dançarinas, professoras e outras profissões eram noticiadas e exaltadas nas páginas do periódico. A Revista mostrou um posicionamento diferente do regime ao mostrar mulheres atuando no mercado de trabalho. Nas palavras de Pimentel:

O Estado Novo proibiu às mulheres certas profissões diferenciadas – nomeadamente nos campos da administração pública, da diplomacia e do direito – e introduziu restrições matrimoniais noutras, em particular nas consideradas femininas. O

propósito apregoado era o de tornar as mulheres disponíveis para a maternidade, física e/ou espiritual. (PIMENTEL, 2011, p. 396)

Compreende-se que matérias veiculadas no periódico revelando outras possibilidades de atuação feminina no mundo do trabalho reforçavam a ideia ideológica da Revista de queas mulheres poderiam ir para além do cuidado com o lar.

3.8 OUTRAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA MODAS E BORDADOS

Como dito anteriormente, a Revista possuía, em diversas matérias, discursos conservadores ao tratar sobre alguns assuntos. Em especial, na temática amorosa e de relacionamentos era possível perceber um tom moralizador na escrita. Além disso, matérias sobre o cuidado com o lar, com o marido e com os filhos reiteravam a ideia da função social das mulheres, corroborando com o discurso salazarista. Entretanto, matérias desviantes desse discurso como a possibilidade de outras atividades para as mulheres também estavam presentes.

Exemplo disso aparece na edição 1.443 em que a matéria “Duas aviadoras portuguesas” diz:

Figura 8: Matéria da Revista



Fonte: *Modas e Bordados* (1943, ed. 1443, p. 5).

A matéria, como se pode ler no trecho que segue, pontua a conquista feminina, narrando que:

Há presentemente em Angola, duas senhoras com o brevet de aviadoras. Novas, gentis, duma graciosidade bem feminina, são a síntese da mulher moderna, a quem a luta e o perigo atraí, dando provas da tenacidade e resistência consideradas até agora, atributos exclusivos do homem.
[...] Maria Margarida Santos e Julia de Brito Pestana, quando voam no céu de Angola, são, talvez, sem nunca terem pensado nisso, o símbolo da mocidade feminina de hoje, ardente, sonhadora, confundindo no seu entusiasmo o desejo de triunfar, a confiança em si própria e um doce romantismo que espiritualiza até as suas atitudes mais prosaicas e viris. (MODAS E BORDADOS, 1939, ed. 1443, p. 5)

Como se pode ver na fotografia da página da Revista, há duas jovens portuguesas que adentraram em um espaço historicamente masculino, a aviação. A composição da matéria como um todo demonstra o discurso progressista que o periódico tem em diversos momentos. A direção de Maria Lamas contribuiu de maneira significativa para tal abordagem mais “inovadora” (BASTOS, 2015).

Outra matéria com a mesma temática foi veiculada na edição 1.379, de 1938, em que a Escola de Pilotagem Salazar havia inaugurado um aeródromo e começado a ensinar aviadores civis. Entre os alunos da primeira turma, duas mulheres estavam presentes. Pode-se pensar que o número era pequeno comparado ao número de formandos homens. Porém, a menção é válida e, como está sendo reiterado no presente trabalho, deve-se levar em conta dois fatores. O primeiro é o contexto histórico. Para as mulheres do período, começar a estudar em um espaço majoritariamente masculino e escolher tal profissão era, sem dúvida, bastante inovador. O segundo fator é a representatividade que essas mulheres passaram a ter na Revista. No momento em que a *Modas e Bordados* noticia e mostra para todo Portugal que existiam mulheres estudando para serem aviadoras, a Revista instiga as jovens leitoras para que elas saibam que também poderiam ser, se assim o quisessem. Isso ampliava o leque de discursos aos quais as mulheres da época tinham acesso e ajudava a formar uma diversificada opinião pública quanto às possibilidades femininas de atuação no âmbito social.

Na matéria “Mulheres que trabalham”, de 1937, edição 1307, é apresentada a primeira mulher a se formar em arquitetura em Portugal. A matéria citada possui uma série de significados para a história das mulheres e esta pesquisa. Nessa matéria, é narrada a história de Maria José Brito Estanco, arquiteta formada na Escola de Belas Artes. É afirmado que a primeira arquiteta não foi aplaudida pela sociedade. “Lisboa rotineira franziu o lábio escarninho e murmurou: - achou pouco compatível com a mulher, tal missão. Mas será

assim?” (MODAS E BORDADOS, 1937, ed. 1307, p. 6). Vê-se que o questionamento apresentado no texto enseja uma reflexão acerca dos espaços que a mulher pode ocupar. A matéria prossegue com elogios à arquiteta e afirma que Maria “trabalha com seu marido [artista, pintor e professor] em perfeita comunhão de ideias e em pura camaradagem, traçando horizontes novos que podem favorecer a arte de arquitetura e decoração do lar português.”

Ademais de apresentar o núcleo de um questionamento sobre a mulher no que se refere às profissões, traçar um paralelo de igualdade laboral entre a personagem que estava sendo contemplada na matéria e o seu esposo é mais uma vez chamar a atenção para uma nova postura de mulher. Observa-se a igualdade apresentada na matéria. A arquiteta trabalhava fora tal qual o fazia seu marido, porém Maria afirmou que sofreu muito por ser mulher. Em sua perspectiva:

Arquitetas em Portugal por enquanto, infelizmente, existo apenas eu, a desbravar o caminho que se apresenta, às vezes, bastante difícil. Os carpinteiros e outros operários, com quem tenho que estar em contato, olham-me desconfiados e receiam aceitar como boas as minhas sugestões. Só a muita tenacidade me tem feito impor a esta resistência passiva. (MODAS E BORDADOS, 1937, ed. 1307, p. 6)

Percebe-se a consciência que a arquiteta apresentou na entrevista ao falar sobre as dificuldades de ser uma mulher em um ambiente majoritariamente masculino. Com isso, pode-se acreditar que ela teria uma noção daquilo que hoje é conhecido como questões de gênero. Ao afirmar que o caminho que ela desbravava enquanto única arquiteta no país era muito difícil, a entrevistada expressa seu descontentamento com as relações de gênero do período. A Revista, ao optar por publicar essa matéria, estando imersa em um regime autoritário e conservador como o de Salazar, mostra-se bastante progressista para a época. Maria, ao ser questionada sobre a mobília de uma casa, que disse que, se a “[...] deixassem, faria uma verdadeira revolução”, isso porque para ela os lares portugueses eram todos iguais.

O interessante para a atual pesquisa é perceber que a arquiteta não se sentia com permissão para tal revolução dos padrões arquitetônicos da época. A profissional sentia que não era possível fazer severas alterações no estético, porém essa impossibilidade não se dava devido à falta de capacidade dela. Mas, sim, devido à falta de aceitação de sua opinião profissional por se tratar de uma mulher. Com isso, pode-se pensar o quão enraizado estava o discurso salazarista a ponto de impossibilitar uma mulher de criar algo extremamente inovador para o período pelo único fato de ser mulher.

Em 1943, a *Modas e Bordados* começou uma série de matérias sobre as mulheres que receberam o Prêmio Nobel. A escrita deixa claro a consciência tomada de que as mulheres

eram consideradas como incapazes de atingir um nível tão elevado na ciência a ponto de receber tal prêmio, conforme se pode ler no trecho:

[...] poucos poderiam supor o papel de relevo que a mulher viria a ocupar na plêiade selecionada dos benfeitores da humanidade. De fato, nesses tempos grassava ainda por entre as multidões dos cinco continentes a nebulosa opinião de que à mulher – representante dum chamado sexo frágil – estavam vedados, por impossíveis, os caminhos perigosos das ciências e os horizontes transcendentais da literatura (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1625, p. 11).

As expressões “nebulosa opinião” e “dum chamado sexo frágil” marcam a opinião pública em uma época em que a mulher era vista como menos capaz. O ponto de vista da Revista, no entanto, mostra que seu posicionamento é diferente, pois pontua o aspecto temporal do antes – com a opinião de que a mulher estava vetada, para alguns – e do agora – o diferente momento em que a Revista registra a mulher no cenário do prêmio de notável importância.

Dentre as edições analisadas, essa é a primeira vez que aparecem expressões quase de ironia sobre a visão que se tem das mulheres. Ao escolher a expressão “dum chamado sexo frágil”, acredita-se que a Revista discordava da máxima de que as mulheres tinham menos capacidade do que os homens somente por serem mulheres. Nesse ato, outra vez a Revista mostra noção de relações de gênero e apresenta-se como na contramão social entre os sexos e o entendimento de seus papéis sociais no período, em especial, quando o assunto era a ciência. No trecho que segue, percebe-se a inclinação progressista da Revista:

Não! A mulher não poderia continuar a ser considerada somente uma boneca bonita, atrativa, sem pensamento e sem vontade. Não! A mulher não queria conservar-se mais na sombra, alheada dos problemas fortes que preocupavam a humanidade. Não! A mulher não desistiria da sua ânsia enorme de conhecer, de descobrir, de lutar, de vencer, de ser, ela, também, a pioneira dum mundo melhor e maior. (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1625, p. 11).

A palavra *não* apresentada com o ponto de exclamação dá tom de ordem e também de desabafo, no sentido de que o cenário teria de mudar porque a mulher não poderia mais ser vista como estava sendo. A semântica desse parágrafo é quase uma forma de afronta ao sistema patriarcal, a tudo o que vinha sendo propalado sobre o ser mulher. Além disso, é interessante observar que essa matéria leva a crer que as escritoras da Revista possuíam consciência de que as mulheres eram vistas de uma maneira que não condizia com a realidade de muitas. Era afirmado que as mulheres não seriam mais vistas como bonecas bonitas, uma clara negação de que somente o físico da mulher importava.

É claro que houve diversas matérias na *Modas e Bordados* dando dicas de beleza, falando sobre como cuidar da pele, dos cabelos e etc., mas é notório também que existia uma preocupação em mostrar que as portuguesas podiam ser muito além disso. O trecho “A mulher não poderia continuar a ser considerada somente uma boneca bonita, atrativa, sem pensamento e sem vontade” deixa ver a restrição pela palavra *somente*, significando que a mulher poderia ampliar sua visão, seus horizontes e não ser mais apenas uma ou não se mantendo apenas imersa em um âmbito.

Entretanto, a Revista mostra também que o papel das mulheres não seria esquecido. Pelo menos o papel tradicional de ser mãe e de ser o centro feminino do lar continuaria – essa é mesmo a escolha verbal que a revista apresenta –, conforme se pode ler no trecho que segue:

[...] O Lar – continuaria, de fato, a ser o Máximo objetivo, o melhor encanto da vida feminina. No fundo, a mulher pretendia única e simplesmente tornar-se mais humana – estender o seu amor de mãe a todas as crianças do mundo, espalhar o seu coração por todos os lares do mundo. (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1625, p. 11).

A ideia de uma boa dona do lar e do cuidado com o próximo como extensão da casa permanecia ainda muito presente no imaginário português. Apesar de questionar o local da mulher na sociedade, a Revista, por exemplo, não questiona o papel masculino. Em todas as edições analisadas não se constatou nenhum questionamento sobre divisão do trabalho doméstico ou cuidado com os filhos. Essas funções eram das mulheres, sabe-se. O que a Revista desejava nas matérias já citadas era que as mulheres pudessem ocupar também outros postos na sociedade. Tom que se pode ler no trecho:

A luta era árdua a longa. A todos os instantes, levantavam-se, como obstáculos, preconceitos e pergaminhos, atitudes rígidas e olhares reprovadores, acusações e descrenças. Mas a mulher venceu. Derrubou os obstáculos, um por um. Fez do seu esforço um poema de beleza.
[...] Mulheres do Premio Nobel! Sempre que pensamos nelas, devemos sentir um frevito de orgulho por sermos mulheres, também. (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1625, p. 11).

Pela primeira vez aparece a palavra “luta” ao se tratar de função social feminina na Revista. Significativo é esse emprego da palavra uma vez que a expressão é bastante usada pelo movimento feminista desde seus primórdios. Pode-se pensar que a Revista mostrava que as mulheres precisariam lutar pelos seus desejos e por seus direitos.

A coluna sobre as mulheres do Prêmio Nobel durou até a edição 1638, em que cada semana uma mulher foi contemplada. A partir dessa edição, uma nova coluna surge: “Mulheres que o mundo fala”. A Revista solicita que as leitoras enviem indicações de nomes que gostariam de saber mais, mas destaca:

[...] eu penso contar-vos, agora, as vidas não menos extraordinárias dessas outras mulheres, que deixaram pelo mundo um rasto de admiração e de glória. [...] A nós e ao mundo, ao mundo de ontem, de hoje e de amanhã. Ao mundo de sempre. [...] Mulheres de todas as épocas, de todas as raças, de todas as classes, de todas as religiões. Bonitas e feias. Humildes e poderosas. (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1625, p. 11).

A mulher em destaque que ocupou páginas e mais páginas por bênçãos da Revista foi Eleonora Duse, atriz italiana. Durante as homenagens dedicadas à artista, foi narrado um pouco da sua história em formato de romance. Desde a infância nas caravanas teatrais com a família, a perda da mãe, seus relacionamentos amorosos até a sua morte. É interessante que, ao pesquisar a vida da atriz, observou-se que ela teve diversas relações amorosas. A Revista citou algumas delas, porém não falou sobre a relação que a atriz teve com Lina Poletti, feminista italiana. O caso de amor lésbico entre as duas foi pouco comentado no período –é sabido que, ao chegar ao fim, Eleonora entrou em depressão.

Nesse ato, é possível ver a dicotomia da *Modas e Bordados*, pois, ao mesmo tempo em que apresenta a suas leitoras uma jovem atriz que, para o período, podia ser considerada como “muito moderna” por ter tido diversos relacionamentos amorosos (inclusive, engravidou algumas vezes de homens diferentes, o que era moralmente criticado na época), a Revista opta por não informar o relacionamento lésbico da atriz, narrando por todas as páginas que seu grande foi, até o final de sua vida, Gabriel d’Annunzio, um poeta. Esse posicionamento contrastante e, aparentemente, contraditório pode ser percebido em diversos momentos do periódico.

Na edição 1.630, de 1943, uma notícia pequena, na parte inferior da página tem o título *Record*: “Sabem que Portugal foi o primeiro país do mundo em que uma notaria – a sra. Dra. D. Aurora de Castro – foi oficialmente admitida no desempenho das suas funções?” A notícia que pode parecer sem grande importância esconde, nas entrelinhas, uma história muito interessante. Aurora foi, realmente, a primeira advogada a cumprir sua função ao se formar em 1916 na Universidade de Coimbra. A advogada participou do I Congresso Feminista da Educação, ainda em 1924. Em seus escritos, exigia igualdade política às mulheres e foi uma defensora dos direitos femininos. Compreende-se que a Revista foi corajosa ao publicar tal

matéria, uma vez que o movimento feminista era severamente criticado pelo regime de Salazar. Notícias como essa levam a acreditar que a *Modas e Bordados* incentivava suas leitoras a descobrirem mais sobre mulheres progressistas quando o assunto era o feminino.

A Revista procurava deixar as mulheres informadas sobre diversas temáticas, como foi mostrado. Durante o período analisado, ocorreu a Segunda Guerra Mundial (1935-1945) e esse fato apareceu nas fontes analisadas. Novamente, a temática possui duas apresentações: uma mais moderada e outra mais crítica.

Figura 9: Matéria da Revista



Fonte: *Modas e Bordados* (1943, ed. 1641, p. 8)

Como mostra a figura, a edição 1641, de 1943, apresenta uma matéria de página inteira chamada “*Em tempo de guerra*”, na qual foi afirmado que a guerra causava condições anormais e, com isso, interferia na moda feminina. “É principalmente que a mulher põe à prova o seu bom gosto e habilidade. É, como sempre, o vestido de saia e casaco que oferece a possibilidade de variar a toilette.” (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1641, p. 8).

O que se vê é a abordagem de uma guerra sendo reduzida a uma modificação sobre vestimenta feminina. A Revista não tece comentários sobre outros fatores influenciados pela guerra. Entretanto, na edição 1619, também de 1943, a coluna “Devagar se vai ao longe...”, destinada às leitoras publicarem seus escritos, há comentários sobre o que acontecia, tal como se vê no trecho que segue:

[...] nas terras longínquas, há sangue pelo chão, há corpos inertes, há cadáveres de jovens que perderam a vida na luta, há ódios e rancores entre os povos, entre irmãos, entre todos aqueles que se não querem compreender, há a luta, a guerra que não para e que todos anseiam por que acabe. Mas quando terminará? (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1619, s/p).

Em 1945, na edição 1729, a *Modas e Bordados* trouxe uma matéria sobre a passagem de Simone de Beauvoir por Portugal. A filósofa e escritora ficou mundialmente conhecida pelo seu livro chamado *O Segundo Sexo*, lançado em 1949, em que detalhou a opressão sofrida pelas mulheres. Essa obra ficou conhecida como um marcador no movimento feminista. A autora foi a Portugal após anos de guerra, em nome do Instituto Francês. A Revista tece diversos elogios à também jornalista e afirma que Portugal não conhecia Simone durante muito tempo, porém, alega que a filósofa “soube criar admiração forte e simpatias que lhe abriram o caminho da nossa estima” (MODAS E BORDADOS, 1945, ed. 1729, p. 5).

Figura 10: Matéria da Revista



Fonte: *Modas e Bordados* (1945, ed. 1729, p. 5).

3.9 CENSURA

A ditadura de Salazar, além de conservadora, corporativista e ligada profundamente à Igreja Católica, teve também uma censura extremamente forte. O que ficou conhecido historicamente como PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) foi criada em 1933 como PVDE (Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado) e agiu fortemente durante o regime. Atuou com a delação, o medo, a perseguição, a tortura e uma verba oriunda do governo muito grande. Conforme explica Torgal:

[...] a repressão, mais rigorosa, que se exerceu sobre “reviralhistas”, anarquistas, comunistas e militantes das várias “esquerdas”, ou sobre alguns casos mais significativos [...] Não se esquecem, por isso, como não poderia deixar de ser, as prisões, a violação da privacidade, os julgamentos, as torturas praticadas, a repressão na rua, as mortes violentas. (TORGAL, 2009, p.404)

A imprensa não passou ilesa pela censura. Jornais e revistas contrários ao regime de Salazar ou com discursos monárquicos foram fechados. A PVDE fiscalizava toda a imprensa portuguesa a mando do Estado. E esse motivo pode ser o destaque pelo qual a *Modas e Bordados* apresentou discursos, aparentemente, tão contraditórios.

Maria Lamas tinha um posicionamento duro a respeito do regime autoritário que comandava Portugal e, ao ser diretora da Revista, a fiscalização seria maior ainda. Deduz-se que os posicionamentos dicotômicos do periódico se fizeram devido à censura, já que em alguns momentos o tom das publicações estava conforme o discurso ideológico do regime e, em outros momentos, apresentava outra opinião. A ideia de não ser extremamente radical no modo de pensar foi o que talvez possibilitou que a Revista durasse seis décadas.

Ao noticiar matérias sobre a mulher no mundo do trabalho, por exemplo, a Revista apresenta profissões inovadoras para as mulheres e diversas possibilidades de atuação no mercado de trabalho, mas reforça a importância da maternidade. Critica severamente a Guerra, mas apresenta modelagem de roupas para serem usadas nesse período; menciona mulheres com estilos de vida fora do padrão salazarista e, na matéria seguinte, uma fala sobre como cuidar do lar. Esse movimento que poderia ser caracterizada como extremamente contraditório foi o que, talvez, tenha “salvo” a Revista da censura tão dura de Salazar.

O regime acreditava que a população precisava de um suporte do Estado para poder seguir as normas sociais e morais impostas pelo regime. A frase “[...] o jornal é o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos.” (SALAZAR, 1933) expressa bem a visão que o regime tinha a respeito da imprensa. A ideia de que revistas femininas não passavam pela censura e fiscalização do PVDE é ingênua. Salazar possuía um discurso específico para as mulheres por saber que elas eram um dos pilares da sociedade portuguesa. Com isso, não poderia permitir que ideias desviantes do seu projeto pedagógico feminino fossem publicadas em revistas e periódicos.

Como já dito anteriormente, não se pretende nesta pesquisa fazer juízo de valor ou julgamentos a respeito das fontes e sobre quem as escreveu. Entretanto, foi notório que toda a matéria mais progressista que aparecia na Revista vinha acompanhada de uma matéria mais conservadora.

Apesar desse conservadorismo do regime salazarista ter contribuído para a formação dessas mulheres e sua cultura política, acredita-se que a ousadia e coragem das mulheres que participavam da construção da revista *Modas e Bordados* contribuiu tanto instrumentalizando quanto possibilitando uma visão de mundo distinta para muitas jovens e adultas mulheres portuguesas que viriam a presenciar, em 25 de abril de 1974, a Revolução dos Cravos.

A *Modas e Bordados* teve mais de seis décadas de existência e circulou por todo Portugal. Não se tem como saber ao certo por quantas leitoras foi lida. Entretanto, permite-se pensar no quão singular foi sua contribuição para a formação feminina durante o período que existiu. Gerações e gerações lendo sobre mulheres, a partir de mulheres, focadas em mulheres. Pode-se pensar que, ao analisar uma revista feminina e a representação que ela fazia sobre o “ser mulher” na década de 1930 e 1940 não seja de importância estrutural para a História e para a sociedade, não tenha sido revolucionário para o período, não modificou a realidade social que aquelas mulheres viviam. Porém, se uma mulher portuguesa, ao ler uma matéria sobre mulheres cientistas, passou a pensar na possibilidade da sua filha no futuro ser uma cientista, a mudança estrutural começou aí. Se as jovens que liam o periódico começaram a questionar qual o papel social que elas deveriam cumprir ou questionaram outras funções para o futuro além de dona do lar e esposa devota, a revolução havia começado, pelo menos na vida dessas jovens.

Foi mostrado, anteriormente, que era usual as leitoras passarem anos acompanhando a Revista. Como já dito, não se tem como saber qual a contribuição direta das publicações na vida das jovens. Analisar a recepção da leitura é extremamente complexo até mesmo para estudiosos da comunicação e da história da imprensa. Entretanto, a durabilidade de uma

revista como *Modas e Bordados*, em um regime autoritário, leva a crer que houve uma aceitação bem grande pelo público. Se o público aceitava a Revista, provavelmente, ele concordava com o seu discurso de modificação do espaço feminino em Portugal.

O padrão estabelecido pelo regime salazarista em seu discurso ideológico da mulher ocupando um espaço social restrito ao lar e ao cuidado com os filhos e maridos era disseminado por todo Portugal. Entretanto, após extensa pesquisa nas fontes e leituras sobre a temática, compreendeu-se que esse padrão da mulher no lar recaía com outro peso devido à condição social das mulheres. As mulheres trabalhadoras das zonas rurais, por exemplo, não tinham muitas opções a não ser trabalhar na agricultura. Mesmo que o discurso de Salazar fosse do retorno ao lar, mesmo que essas mulheres quisessem estar dentro do padrão salazarista de mulher, elas não o podiam, pois sua condição econômica não permitia. As mulheres da zona urbana e trabalhadoras de indústrias, fábricas e etc., mesmo que quisessem se inserir no padrão estabelecido, não o podiam também, pois a condição financeira fazia com que elas se inserissem no mercado de trabalho. Entretanto, as mulheres pertencentes à elite tinham a possibilidade de ser o padrão Salazar de mulher. A condição financeira delas possibilitava que permanecessem sendo donas de casa, mães e esposas dedicadas. No momento que essas mulheres, mesmo com a opção de ficar, escolhem sair do lar e se inserir no mercado de trabalho, elas rompem com uma barreira imposta pelo regime.

Não se pretende aqui afirmar que as mulheres ricas “sofriam” mais que as pobres. Porém, não se pode deixar passar em branco a temeridade dessas mulheres. As mulheres pobres não puderam optar por ser como o regime desejava, elas não podiam. Obviamente, as mulheres da elite possuíam muito mais acesso a leituras, estudos, viagens e outros privilégios comparados às mulheres pobres. E, apesar desses privilégios, as mulheres da elite optaram por romper. E aí está a grande quebra de paradigma que essas portuguesas fizeram na sua época. Mulheres para além do seu tempo. Mulheres que viam para além das modas e dos bordados.

4 SERIAM AS REVISTAS TÃO DIFERENTES ASSIM?

É possível comparar países, mesmo que com recortes históricos que se aproximam, mas com um oceano separando geograficamente? É possível realizar uma pesquisa em que o objeto de estudo se refere às mulheres inseridas em culturas tão distintas? Analisar revistas femininas em regimes autoritários diferentes é viável? A pesquisa histórica permite uma gama vasta de observações e análises, possibilitando que cada historiador, mesmo com um tema e com fontes iguais, desenvolva uma pesquisa distinta. Apesar de a História Comparada ser relativamente nova entre as metodologias trabalhadas no ofício do historiador, ela se mostra uma maneira riquíssima de análise.

A História das Mulheres, por sua vez, tem ganhado cada vez mais espaço a partir da década de 1970 em diante, construindo uma importante categoria histórica cada vez mais frutífera nas produções acadêmicas. No que diz respeito aos regimes autoritários e à direita dos anos 30 e 40, é possível realizar uma análise histórica tão vasta que inúmeros trabalhos atuam nessa linha, dando a oportunidade de pensar quais os resquícios que esses regime deixaram para o futuro.

A História Comparada, viés metodológico que, apesar de ainda não ser muito difundido em trabalhos acadêmicos, é uma matriz que permite um intenso debate a partir de, como o próprio nome sugere, uma comparação entre estruturas, entre paradigmas, entre objetos, oferecendo, pois, uma maneira distinta de (re)pensar a história. Diversos autores, ao trabalhar com essa metodologia, buscam na historiografia suas origens. Seja em Marc Bloch (1998), Paul Veyne (1983), Peter Burke (2002), Norbet Elias (1994), a história comparada tem se consolidado cada vez mais no pensar e no fazer histórico.

A ideia para a presente pesquisa foi construir um mosaico de informações que permitisse refletir sobre mulheres na mídia impressa e sua representação em períodos de regimes autoritários, propondo compreender a dinâmica de como a mulher era projetada nos discursos de tais publicações, no sentido de identificar se havia uma relação marcada entre discurso da revista, representação feminina da época e regime autoritário. Isso para saber se os periódicos analisados contribuíam com a formação de uma opinião pública sobre o que era ser mulher, estando coadunado aos postulados normativos do Estado ou se, ao contrário, tentava ensejar posicionamentos diferentes do que era a doxa.

Para alcançar o proposto, especificamente se escolheu duas revistas femininas, uma brasileira e outra portuguesa, pois os dois países viviam contextos políticos de regimes

autoritários. Assim, a escolha por esses países se deu pelo fato de ambos estarem sob um viés de comando conservador e corporativista como o foram os Estados Novos. Apesar de o Estado Novo português ter uma longevidade maior que o brasileiro, optou-se por fazer a comparação a partir de um recorte temporal igual para os dois, a saber, o recorte de tempo que vai de 1937 a 1945.

O questionamento inicial era “como as mulheres eram representadas em regimes autoritários”. Com o passar da pesquisa e a partir do acesso as fontes, novas questões norteadoras surgiram. Entre eles estavam “até que ponto os regimes são semelhantes?” e “por que, em regimes aparentemente semelhantes, as mulheres são representadas de maneiras tão distintas pelas revistas analisadas?”. As respostas, obviamente, poderiam ser diversas, conforme o olhar de cada historiador. Nesta pesquisa, a partir da metodologia da História Comparada, optou-se por perceber, além das semelhanças, também as diferenças das representações. Barros afirma que, ao trabalhar com essa metodologia, é possível:

[...] iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo. (BARROS, 2007, p. 5)

Por isso, optou-se por trabalhar com diferenças e semelhanças, tanto nos aspectos políticos do regime quanto nas representações feitas pelas revistas. As variações dos regimes de Vargas e de Salazar, as variações das revistas enquanto periódicos e também as variações do “ser mulher” nas fontes foram se mostrando ao longo do tempo. Por esse motivo é que as questões norteadoras do trabalho foram se ajustando.

Barros (ibidem) afirma que a História Comparada permite examinar um mesmo problema a partir de diferentes realidades e que as possibilidades de representação em realidades sociais diferentes é o que permite outra análise histórica. Siegel (2005, p. 67), em outra perspectiva, alega que ao comparar, os pesquisadores escolhem “as categorias que eles pretendem estudar” e “impõem as armações destas suposições nos resultados nas suas investigações.”. Entretanto, na presente pesquisa, tomou-se o cuidado de “deixar as fontes falarem”.

Nesse ato, o que se observou entre as revistas foram contextos de produção e recepção diferenciados. A revista brasileira tem claro discurso anticomunista. A revista portuguesa, por sua vez, apesar de estar inserida em um regime autoritário e anticomunista, não deixa explícito qualquer discurso desse cunho. Se as categorias de análise mostraram-se diferentes

ao longo da pesquisa, foi entendido que essas especificidades deveriam ser contempladas. Assim, de um lado foi observado o discurso anticomunista e, de outra a sua ausência, justamente porque essa constatação de ausência e presença é significativa no contexto das análises levadas a cabo. Em razão das particularidades que se apresentaram, viu-se validade na proposição metodológica da História Comparada.

Além das análises das matérias selecionadas nas revistas em estudo, acredita-se se fazer necessário aprofundar o projeto político de ambos os regimes para compreender qual(is) espaço(s) as mulheres estavam inseridas. O projeto político nacional de ordem conservador, corporativista e com forte caráter nacionalista compunha diretamente as ditaduras de Vargas e de Salazar e seria ingenuidade acreditar que esses projetos políticos não interfeririam de maneira significativa tanto no cotidiano quanto nos espaços das mulheres e suas representações na sociedade. Para isso, entender as estratégias políticas para desenvolver o nacionalismo nos países foi de importante contribuição para a pesquisa.

Nesses termos, este Capítulo apresenta o contexto político no qual estavam inseridas cada uma das revistas analisadas. O recorte tem a função de dar informações para que seja possível entrever (ou não) nos discursos veiculados qual era a imagem do ser mulher naquela época em que as revistas eram publicadas. Quer-se, ademais, ventilar hipóteses sobre os efeitos da publicação de tais discursos, no sentido de pensar o que eles poderiam projetar no imaginário feminino da época; quais representações eram criadas no jogo entre regime-revista-ser mulher.

4.1 NACIONALISMO(S) BRASIL E PORTUGAL – DOIS PROJETOS, DUAS NAÇÕES

Diversos pensadores sociais dedicaram-se a entender o nacionalismo, construção da nação, a identidade nacional e outras variações que a temática permite englobar. Há, assim como em todas as Ciências Sociais, diversas matrizes teóricas que dão suporte e embasamento para tal estudo. Entre tantos autores que trabalham a temática, alguns foram selecionados a fim de fazer o debate teórico a seguir. Não se tem a pretensão de contemplar todas as teorias nesta pesquisa devido à diversidade das interpretações da problemática nacional e por não ser o foco do trabalho. O que se quer é ter as teorias como suporte para compreender a complexidade do Estado Novo português e brasileiro. Por isso, tenta-se abordar a temática de duas formas: as teorias gerais primeiramente e, em seguida, a análise dos casos específicos de Portugal e do Brasil.

Dentro dos estudos do nacionalismo e da nação, é possível dividi-los em dois blocos: os teóricos que creem que o nacionalismo é um produto do Estado Moderno, da cultura e da economia (industrialização, meios de comunicação, mobilidade social e etc., independente da proporcionalidade de cada um desses fatores em cada caso), e outro grupo de teóricos que consideram os fatores políticos e étnico-culturais como pilares desse fenômeno. De maneira grosseira: primordialistas e modernistas.

Dentre os autores que buscam a revalorização de elementos pré-modernos para se entender o nacionalismo e suas nuances, Anthony Smith é, sem dúvida, um dos maiores nomes da intelectualidade. Para o autor a nação é:

Proponho definir o conceito de nação como uma comunidade humana com nome próprio que procura um território próprio e possui mitos em comum e uma história compartilhada, uma cultura pública comum, um sistema econômico único e com direitos e deveres que afetam todos os seus membros (SMITH, 1997, p. 28)⁵⁴

O que se vê em Smith é uma visão etno-simbolista que enfatiza o que continuou entre a vida social pré-moderna e o que é levado posteriormente para a modernidade. Pode-se pensar o porquê de certas etnias formarem nações enquanto outras não. Smith apresenta o conceito de nacionalismo orgânico, que seria a ancestralidade carregada nas nações europeias para emancipação das comunidades. O autor valoriza a ancestralidade das nações por fazer parte da história de um povo com essência espiritual anterior à formação dos indivíduos.

A esse respeito, as produções sobre a história contemporânea de Eric Hobsbawm servem de baliza para diversos estudos e o nacionalismo e suas nuances foram estudados pelo historiador. Para o autor, a nação é uma realidade recente que pode ser vista como “entidade social” e está relacionada diretamente ao Estado-nação. É necessário um determinado momento econômico e tecnológico para que a nação venha a existir e é o Estado que permite tal acontecimento. “As nações não fazem Estados e nacionalismos, o contrário é que é verdadeiro” (HOBSBAWM, 1990, p 9-10).

Para Hobsbawm, os fenômenos que acompanham a nação – e também a própria nação em si – fazem parte de uma “tradição inventada”. O conceito de tradição inventada pode ser definido como as práticas regulamentadas e aceitas socialmente que acabam por reiterar valores e normas. Essa “invenção” pode ser atual como hinos e bandeiras ou uma apropriação

⁵⁴ Tradução feita pela autora a partir do original: “Propongo definir el concepto de nación como una comunidad humana con nombre propio que ocupa un territorio propio y posee unos mitos comunes y una historia compartida, una cultura pública común, un sistema económico único y unos derechos y deberes que afectan a todos sus miembros”. (SMITH, 1997, p. 28).

de tradições antigas como o folclore português. Fala-se e, apropriação porque Salazar recorre a folclores já existentes na cultura de algumas regiões de Portugal e os coloca como se fossem pertencentes a todo o país. Cada região tem suas especificidades e modelos de representatividade. Apesar disso, alguns símbolos foram elevados como de generalidade nacional, como foi o caso do galo de Barcelos e do fado (música popular de algumas regiões portuguesas).

Em ambos os regimes, foram instituídos elementos que marcassem a nacionalidade. No período de Salazar, foram as datas cívicas e no Vargas o programa radiofônico brasileiro “A voz do Brasil”. As nações não são naturais nem antigas, pelo contrário, são construídas a partir de símbolos apropriados de momentos anteriores e utilizados para corroborar o discurso nacional. São as transformações sociais e políticas, principalmente as advindas de formações como a francesa e a estadunidense, que darão um novo prisma para as nações. Essas duas nações são exemplos nesse quesito porque a Revolução Francesa e a Revolução Americana foram símbolos de revoluções liberais.

Outro conceito apresentado pelo historiador é o de *protonacionalismo* que engloba a língua, a religião e a etnia. Para o autor a língua é um importante elo em determinadas populações. Com isso, pode-se pensar o quão ligados Brasil e Portugal estavam durante os Estados Novos, uma vez que a colonização inseriu a língua portuguesa no Brasil e a contribuição para a construção da nação. Para Hobsbawm(1990),é o Estado-nação, a partir do século XVIII, por estar ligado a uma noção de soberania popular, que será o elemento fundamental da nação moderna.

Gellner apresenta em seu estudo sobre o nacionalismo duas sociedades: a agroletrada e a industrial. Cabe neste ponto salientar que uma das maiores críticas que o autor recebeu está no fato de que, ao fazer essa divisão, não foram consideradas as diferenças de séculos entre as nações. Para o Gellner (1996), uma sociedade do século XV estaria no mesmo imbróglgio que uma sociedade do século XVIII.

Considera-se delicado trabalhar com modelos pré-definidos, uma vez que as nações se formam de maneiras distintas, em tempos e espaços geográficos diferentes. A construção de uma nação, sua identidade nacional e o nacionalismo que a circunda não pode ser formatado como uma equação matemática, já que as ciências humanas, de um modo geral, são complexas e com especificidades. O autor apresenta que deve haver uma comunhão entre a unidade política e a unidade nacional. Para ele, o nacionalismo é a legitimidade política em que, as fronteiras étnicas devem respeitar as fronteiras políticas e que a etnia respeite o Estado, pois é o Estado que permite a homogeneização da sociedade.

Gellner (1996, p. 117) vê a cultura como formadora da nação. Para ele, a “cultura inferior” raramente contribui para a formação de unidades políticas. A sociedade deve pertencer por uma só “cultura superior” caso queira funcionar. Ele apresenta que o nacionalismo deve ser materialista (mas deixa bem claro a distância de aplicação de seu conceito em relação ao marxismo) por considerar que é a maneira que a sociedade garante sua autoperpetuação material.

Outro intelectual contemporâneo é o historiador e cientista político Benedict Anderson, o qual apresenta uma teoria interessante sobre a nação e o nacionalismo. Para Anderson (2005), a nação é abstrata e construída a partir da imaginação histórica e sociológica que se dá a partir do reconhecimento com heróis comunitários. Esses heróis e essas construções podem dar-se por meio de diferentes meios, como a literatura, os jornais, a diversidade linguística e o teatro. O capitalismo permite essas construções e corrobora com elas, uma vez que possibilita a tecnologia para a sua propagação, além de ser um artefato cultural e nacionalista que ganhou autonomia diante as relações econômicas.

É com a revolução estadunidense que as nações, como a concepção moderna que o autor apresenta, passam a existir. Em sua perspectiva, não vê o nacionalismo como uma ideologia política, mas sim como um sistema cultural. Anderson entende nação como sendo passado e presente.

A imaginação está muito presente nos estudos de Anderson como um fator de produção da realidade. A representação constante em que a nação é moldada faz parte da construção dessa realidade. Em suma, o autor tenta conciliar as concepções primordialistas com as concepções instrumentais da identidade nacional.

Para Catroga, a pátria se dá de uma maneira mais fraternal e harmoniosa, conforme se pode ler no trecho que segue:

Como se viu, no significado de pátria, a população e, em certa medida, o território tendem a sobrepor-se à faceta institucional, e a sua funcionalidade é dita numa linguagem lírica, afetiva e maternal, que antropomorfiza, tanto o território, transformando-o em paisagem, como a população, que se metamorfoseia numa comunidade fraternal de com/patriotas. (CATROGA, 2005, p. 20)

Já o conceito de Estado é apresentado como uma dimensão institucionalizada do poder exercido sobre uma população dividida entre governantes e governados num determinado território com monopólio da violência.

Com uma unidade política consolidada, território bem demarcado, etnias, língua e religião delimitados, tanto a nação portuguesa quanto a brasileira poderiam estar “prontas”. Entretanto, é com a crise do Estado Moderno que um ideário antiliberal, antidemocrático, autoritário e conservador que torna oportuno que Salazar e Vargas edificassem suas propostas. Os ditadores utilizaram de mitos para romper com a crise. Foram, pois, usados os mitos do governo técnico para justificar a razão instrumental dos governos, o mito do chefe de Estado para justificar a autoridade política, o mito do corporativismo para reafirmar uma harmonia, o mito do progresso para equilibrar as finanças e o mito da nação para o culto à pátria e aos heróis nacionais.

Dia 25 de maio de 1940, Salazar discursava na Assembleia Nacional sobre os problemas políticos-religiosos da nação portuguesa. Entre tantas colocações com diversas temáticas feitas pelo governista, o nacionalismo se fez presente em inúmeros momentos. E não poderia ser diferente, uma vez que, ao lado de António Ferro, Salazar (re)construiu a nação portuguesa. Entretanto, seu discurso demonstra outra leitura ao apresentar a nação da seguinte forma:

A pátria portuguesa não foi fruto de ajustes políticos, criação artificial mantida no tempo pela ação de interesses rivais. Foi feita na dureza das batalhas, na febre esgotante das descobertas e conquistas, com a força do braço e do gênio. Com trabalho intenso e ingrato, esforços sobre-humanos na terra e no mar, ausências dilatadas, a dor e o luto, a miséria e a fome, almas de heróis amalgamaram, fizeram e refizeram a História de Portugal. Não puderam erguê-la com egoísmos e comodidades, medo da morte e da vida, mas lutando, rezando e sofrendo. (SALAZAR, 1940, apud SILVA, 2013)

Salazar apresenta, pois, uma visão de nação a partir do povo, com base em suas lutas diárias e em seu sofrimento. Em diversos momentos de seus discursos, o governista apresenta a fé como suporte da população e como sendo elemento ativo na formação da nação, uma vez que ela era a base de seu governo e seria contraditório não colocá-la como fundadora da nação. Em sua perspectiva:

Aquelas qualidades que revelaram e fixaram e fazem de nós o que somos e não os outros; aquela doçura de sentimentos, aquela modéstia, aquele espírito de humanidade, tão raro hoje no mundo; aquela parte de espiritualidade que, meu grado tudo que a combate, inspira ainda a vida portuguesa; o ânimo sofredor; a valentia sem alardes; a facilidade de adaptação e ao mesmo tempo a capacidade de imprimir no meio exterior os traços do modo de ser próprio; o apreço dos valores morais; a fé no direito, na justiça, e na igualdade dos homens e dos povos; tudo isso, que não é material nem lucrativo, constitui traços de caráter nacional. Se por outro lado contemplamos a história maravilhosa desse pequeno povo, quase tão pobre hoje como antes de descobrir o mundo; as pegadas que deixou pela terra de novo conquistada ou descoberta; a beleza dos monumentos que ergueu; a língua e a

literatura que criou; a vastidão dos domínios onde continua, com exemplar fidelidade à sua História e caráter, alta missão civilizadora – concluiremos que Portugal vale bem o orgulho de se ser português. (SALAZAR, 1940, apud SILVA, 2013)

Salazar, em 1943, ao discursar na Emissora Nacional apresenta a ideia de nação diferenciada das outras. Seu posicionamento está embasado nas morais corretas e na fé. Uma visão em que a Nação contribui para o desenvolvimento do mundo, uma vez que participa de diversos descobrimentos. A missão civilizadora é utilizada como um mito para a formação do ideal de nação portuguesa. Sua importância para o restante do mundo faz com que o português tenha orgulho de ser quem ele é, justamente sendo ele e não outro. Para Salazar:

A Nação tem estado sempre presente ao nosso espírito, não só como indefinível essência da continuidade histórica dos portugueses através dos séculos, mas como o seu patrimônio material e moral. Todos nós devemos a ela, todos nos sacrificamos por seus interesses superiores, todos beneficiamos direta ou indiretamente de sua grandeza e prestígio. Para que esse sentimento não possa ser atingido na sua intensidade afetiva ou como fonte de ação, tem sido necessário excluir da vida corrente, dado o desregramento passional do português, tudo que pudesse quebrar a unidade moral da Nação. Daqui vem o empenho e cuidado em que as organizações culturais, recreativas, profissionais ou outras e, na medida do possível, os próprios órgãos da Administração, não se amescuem nem sejam teatro de lutas partidárias, mas conduzam sua vida livremente, apenas condicionada às grandes linhas do interesse nacional. Assim a Nação se nos tem apresentado como unidade que é ou deve ser dotada da homogeneidade e coesão no que é essencial na vida coletiva. Sobre essa base se lhe tem defendido a dignidade e o prestígio; e, partindo desse pressuposto, se tem governado na defesa intransigente do que se reputa, sem considerações estranhas, o interesse geral. (SALAZAR, 1943 apud SILVA, 2013)

O caráter voluntarista apresentado por Salazar em seu discurso envolvendo a nação permite citar Ernest Renan. O autor apresenta a importância da sociopsicologia na formação da nação. As experiências compartilhadas e a memória como fatores determinantes no sentimento nacional estão engajados nessa construção. É interessante pensar que, ao se apropriar e recriar uma cultura e uma memória, retomando um passado para isso, está-se também esquecendo outras memórias. Ao selecionar o recorte requerido para a criação da nação, automaticamente, seleciona-se o que deve ser esquecido.

Ernest Renan ao trabalhar a questão da nação apresenta a importância desse esquecimento. Para o pensador, a unificação se fez de maneira brutal, porém a escolha de memórias faz com que se tenha uma leitura diferente. Em sua perspectiva:

O esquecimento, e diria mesmo o erro histórico, é um fator essencial na criação de uma nação, e é assim que o progresso dos estudos históricos é frequentemente um perigo para a nacionalidade. Com efeito, a investigação histórica, na verdade, traz à luz do dia fatos violentos que ocorreram na origem de todas as formações políticas,

mesmo daquelas cujas conseqüências foram as mais benéficas. (RENAN, 1987 p. 32)

Ao sublinhar a importância do esquecimento, o autor chama a atenção para o processo de seleção implicada em toda escolha, porém sua teoria não pode ser aplicada de maneira plena no caso português. Renan (1987, p. 43) apresenta que a nação é feita a partir de sentimento, assim, para ele, “[...] uma nação é, então, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e daqueles que ainda se está disposto a fazer.”. Esse sentimento voluntarista mencionado pelo pensador pode ser questionado por autores que apresentam a nação como algo fortemente construído a partir de mecanismos e estratégias com intuitos políticos e econômicos, como é o caso da teoria de Eric Hobsbawm. Não se afirma aqui que o sentimento não exista, pelo contrário, o que se afirma é que esse sentimento, assim como outros elementos nacionais, são construídos a partir do Estado-nação.

Damasceno elenca as diversas formas de estratégias que Salazar e Ferro utilizaram para construir a nação e, com isso, colocando em cheque o discurso feito na Assembleia Nacional. É válido salientar que essa busca pelo ideal de nação e pela identidade nacional possuía motivos intrínsecos. A etnografia fora utilizada como embasamento para essa construção e, levada às universidades e às escolas, serviu de cultura popular e política de distração social, com objetivo de controle de um possível descontentamento. Para a autora:

O objetivo nunca foi a educação científica do povo, mas o seu deslumbramento através da exaltação dos valores nacionais entre os quais a valoração da cultura popular recriada pelo Estado Novo e isso foi alcançado com uma série de comemorações. (DAMASCENO, 2010, p. 69)

Com a ajuda de Antonio Ferro, Salazar busca no interior de Portugal elementos étnicos e culturais para tal construção. É no fomento da arte popular que o governista se apoia para levar a cabo sua ideia. Com medo do moderno e do novo, o folclore e as tradições antigas são readaptados com intuito de que fosse criado um discurso homogêneo. Damasceno apresenta que diversos concursos foram realizados no período, tal foi o caso de um intitulado “Aldeia mais portuguesa de Portugal”. Apesar de respeitar e, inclusive, fomentar o regionalismo português, todo e qualquer discurso acerca da nação girava em torno de elementos semelhantes: o homem trabalhador, religioso e com gosto pelas tradições antigas.

É importante lembrar que, em relação ao período sobre o qual se está falando, a maior parte da população era analfabeta. Ao mesmo tempo em que a literatura fora usada para desenvolver o sentimento nacional e consolidar grandes nomes (pode-se citar diversos

escritores como Garret, Gil Vicente e Camões), o Estado precisava de estratégias para chegar ao público não letrado. Utilizando-se de artifícios visuais, o governo português desenvolveu uma série de elementos para chegar à população. O teatro interiorano, músicas e exposições permitiam que toda a população portuguesa estivesse em contato com as ideias nacionalistas. Assim, a cultura popular seguidamente fora usada como mote para ensejar o sentimento de propriedade dos valores nacionais, pois era de “fácil” compreensão e a população portuguesa se apropriava de maneira rápida.

Ao levar-se em consideração a importância de revistas e impressos para a propagação de um ideário de nação, pode-se remeter a Anderson, que apresenta que a tecnologia dos meios de comunicação contribuiu para tal formação. Em Portugal e no Brasil não foi diferente. Os setores responsáveis pelas propagandas dos regimes investiam recursos para a produção desses impressos com intuito de fomentar a ideia de nação e de sentimento nacional.

As estratégias portuguesas durante o Estado Novo foram, sem dúvidas, respeitadas com a questão regionalista. Isso não ocorreu de maneira gratuita, pois era essa ideia regional que permitia que o sentimento nacional se consolidasse. Joana Damasceno coloca que:

[...] o regionalismo ocupava um espaço importante, uma vez que a arte popular dava identidade as aldeias, vilas e cidades de Portugal, mas mantendo sempre uma unidade impressionante tanto a nível nacional como internacional, no Império e nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Para isso, Ferro utilizava uma expressão curiosa, ligada, sobretudo, às relações com o Brasil, designando por Estados Unidos da Saudade, essa Pátria abstracta, sem terra que era o sentimento de ser português, a cultura popular inerente a todos. (DAMASCENO, 2010, p. 47)

Diferentemente de Salazar, Vargas procurou se distanciar o máximo possível do regionalismo. Empenhou-se em desfazer a ideia do coronelismo regional existente, a ponto de, em 1937, atear fogo nas bandeiras estaduais em um evento de comemoração da festa da bandeira. O episódio significativo demonstra a política de Vargas para lidar com a unificação do Brasil, descartando a possibilidade de um regionalismo ainda presente no país. É possível entender que se procurava:

[...] incentivar o nacionalismo, o civismo e o patriotismo. A importância do indivíduo estava reconhecida enquanto integrante da nação. Em nome dos interesses nacionais se davam todas as realizações. Por trás da ideia de nação, a repressão às desigualdades sociais, a dominação. (BERCITO, 1990, p.10, apud NAHES, 2007)

Enquanto Salazar utilizava de museus itinerantes, músicas e exposições para levar a toda a população a ideia de “nação”, Vargas utilizou, e muito, da radiodifusão para colocar

em prática seu projeto político, uma vez que o rádio adentrava a casa de todas as camadas sociais e culturais do país. O discurso do regime varguista dava ao presente fortalecimento para, com isso, ensejar a ideia de um futuro promissor. Salazar, pelo contrário: apegava-se ao passado de Portugal para alicerçar o presente.

Regimes autoritários como o de Vargas e o de Salazar tiveram diversas semelhanças políticas e econômicas. Apesar de o regime brasileiro ser modernizador e o português extremamente conservador em diferentes aspectos, apesar de Portugal se voltar às tradições e a seu passado “de ouro” para formar sua nação e o Brasil buscar elementos no futuro e na modernidade para o mesmo fim, as mulheres são retratadas de forma parecida via discursos públicos muito semelhantes. Ambos os regimes, profundamente nacionalistas, viam as mulheres como um alicerce da construção da nação e de seu projeto político. Porém, a função social da mulher no regime autoritário era, sem dúvida, a de esposa, mãe e filha. Sua contribuição para a nação, seja a brasileira ou a portuguesa, era a de educar os filhos e cuidar do marido para que eles desempenhassem seus papéis de cidadãos na sociedade.

4.2 AS MULHERES, A IGREJA CATÓLICA E OS REGIMES

Apesar das variáveis existentes no “ser mulher” de cada nação, o modelo tradicional de comportamento e conduta se fazia presente dos dois lados do Atlântico. As mulheres retornando para os lares e construindo, a partir do espaço privado, lares impecáveis para que houvesse um melhor desempenho do seu país. Entretanto, não somente semelhanças continham os Estados Novos no que diz respeito às mulheres perceptivelmente representadas nas revistas.

O primeiro ponto a ser trabalhado é a questão religiosa. Do lado português, tem-se a Igreja Católica engajada direta e indiretamente no regime salazarista, do outro lado Vargas possui um posicionamento semelhante, apesar das especificidades de cada regime. Durante a pesquisa nas revistas, percebe-se que expressões cristãs e de cunho religioso aparecem proporcionalmente similares nas fontes. Expressões como “Graças a Deus!”, “Que Deus te ajude”, “Deus ponha no teu caminho” são observadas nos textos em que se realizou as análises.

Em 10 de janeiro de 1943, na coluna *Correio da Joanhinha* da revista *Modas e Bordados*, uma leitora com codinome “Confiante” recebe a resposta de Tia Filomena, que afirma concordar com a opinião da leitora sobre “os horrores da guerra” (MODAS E

BORDADOS, 1943, ed. 1615, s/p). Nessa ocasião, tem-se um exemplo de escrita em tom religioso, como se vê no trecho a seguir:

O que devemos fazer é procurar que a nossa influência torne melhor o ‘pequeno mundo’ em que a nossa vida decorre. Que haja menos sofrimento, onde for possível chegar a nossa influência! Sofrimento moral e físico. Compreendes? Se todos pensassem e fizessem assim, haveria muito menos amargura sobre a terra. Assim devem proceder os verdadeiros cristãos, aqueles que procuram seguir, verdadeiramente, os ensinamentos sublimes do Evangelho.” (MODAS E BORDADOS, 1943, ed. 1615, s/p)

O debate teórico sobre a relação de Salazar com a Igreja Católica toma proporções semelhantes ao debate acerca do salazarismo ser ou não fascista. Fernando Rosas (1992) acredita que houve uma colaboração mútua em que a religião foi usada para manter a ordem uma vez que a imensa maioria dos portugueses era católica.

Seguindo outra vertente de pensamento, encontra-se Manuel Braga da Cruz (1998) e Luis Reis Torgal (2009), que, apesar de considerar em singular a participação da Igreja Católica na sociedade durante o regime salazarista, entendem que o Estado Novo não pode ser compreendido como um “Estado Católico” (CRUZ, 1998). Em uma terceira via, encontra-se António Costa Pinto (1994), quem afirma que a importância ímpar da Igreja Católica durante o Estado Novo permitiu, além do distanciamento do povo da fascistização, também agiu como um motor do regime. Independentemente da linha teórica seguida, é notória a participação, em menor ou maior grau, da Igreja Católica no regime salazarista.

Deste lado do Atlântico, Vargas e a Igreja Católica auxiliaram, de maneira mútua, na consolidação dos seus poderes. Ambos compartilhavam de uma mesma luta: a anticomunista. Vargas percebeu que, ao ter a Igreja Católica como sua aliada, poderia utilizá-la como forma de manutenção do seu governo para manter o espírito cristão. Ao ser conhecido, inclusive nos dias de hoje, como Pai da Nação, uma perspectiva cristã está vinculada à imagem do chefe do regime. A Igreja possuía um discurso de coesão nacional muito semelhante ao discurso varguista. Com isso, a Igreja contribuiu para a manutenção do regime com uma ideia de ordem a serviço da pátria, que, a partir do Estado Novo, era representada pela própria figura de Vargas.

A revista brasileira *Jornal das Moças* corrobora com o posicionamento católico cristão a respeito do modelo de feminilidade imposto às mulheres, apesar de não haver nenhuma coluna específica no período estudado (CRUZ, 1998). Além disso, o casamento foi muito utilizado pelos colunistas para elaborar matérias para a Revista. As dicas iam desde modelos de vestidos de noivas, comemorações e como lidar com o marido. O casamento era

visto como um caminho natural a todas as mulheres brasileiras, discurso esse extremamente ligado ao discurso da Igreja Católica. Em nenhuma das edições analisadas para a presente pesquisa foi verificada matéria sobre divórcio, por exemplo, outro ponto em harmonia com os preceitos da Igreja. Essa configuração de publicações permite pensar que, para o periódico, o casamento, assim como para a Igreja Católica, era algo indissolúvel e que seria favorável que as leitoras não tivessem acesso a esse tipo de notícia ou informação. O que se sabe é que:

Para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo. Deve-se notar que, embora a expressão cristã tenha um caráter mais abrangente, a referência para a sociedade brasileira da época era, sem dúvida, o catolicismo. Ainda que a República formalizasse a separação da Igreja católica do Estado, permaneceria como dominante a moral religiosa, que apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria. A escolha entre esses dois modelos representava, na verdade, uma não-escolha, pois se esperava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela imagem de pureza da Virgem. Através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas. (LOURO apud DEL PRIORI, 2001, p. 371)

No Brasil, houve uma participação feminina dentro de movimentos da Igreja Católica com uma enorme representação. A Ação Católica Brasileira, movimento criado pela Igreja Católica, fundado pelo cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra, em 1922, tinha como objetivo formar leigos para contribuir com a missão católica de cristianização. O movimento era dividido entre idade e sexo, com isso, englobando diversas pessoas da sociedade. Existiam também a Juventude Feminina Católica – para moças de 14 a 30 anos; a Liga Feminina da Ação Católica – para as maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade. Além disso, divisões englobavam outras categorias sociais: Juventude Agrária Católica, Juventude Independente Católica, Movimento de Adolescentes e Crianças, Ação Católica Operária entre outras. As principais atividades dos grupos eram ampliar a influência da Igreja na sociedade, por meio de membros leigos do movimento e do fortalecimento da fé religiosa com base na Doutrina Social da Igreja.

Em Portugal, as organizações femininas católicas se davam a partir de diversas esferas. A Ação Católica Portuguesa, assim como no Brasil, também contava com a atuação de leigos na base social. As divisões – que tal como no Brasil também se davam a partir do sexo e da idade – conseguiam englobar toda a população. Existiam a Liga da Ação Católica Feminina, Juventude Católica Feminina, Juventude Independente Católica, Juventude Universitária Católica Feminina, Juventude Escolar Católica Feminina, Juventude Agrária

Católica Feminina e Juventude Operária Católica Feminina. Para Pimentel, o número de mulheres era muito maior do que o número dos homens ativos e participantes da Ação Católica. Em sua visão:

Quase todas as organizações masculinas foram criadas posteriormente sem nunca atingir a expansão das femininas, que englobavam, três vezes mais membros do que aquelas. Por exemplo, enquanto em 1942, a Liga dos Homens da Ação Católica e a Juventude Católica masculina tinham, respectivamente, 2231 e 11.987 filiados, A Liga da Ação Católica Feminina e a Juventude Católica Feminina organizavam, respectivamente, 9.154 e 36.439 filiadas. (PIMENTEL, 2011, p. 190)

No que tange aos aspectos de religiosidade, tanto a Revista brasileira, quanto a portuguesa apresentam um posicionamento cristão visível. Não se pretende nesta etapa do capítulo afirmar que os regimes ou a representação feminina se deram da mesma forma. Porém, é perceptível que valores morais baseados na ideologia católica tenham alicerçado, em diferentes momentos, o pensamento a respeito das mulheres em ambas as revistas analisadas.

A revista portuguesa, por exemplo, possui um discurso progressista em relação ao papel social feminino em diversas passagens nas edições analisadas. Entretanto, não abre mão de preceitos religiosos ao dialogar com as leitoras. Não se pretende relacionar a religião com a autonomia feminina ou com sua capacidade de procurar/lutar por outras funções sociais, indo de encontro com as normas impostas pelos regimes autoritários em que viviam. Em outras palavras, não se entende que mulheres religiosas não poderiam (re)pensar suas ações e participações na sociedade. Apesar disso, a ideia desta seção é observar que preceitos católicos estavam inseridos direta ou indiretamente nos discursos dos periódicos analisados, ilustrando como as sociedades estudadas viam as mulheres.

4.3 TRABALHO FEMININO

O trabalho feminino remonta ao início da civilização. Seja em um passado mais distante trabalhando com a agricultura, seja nas fábricas durante a Revolução Industrial nos séculos XVII, XVIII e XIX, a participação feminina sempre foi de suma importância para o desenvolvimento econômico. No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a mão de obra se dava em maioria por mulheres (após a abolição da escravatura e a substituição pela mão de obra livre, as mulheres imigrantes se tornaram a mão de obra mais barata, atingindo um alto índice de porcentagem dos trabalhadores brasileiros). Seja na Europa, seja no Brasil, as

mulheres estavam ocupando espaços no mercado de trabalho⁵⁵. A partir de 1930, tanto em Portugal quanto no Brasil, um discurso para fazer o movimento oposto começou a ecoar. A mulher deveria voltar para a esfera privada: o lar. O seu trabalho, sem dúvida, não acabaria ali. Para Perrot:

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível. (PERROT, 2007, p. 109)

Estratégias políticas de Vargas podem ser vistas como avanços no campo do político para as mulheres. Jornadas de trabalho de 8 horas e o direito ao voto fazem com que pautas dos movimentos feministas desde os primórdios fossem riscadas. Entretanto, é também a partir da Era Vargas (1930-1945) que as mulheres saem do espaço público e retomam as atividades majoritariamente caseiras. É válido lembrar que, por estarem inseridas no espaço público por trabalharem fora de casa, as mulheres, conseqüentemente, passaram a ter contato com o sindicalismo e as diversas possíveis militâncias.

Ao retornar para o lar, seus contatos com esses movimentos se reduziam drasticamente. Rago (1997) apresenta que, em 1872, 76% da mão de obra era feminina, já em 1950, apenas 23%. Essa estatística permite perceber o quão funcional fora a política de retorno ao lar, não somente, mas em grande parte do governo varguista. Não era do interesse do Estado, nem da parcela masculina da sociedade, que as mulheres permanecessem fora dos lares. Rago explica que:

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. (RAGO, 1997, p.486)

⁵⁵ É incontestável que a participação feminina como mão de obra sempre foi a de menor custo. Alguns historiadores apresentam a ideia de que o trabalho em indústrias não deve ser pensado como um avanço para as mulheres, uma vez que ele não trouxe melhoria de vida para elas. A historiadora Michelle Perrot (2006) apresenta em sua obra “que o trabalho na indústria ou na fábrica só acarretou mais uma atividade às mulheres, uma vez que elas continuavam como únicas responsáveis pelas tarefas domésticas além de ter uma carga horária que chegava até 14 horas no século XIX e de 10 horas a partir do século XX. Além disso, os abusos sexuais por parte dos patrões eram constantes. Margareth Rago (2004) apresenta que as investidas sexuais são denunciadas ainda no século XIX no Brasil.

O discurso ideológico do Estado Novo aparecia subjetivamente na revista *Jornal das Moças*. Nos anos analisados, as referências sobre trabalhos femininos se resumiam, basicamente, em profissões que fossem extensões do lar: professora, cuidadora, enfermeira. A representação que a Revista fazia das mulheres brasileiras limitava o espaço de atuação que elas podiam/deviam ocupar sempre como o mesmo ofício: o cuidado com o próximo, uma vez que é de caráter biológico esse “dom” quase maternal, isso se pode ser pensado a partir dos papéis que a mulher assume socialmente ao longo dos tempos.

Porém, não se pretende afirmar que somente a parte conservadora da sociedade pensava dessa forma. Movimentos operários de esquerda também propagavam esse discurso. A visão da mulher como permissiva e frágil e que, ao sair de casa para a fábrica, a família e o lar seriam destruídos, assim como os laços familiares que ficariam enfraquecidos, era constante no pensamento do início do século XX até o seu final. Rago (2004, p. 491) apresenta que o cunho moral estava tão imerso na sociedade, tanto antes quanto depois do Estado Novo, que, até mesmo para anarquistas que eram contrários às relações monogâmicas e defendiam o amor livre, “os códigos da conduta sexual eram bastante severos. Isso revela ao mesmo tempo uma grande preocupação com a preservação da moralidade das mulheres do meio operário.”

Nesses termos, verifica-se que o pensamento em relação ao espaço feminino – seja ele sexual, laboral ou social – dava-se em diferentes esferas do campo político e ideológico, salvo algumas exceções. O cuidado com a moralidade das mulheres estava presente tanto na ala mais conservadora e de direita quanto em setores mais à esquerda ou ditos revolucionários da sociedade brasileira. Nahes explica que:

[...] é a partir do início da Era Vargas, 1930, que a mulher sai das portas das fábricas, da militância, ou seja, do espaço público, persuadida pelo discurso ideológico do Estado que se firmava na idéia do *mens sana in corpore sano*, programas de aleitamento materno etc. Evidentemente, essa estratégia de retirada da mulher do espaço público e de retorno ao espaço privado do lar fazia parte de um projeto maior, o de um Estado autoritário, que tinha pressa em se estabelecer, unindo, sob forma de apropriação, o antigo discurso voltado para as massas e propagado pelos anarquistas e comunistas dos anos 20, ao discurso direcionado, agora, às elites industriais dirigentes do país. (NAHES, 2007, p. 18)

A participação feminina no mundo do trabalho pode ser percebida na revista *Jornal das Moças* na edição 1.422 de 1942. A matéria fala sobre as mulheres enfermeiras que estavam concluindo os estudos. No trecho que segue se pode ler:

CURSO DE EMERGÊNCIA A mulher brasileira, como é sabido mobilizou todas as suas energias, colocando-as ao serviço da Pátria no estado de guerra em que nós achamos contra as potências totalitárias. Acorreu a todos os postos onde é reclamada a sua colaboração, num largo movimento de espontaneidade e de amor à causa do Brasil, que lhe indica às tarefas compatíveis com a sua condição. A nossa gravura mostra no alto e no centro desta página, por exemplo, a cerimônia da entrega dos respectivos diplomas às enfermeiras que veem de concluir o Curso de Emergência da Cruz Vermelha Brasileira, realizada no Teatro Municipal. (JORNAL DAS MOÇAS, 1942, ed. 1422, p. 62)

A mulher, de modo geral, era apresentada no âmbito profissional como uma prestadora de serviço à pátria, como a enfermeira que cuidava de outras pessoas. Interessante é observar que a Revista chama os outros países de “potências totalitárias”. Apesar de haver um enorme debate teórico sobre se o Estado Novo de Vargas poderia ser chamado de totalitário ou fascista (item já trabalhado no Capítulo 1), independentemente da linha teórica seguida, é intrigante perceber a Revista chamando outros países de totalitários, uma vez que o Estado Novo foi uma ditadura. Adendo feito, diz-se que o foco da matéria mencionada é verificar a profissão feminina exaltada: enfermagem.

Na edição 1.304, de 1940, a Revista apresentou a matéria “Farmacêutica”, transcrita no trecho que segue:

É esta uma das profissões mais condizentes com o sexo feminino e que, mau grado isso, não tem grande aceitação em nosso meio. Seria bem acertada uma boa propaganda em torno de tal profissão para a mulher. Não acarretando para ela esforço físico em desacordo com seu sexo, a profissão é daquelas que muito enaltecem a quem a exerce. É indiscutível a tendência caridosa da mulher e, por isto, ela, por força natural de seu sexo, aplicar-se-ia no aperfeiçoamento de uma profissão através da qual infiltra-se muito de caridade. É a confecção do remédio, é a confecção de um salva-vidas. O médico indica, a farmacêutica manipula e a enfermeira dá. São três símbolos do bem. Façamos, pois, de nossas filhas boas farmacêuticas, quando desejem ser advogadas, engenheiras ou funcionárias públicas. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1304, p. 60)

É significativo pensar em alguns aspectos da matéria citada. Primeiramente a Revista afirma que existem profissões mais indicadas às mulheres do que aos homens. Em segundo lugar, corrobora com a idealização do instinto natural das mulheres de cuidado e zelo com o próximo já que é “indiscutível a tendência caridosa” (ibidem), permitindo traçar um paralelo entre a ideia do periódico e o discurso biológico que difere os homens das mulheres.

É possível ler no excerto que a figura da pessoa formada em medicina aparece como substantivo masculino, enquanto a figura da pessoa formada em farmácia e enfermagem aparece com um substantivo feminino, o que leva a crer que a ideia da JM era exatamente a de mulheres atuando em áreas menos prestigiosas que os homens, já que existe entre essas

profissões uma hierarquia entre as atividades laborais, seja no processo de tomada de decisão, seja frente ao paciente, seja em relação às responsabilidades de cada qual. Farmacêuticos e enfermeiros estão, em certa situação, subordinados aos médicos. A Revista, ao marcar linguisticamente as profissões a partir do uso de marcas femininas e masculinas, mostra que o médico seria um homem, e a farmacêutica e a enfermeira seriam mulheres. A hierarquia entre as profissões pode ser vista na frase: “O médico indica, a farmacêutica manipula e a enfermeira dá”.

A demonstração de que as mulheres mães teriam poder de fazer com que suas filhas escolhessem a profissão indicada por elas, era outra forma de manter papéis anteriormente estabelecidos. Quando a Revista menciona que são profissões mais condizentes com o sexo feminino reitera estereótipos sociais e assina por sua manutenção, uma vez que era preferível que não fossem advogadas e engenheiras, colocando a responsabilidade de um lar harmonioso (e isso envolve o desenvolvimento dos filhos) nas mãos das mães. Caso a filha optasse por uma profissão não indicada às mulheres, era responsabilidade materna, uma vez que não fora bem orientada pela progenitora. A afirmação “Façamos, pois, de nossas filhas boas farmacêuticas, quando desejem ser advogadas, engenheiras ou funcionárias públicas”, enfatiza que se deve não somente interferir na escolha das filhas como dissuadi-las de suas próprias vontades.

Não se pretende nesta pesquisa qualificar ou desqualificar as profissões. A ideia central é demonstrar a forma que a revista *Jornal das Moças* representava a mulher trabalhadora, sendo essa extremamente ligada aos cuidados de saúde por serem tarefas, como diz a matéria, “compatíveis com a sua condição.”. Poder-se-ia questionar qual a condição que as mulheres possuíam para estarem aptas a serem enfermeiras. A resposta iria vir prontamente: o cuidado com o próximo, o zelo, o afeto e a “instinto maternal”.

Se de um lado do Atlântico tinha-se uma visão das profissões consideradas adequadas às mulheres, sobretudo aquelas profissões ligadas ao cuidado com o próximo, a revista *Modas e Bordados*, no além-mar, permite acesso à outra visão. Como dito anteriormente, no Capítulo 2, a Revista apresenta diversas possibilidades profissionais às mulheres. Trazendo matérias com exemplos de mulheres atuando nas mais diferentes áreas de trabalho, viabilizando uma imagem de mulheres além do idealizado pelo regime salazarista.

Entretanto, inversamente proporcional à imagem da Revista, Salazar utilizou de variadas estratégias para limitar a atuação laboral feminina. Pimentel (2011) apresenta que

essas estratégias foram desde atributos legais até discursos médicos⁵⁶ para legitimar a ideia da incapacidade feminina de trabalhar. A própria Constituição de 1933 contribuiu para esse ideário, uma vez que, ao comentar sobre a Constituição, Salazar afirmou que o trabalho não poderia distanciar as mulheres de suas famílias. Contudo, o ditador soube com sagacidade exaltar as funções sociais, morais e econômicas das mulheres na sociedade para ganhar seu apoio. (PIMENTEL, 2011). O regime salazarista ia para além do caráter somente discursivo de proibir que as mulheres atuassem em certas áreas profissionais. Os cargos do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e a carreira diplomática, por exemplo, eram proibidas para as mulheres.

A *Modas e Bordados* tenta representar as mulheres de formas distintas. Ao trazer matérias sobre mulheres escritoras, médicas, arquitetas, aviadoras, advogadas e outras profissões que aparecerem no decorrer das edições, é perceptível a diferença entre as duas revistas trabalhadas. Ambos os regimes possuíam um discurso bem habilidoso para retornar com as mulheres para os lares. O medo da competitividade no mercado de trabalho, o conservadorismo, o corporativismo dos regimes, fizeram com que muitas mulheres voltassem para as tarefas somente domésticas.

Muitas das leis que, no Estado Novo português, pretenderam eliminar a presença feminina no mercado de trabalho basearam-se em legislação anterior cujo objetivo, no âmbito internacional, era proteger as condições laborais das mulheres e da maternidade. (PIMENTEL, 2011, p. 63) A autora apresenta também que a ideia do regime era eliminar a concorrência que as mulheres fariam na indústria contra os homens. Acredita-se que, para além da questão de concorrência, a questão moral estava extremamente ligada a essa lógica de retorno ao lar. As indústrias e fábricas sendo vistas como “antros de perdição”, de “perdição sexual” e ligação com movimentos políticos e sindicais, seria favorável ao regime salazarista que as mulheres se mantivessem o mais distante daquele espaço. Era, pois, conveniente ao regime que as mulheres permanecessem com o modelo de mãe, dona de casa e esposa fiel. Esse imaginário contribuiu para que as mulheres que procurassem atuar em áreas “não femininas” sofressem com pressões sociais e morais em Portugal. Rago explica que:

⁵⁶ Pimentel (2011, p. 58) apresenta que “o médico católico Riba Leça expressou as ideias da Igreja sobre o trabalho feminino fabril, ao retratar as fábricas como haréns turcos em que as mulheres, devido à sua inata debilidade de caráter, aos baixos salários e ao desemprego, eram vítimas das perseguições dos capatazes. Repetiu nomeadamente as duas ideias de Salazar, respectivamente acerca do igual valor do trabalho da mulher no lar e do trabalho do marido e sobre a dupla economia do lar operário, constituída por uma economia representada pelos salários e uma representada pelo trabalho da mulher.”.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devota e inteira sacrifício implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. (RAGO, 2004, p.91)

É válido ressaltar um aspecto importante no regime salazarista: o recorte de classes que deve ser feito ao analisar a representação feminina e as políticas do Estado Novo para com as mulheres. Apesar de ser um regime corporativista em que a luta de classes era abominada, é notório que, como dito anteriormente, o discurso do governo, apesar de chegar a todas as classes, não era aceito por todas as mulheres. As mulheres de classe média que moravam na cidade eram o foco do regime. Durante as décadas analisadas na presente pesquisa, grande parte da população portuguesa vivia no campo e as mulheres contribuíam intensamente no sustento do lar. Essas mulheres, mesmo se quisessem, não poderiam voltar para o lar, pois a renda da casa dependia delas. Assim como as mulheres de classe baixa que trabalhavam em situações degradantes nas fábricas e nas indústrias, pois a renda familiar contava com as suas contribuições.

Deve-se pensar no tamanho da contribuição que o corpo editorial de uma revista ou jornal possui. Ao comparar as fontes usadas para esta pesquisa, pode-se fazer duas leituras sobre a representação do trabalho feminino. A primeira na *Jornal das Moças*, na qual se reforça o padrão estabelecido pelo regime conservador de Vargas, em que a mulher estaria muito mais inserida nos trabalhos domésticos; cuidando do lar, dos filhos para serem bons cidadãos para pátria; e estava também às voltas como marido, apoiando-lhe para que fosse um bom trabalhador. A segunda na *Modas e Bordados*, revista na qual há quebra em relação ao discurso do regime salazarista, que mostrava mulheres atuando em diversos espaços de trabalho de diferentes classes sociais.

O movimento da revista portuguesa pode ser entendido em razão de que a participação do corpo editorial se faz com a presença da jornalista e diretora Maria Lamas, pessoa de ideias diferenciadas às propagadas pelo regime. O seu livro de maior destaque *As mulheres de meu país* e outras atividades de Maria Lamas, como as diversas exposições sobre as mulheres e suas participações políticas, fizeram com que a jornalista fosse presa algumas vezes, além de levá-la à condição de exilada em Paris por vários anos. Seria ingênuo pensar que o posicionamento político e ideológico de Lamas não estaria presente nas páginas da *Modas e Bordados*. Seu pensamento a respeito do papel social das mulheres estava intrinsecamente ligado a cada reportagem ou resposta às cartas das leitoras. Surpreende que, nas edições

analisadas, não houvesse matérias jornalísticas falando sobre desquite, uma vez que Lamas registrou, em 1920, o seu divórcio – fato que, para a época, era extremamente incomum.

Quanto às especificidades da *Modas e Bordados*, Rodrigues explica que:

A publicação procurou explorar um outro lado da mulher, o de profissional, o de ser munido de capacidade intelectual e crítica, quando possuía as ferramentas e o espaço para a desenvolver. Apelava-se, constantemente, à necessidade de se trabalhar em prol do enriquecimento cultural da mulher, que passava por uma instrução de qualidade e educação, e posteriormente, pelo exercício de uma profissão. De facto, o sexo feminino era muito valorizado pela redação de Maria Lamas, algo que a diretora desejava que se estendesse à sociedade. Assim sendo, estabeleceu-se como grande objetivo, a análise pormenorizada desta faceta da revista, que se caracterizava pelo seu caráter singular. (RODRIGUES, 2016, p. 74)

A representação feminina no trabalho da Revista não envolvia somente mulheres em ambientes fabris. Em 1937, a *Modas e Bordados* apresenta uma fotografia de meia página exaltando a figura de uma “[...] ilustre poetisa e pianista de D. Oliva Guerra, rodeada pelos seus discípulos, cuja audição, realizada há pouco nos salões do [ilegível] Lírico Português, constituiu mais um grande triunfo para a notável professora.” (MODAS E BORDADOS, 1937, ed. 1332, p. 4).

Essa citação permite pensar na lógica já trabalhada na pesquisa sobre as profissões de cuidados com o próximo como o professorado. Entretanto, é importante ressaltar que, para a Revista, a professora é, antes de tudo, poetisa e pianista, valorizando muito mais suas habilidades artísticas, fazendo uma representação a respeito das mulheres como capazes de produzir conhecimento e arte.

Figura 11: Matéria publicada na Revista



Fonte: *Modas e Bordados* (1937, ed. 1332, p. 4)

Nesses termos, é possível concluir que a representação das mulheres no mundo de trabalho pelas revistas tem também um posicionamento ideológico muito forte, pautado pela formação do corpo editorial dos periódicos graças também a Maria Lamas e a sua visão considerada progressista para a época.

A *Jornal das Moças*, por sua vez, ao ter seu corpo editorial composto quase exclusivamente por homens corrobora com a ideia das mulheres como donas de casa e boas esposas. Margareth Rago (1997, p. 579) afirma que se tem uma construção de imagético e uma representação feminina baseada por ideais masculinos. “Isso significa que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual.”

3.4 A educação feminina em regimes autoritários

Durante o Estado Novo diversas estratégias foram utilizadas por Vargas e seu regime para que a construção de uma nova nacionalidade fosse criada e, com isso, um “homem novo” surgisse. Pode-se pensar que, mesmo delimitando por sexo (“homem novo”), o ditador estava

se referindo a toda a população brasileira. Porém, é válido lembrar que os projetos eram diferentes. Para os homens, ser bons trabalhadores referia-se ao fato de contribuírem com o desenvolvimento da nação. Já em relação às mulheres, eram consideradas úteis quando boas esposas e mães, pois assim estariam contribuindo com o país, a partir do lar como um reflexo do desenvolvimento nacional.

Fazendo distinção entre os projetos a partir do sexo, Vargas também fez distinção na educação entre meninos e meninas. Ao desejar e se empenhar para desenvolver uma nação que outrora era dividida e fazê-la de maneira unificada, Vargas dividiu seu governo em projetos e políticas distintas entre homens e mulher, caindo em uma cisão. Capelato explica que:

Francisco Campos, um dos ideólogos mais importantes do Estado Novo, interpretou o regime como uma decorrência histórica e necessária da Revolução de 1930. Segundo o ideólogo, o Estado Novo suscitara no país uma "consciência nacional", unificara uma nação dividida, colocara um ponto final às lutas econômicas e impusera silêncio à querela dos partidos empenhados em quebrar a unidade do Estado e, por conseguinte, a unidade do povo. (CAPELATO, 2007, p. 117)

Não se pretende aqui dizer que Vargas não valorizava as mulheres ou que o seu regime era muito mais voltado aos homens. Pelo contrário, Getúlio sabia que, ao voltar seu governo também para as mulheres e, com apoio de Gustavo Capanema para tal estratégia, ele ganharia a camada feminina da população. O tratamento diferenciado iniciou-se com a educação pensada especialmente para elas. Destaca-se também a relação próxima entre Capanema e Alceu de Amoroso Lima, já comentado no Capítulo 1. A situação que manifestava a ligação entre o Estado e a Igreja se fizera presente no quesito educação, inclusive a feminina. Pode-se dizer que:

Os poderes públicos devem ter em mira que a educação, tendo por finalidade preparar o indivíduo para a vida moral política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. Cumpre reconhecer que no mundo moderno um e outro são chamados à mesma quantidade de esforço pela obra comum, pois a mulher mostrou-se capaz de tarefas as mais difíceis e penosas outrora retiradas de sua participação. A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa organização social e por isto colocada sob a proteção especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhes ministra prepará-la conscientemente para esta grave missão. (CAPANEMA, apud SCHWARTZMAN, 1984, p. 107)

Nukácia de Almeida (2006), em um artigo denominado *Revistas Femininas e Educação da mulher: Jornal das Moças* afirma que durante muitos anos a educação brasileira se assemelhou à educação portuguesa porque o cuidado do lar era a base da educação feminina por fatores ainda oriundos do período colonial. A autora ainda apresenta que, no início do século XX, a leitura de romances começou a fazer parte da educação feminina, além, é claro, de magazines e revistas com conselhos sobre “vida feminina” (moda, culinária, eventos sociais, contos, etc.) como era o escopo da *Jornal das Moças*, entretanto, o controle das leituras era constante “pela família, pela escola e pela Igreja” (idem, p. 4). Nas palavras de Parada:

A formação do novo Estado brasileiro que iria desaguar na solução autoritária em 1937 precisou da colaboração da estrutura burocrática do Ministério da Educação e dos intelectuais que a ele se associaram. A construção da nova cultura cívica, fundamental para o estabelecimento de um consenso sobre o regime, precisou da escola e da ação pedagógica cotidiana dos professores junto à população de jovens em idade escolar. O Ministério também produziu políticas públicas para a formação da “criança brasileira”, articulando, como era sua função, discursos e práticas pedagógicas e médicas. (PARADA, 2017, p. 194)

Em 1937, na edição 1133, a coluna *Evangelho das Mães* apresentou diversas dicas sobre leitura para as mulheres, dicas essas que exemplificavam claramente o controle familiar das obras escolhidas pelas jovens, tal como se pode ler no trecho que segue:

A leitura te fará bem se ela for sã e nobre;
 Procura encontrar sempre livros bons, desses que realmente instruem. Sempre te farão falta, pois um bom livro será teu melhor amigo;
 Afasta-te daquelas leituras que, de uma ou de outra maneira, podem ser prejudiciais;
 Cada vez que te disponha a ler, consulta primeiro a uma pessoa adulta e pede-lhe que te indique se essa leitura te convém ou não.
 Não tenhas em casa livros apenas para a coleção;
 A leitura sã envolverá teus pensamentos e enriquecerá teu cérebro. (JORNAL DAS MOÇAS, 1937, ed., 1133, p. 63)

Apesar de não localizar uma pesquisa que apresente índices de escolaridade por sexo, é sabido que os espaços de ensino, principalmente os de ensino superior, eram predominantemente ocupados por homens. Ainda que em menor número se comparada com a revista *Modas e Bordados*, a *Jornal das Moças* procurara exaltar algumas figuras femininas que se destacavam no período. Como é o exemplo de Yolanda Portocarreiro, no ano de 1938, na edição 1182, que se bacharelou em Ciências e Letras pela Escola Amaro Cavalcanti, sendo uma revelação por ter atingido as melhores notas da turma. A Revista também afirmou que a jovem era uma exímia pianista e cantora soprano. Metade da página era uma foto da jovem

com roupa de formatura. É relevante ver exemplos como esses na Revista, ainda que eles sejam raros. De toda a forma, sua aparição era incentivo para que as mulheres pudessem ser mais do que donas de casa se assim o desejassem.

Em algumas matérias específicas, é possível verificar uma dualidade a respeito de Getúlio Vargas. Se em algumas edições se observam matérias fazendo uma exaltação à figura do chefe do regime, como analisado no Capítulo 1, em outras matérias verifica-se uma crítica sobre a educação no ano de 1940, tal como o trecho que se cita a seguir:

O ensino

Um povo alfabetizado é empreendedor e prospero. A escola moderna apresenta excelentes inovações com suas aulas práticas, os passeios instrutivos, as cerimônias cívicas e literárias, as ginásticas metódicas, sadio regime alimentar, noções de higiene, de ciências naturais, de sexo, moral e civilidade. Uma educação incompleta e demasiado teórica nada aproveita. O trabalho escolas deve ser exercido sem coação, entremeiado de folguedos agradáveis, evitando-se prejudicar o aluno com censuras, críticas, ameaças de castigos e çaoadas que lhe trazem um complexo de inferioridade. O ensino religioso constitui um patrimônio moral ponderável, norteando o adolescente para uma crença fortalecedora de seu caráter. Há falta de inteligente racionalização nos programas de ensino secundário com a acumulação de matérias, excesso de aulas e horários apertados, com tempo deficiente para as refeições, recreios e sono o estudante. Um estabelecimento de ensino é uma casa de trabalho, de civismo, de moral, de força e de fé nos puros ideais. Nele o estudante não perderá tempo em teorias inúteis, aprenderá o horror a inanição, saindo aparelhado a levar a termo as suas aspirações, norteado na escolha da profissão mais conveniente a sua vocação e munido de conselhos eficazes para enfrentar decepções e insucessos naturais na carreira. A imprensa e o cinema aprestam serviços valiosos na obra de difusão de conhecimentos, riquezas e possibilidades da Pátria. Um povo sem instrução não vale muito no concerto das nações. Existe em nosso país enorme percentagem de analfabetos, sendo ainda insuficiente o número de escolas. É difícil ao pobre adquirir uma rudimentar instrução nos lugares afastados e sem recursos. Os livros custam caro. Crescem os impostos que matam as iniciativas particulares. Uma boa obra constitui luxo ao alcance de poucos. As verbas federais, estaduais e municipais em prol da instrução são acanhadas em comparação as necessidades da instrução popular. Assim o nosso maior problema permanece sem solução. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1327, p. 4, grifos nossos)

A matéria foi assinada por Wladimir Pinto⁵⁷, fato que já se faz singular na Revista, uma vez que pouquíssimas matérias levavam assinatura. Intrigante é o discurso do periódico, dado que faz uma crítica a métodos mais rígidos e à censura no ensino, mas elogia a criação do DIP (principal órgão de censura do Estado Novo). Critica as “ameaças de castigos”, mas engrandece o regime de Getúlio Vargas, em que perseguições políticas aconteceram durante todo período do regime. No fim da matéria, a crítica ao analfabetismo se fez presente e ainda foi salientado que há um déficit em relação ao número de escolas.

⁵⁷ Não foram localizadas maiores informações sobre o possível jornalista.

Contraditoriamente, como já citado no Capítulo 1, em 1938, a Revista afirma que “Temos frisado, em comunicados anteriores, a especial atenção que o presidente da República dispensou, sempre, aos problemas educacionais do País. ” (JORNAL DAS MOÇAS, 1938, edição 1177, p. 6). Essa análise permite perceber como o discurso e a representação que a Revista fez do regime pode modificar-se com o passar dos anos. Além disso, uma clara percepção de diferenças de classes é apontada pela matéria, dado que o autor afirma existir uma dificuldade maior de acesso ao estudo para as camadas mais baixas da população assim como o acesso à leitura.

Não se afirma neste texto que o periódico modificou estruturalmente a sua percepção a respeito do regime como um todo, visto que outras matérias elogiando Vargas aparecerem na Revista ainda em 1940. Todavia, cabe salientar que as críticas feitas a respeito da educação foram feitas e assinadas. Não se sabe, porém, o motivo dessa matéria ter sido aprovada pelo DIP, uma vez que o regime fiscalizava as revistas e os jornais para que não houvesse críticas duras ao governo. Com isso, é perceptível que a Revista, apesar de seu discurso conservador e da representação que fazia das mulheres, considera importante informá-las a respeito dos problemas educacionais que o país passava durante o Estado Novo.

Ao tratar sobre esportes⁵⁸, a *Jornal das Moças* também apresentava um posicionamento discordante em alguns momentos, como pode ser visto nas duas matérias a seguir:

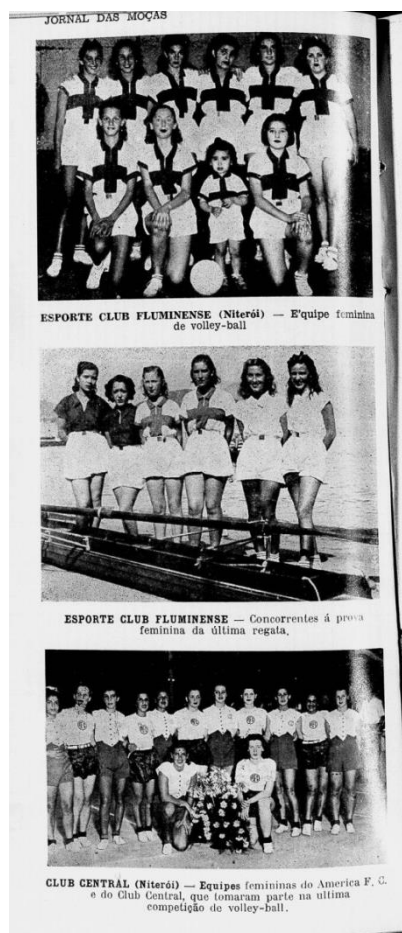
A mulher no esporte – A mulher está progredindo tão vertiginosamente no esporte brasileiro que nos torna pasmos. Ainda ontem, censurávamos a graciosa filha de Eva que tivesse a “coragem” de aparecer em público, afim de disputar uma prova esportiva. Felizmente para uns, infelizmente para outros, hoje está tudo mudado, e temos as gentis representantes do sexo fraco... ombreando-se com os homens em disputas sensacionais, praticando o esporte para a perfeição da raça. Infelizmente para alguns, os que ainda permanecem alheios aos benefícios que traz para o corpo a prática o esporte, mas, felizmente para nós, que compreendemos quanto são necessários à mulher moderna esses exercícios. Porém devemos analisar o que significa a palavra – esporte. Não pratica esporte a elegante senhorita que, sedutora, permanece de “maiô” nas praias ou piscinas, esperando que “ele” a veja, ou no seu Packard tipo 1940, fumando com volúpia. Esporte verdadeiro é aquele praticado com método e regime como fazem as consagradas irmãs Maria Lenk, Ligia Cordovil, Crisca Jane Giesse⁵⁹ e outras, que tudo fazem em nome do Brasil. O XII Campeonato Sul Americano de Atletismo está próximo. O Brasil necessita de uma brava legião feminina, demonstrando assim que a mulher brasileira pratica o verdadeiro esporte. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed.1312, p. 18)

⁵⁸ Foi inserida a análise de representações femininas nos esportes ainda no subcapítulo sobre a educação por considerar que ambos estavam ligados.

⁵⁹ Nadadoras profissionais brasileiras. Maria Lenk foi uma das primeiras mulheres a se formar em Educação Física e a participar de Jogos Olímpicos de Berlim em 1936. Foi cofundadora da primeira Escola Civil de Educação Física da América do Sul, tornando-se também diretora e professora emérita da instituição.

A figura que segue mostra uma matéria relacionada aos esportes.

Figura 12: Matéria publicada na Revista



Fonte: JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1312, p. 20.

A matéria exaltando as mulheres participantes do esporte poderia não ser muito representativa senão fosse a matéria a seguir em que uma crítica à prática do futebol foi feita. Vale lembrar que o esporte havia sido proibido por Vargas para as mulheres⁶⁰. Na matéria a seguir o jornalista comenta que haveria, no Estádio do Pacaembu, um jogo de futebol feminino. O autor da matéria afirmava que o evento não passa de um “papa-níquel” que se aproveitara dos “eternos otários, que são os frequentadores dos campos desse esporte por que de futebol nada apreciam”. Não é possível compreender se o autor estava falando do esporte como um todo ou do futebol feminino, entretanto não economiza considerações acerca do assunto, conforme se pode ler no trecho que segue:

⁶⁰ As mulheres só passaram a ter autorização de voltar a praticar o esporte em 1979. Para maior compreensão sobre o assunto, indica-se: BRUHNS, Heloísa. **Futebol, carnaval e capoeira**: entre as gingas do corpo brasileiro. Campinas: Papirus, 2000.

As gentis leitoras deverão concordar com o meu modo de pensar, porque vejo no futebol um esporte antifeminino (com referência a prática). Podemos julgá-lo tecnicamente e moralmente: no primeiro caso, o esporte bretão requer de seus disputantes elasticidade, violência e, muitas vezes, esforços prolongados, que são necessários em partidas árduas e que como se vê não podemos exigir de senhoritas... Quanto à parte moral, não é nada aconselhável a uma filha de Eva apresentar-se em um campo de futebol, afim de disputar uma partida do tal esporte... Reflitam um pouco e verão que tenho razões de sobra... Mas, finalizando, apesar de ser contraproducente, gostaria de apreciar uma partida feminina, entre quadros de “grás-finas” e cozinheiras e lavandeiras... Certamente, seria um Deus nos acuda. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1315, p. 60)

Três edições depois de enaltecer a participação feminina nos esporte e a benéfica atividade física, a Revista continha uma matéria traçando diversas críticas à pratica do futebol. Com justificativas físicas (elasticidade, violência e esforços prolongados) e morais o periódico indicava que, se as leitoras refletissem, chegariam à mesma conclusão e finalizando a entender que mulheres de classes sociais distintas, ao praticarem um esporte de maneira coletiva, fariam uma desordem, pois não seriam capazes de jogar de maneira correta.

Pode-se pensar na representação feminina nos esportes a partir de preceitos morais intrinsecamente inseridos nas matérias citadas. As mulheres poderiam e deveriam praticar esportes, desde que condizentes com seu sexo. Futebol e lutas marciais foram proibidos pelo regime de Vargas e a Revista corrobora com essa ideia ao alegar que o futebol não era um esporte para mulheres. Entretanto, outras atividades físicas eram indicadas, como a natação, a ginástica e o voleibol. A limitação que as mulheres tinham inclusive com os seus corpos se faz presente no período estudado com o fato de não poderem, seja legal ou moralmente, escolherem que tipo de esportes praticar. A matéria, que fora escrita por um homem⁶¹, critica duramente a prática de tal esporte trazendo juízos de valores para as leitoras.

Como dito anteriormente, a educação feminina no Brasil e em Portugal foi muito semelhante. O regime de Salazar⁶², assim como o de Vargas, possuía um projeto pedagógico específico para as mulheres. Joaquim Pintassilgo (2017)⁶³ apresenta que o período do regime salazarista teve atuação severa na esfera feminina. Para ele:

⁶¹ Afirma-se tal informação já que no início da matéria se tem a seguinte frase: “[...] fiquei admirado, quando tive conhecimento...” (idem).

⁶² É importante salientar que, devido a sua longevidade, o regime salazarista teve diversas fases. António Nóvoa trabalha com a temática educacional por fases no capítulo “A Educação Nacional”. In: ROSAS, Fernando (coord.). Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In: SERRÃO, Joel & MARQUES, A.H. de Oliveira). **Nova História de Portugal** (vol. XII, p. 455-519). Lisboa: Presença, 1992. Entretanto, não se pretende no presente trabalho traçar diferenças entre as fases do regime. Ao falarmos sobre o Estado Novo português estamos delimitando o recorte estabelecido pela pesquisa (1937-1945) e acredita-se que questões estruturais que interagiam de maneira direta e indireta na vida as mulheres não modificaram de maneira significativa durante o regime de António de Oliveira Salazar.

⁶³ GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício (org). **Políticas educacionais e regimes autoritários: intelectuais, projetos e instituições**. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Autografia: EDUPE: EDIPUCRS, 2017.

O Estado Novo representou um enorme recuo no que aos direitos das mulheres dizia respeito. O discurso tornou-se muito mais conservador. [...] A mesma concepção de mulher mãe, esposa e dona de casa, resignada a esse papel é naturalizada nos manuais escolares. (PINTASSILGO, 2017, p. 135)

O autor explica ainda que:

O Estado Novo procurou criar um sistema educativo em que a inculcação dos valores nucleares do salazarismo era uma finalidade essencial em articulação com um forte controlo político e administrativo sobre os diversos atores em presença. Pretendia-se formar portugueses crentes em Deus, amantes da Pátria e do Império, respeitadores da família, da ordem, da autoridade, da hierarquia, obedientes e humildes. Trata-se, a este nível, de um caso exemplar no que diz respeito à utilização da educação tendo em vista a preservação de um regime autoritário. (ibidem, p. 142)

Como o autor apresenta, a educação para Salazar tinha uma finalidade muito clara. Entretanto, Portugal possuía um índice de analfabetismo muito elevado durante os anos 30 e 40 do século XX. Em 1930, o índice de mulheres analfabetas era de 69,9%, enquanto dos homens 52,8%, totalizando 61,8% da população (PIMENTEL, 2011). O Brasil possuía 52% da população analfabeta, ainda que com uma percentagem menor, os dois países se assemelhavam no quesito educação para a população e seus respectivos projetos educacionais.

Vale ressaltar que o índice, apesar de englobar todo o país, apresentava variações conforme a região. Em zonas mais rurais e com a principal atividade sendo a agricultura, o índice era maior, já em zonas mais urbanas com atividades industriais o índice se diferenciava. Entretanto, toma-se aqui como parâmetro o índice nacional que era bem representativo, ainda mais se analisada a diferença entre escolaridade de homens e de mulheres.

Pimentel (2007, p. 124) apresenta diversos índices e mostra que da década de 1930 até a década de 1960 houve um aumento significativo na presença feminina que chegou a superar a presença masculina, em especial nos liceus. Porém, isso foi um problema para o regime. Um professor universitário do período, Antonio Augusto Pires de Lima, de parentesco com o então futuro ministro da Educação, Fernando Pires de Lima, chegou a afirmar que “os liceus formavam as raparigas como se todas viessem a ser doutoras em vez de prepará-las para se tornarem boas donas de casa, esposas e mães, razão pela qual seria necessário dar incremento às escolas complementares femininas.”.

Sobre os esportes, a Revista portuguesa não faz menção ao futebol especificamente, mas cita a ginástica feminina. Em 1937, na edição 1321, a matéria “A classe feminina de

ginástica do Ateneu Ferroviário” narrou a festa de aniversário da fundação da instituição, menciona como foi brilhante a apresentação da classe feminina de ginástica. (MODAS E BORDADOS, 1937, ed. 1321, p. 5) No entanto, não poupou críticas à questão de a sociedade não valorizar a participação feminina no mundo dos esportes, como se pode ver no trecho a seguir:

No nosso país a cultura física da mulher é ainda encarada com descrença e – porque não dizê-lo? – com pouca simpatia. Mais uma razão para louvar a direção do Ateneu Ferroviário, por facilitar às suas associadas a maneira de, sob uma orientação inteligente e disciplinadora, adquirirem maior robustez física e agilidade, com grandes vantagens para o corpo e para o espírito. (MODAS E BORDADOS, 1937, ed. 1321, p. 5)

A revista *Modas e Bordados*, por sua vez, apresenta uma outra representação das mulheres em espaços de ensino e não somente como professoras, desta vez como alunas. A matéria da edição 1492, de 1940, intitulada “Raparigas de hoje: na escola superior colonial⁶⁴” entrevistou a estudante Elisabeth Vidal Tenreiro que, ainda muito jovem, afirmou se sentir surpresa ao ser convidada para falar com a *Modas e Bordados*, uma vez que ela era a única mulher a estudar na escola e acreditava que o resto das pessoas não tivessem conhecimento da existência de alguém do sexo feminino na Escola Superior Colonial. Após ser questionada sobre as possibilidades de atuação de sua formação, a estudante foi perguntada sobre a vontade de casar. Elisabeth afirmou que, embora fosse romântica, não era algo que ela estivesse pensando no momento.

Em seguida, a entrevistadora Virginia Mota Cardoso, que assina a matéria, questiona se haveria como conciliar a vida de casada com um emprego diário. A jovem estudante garante que sim e completa: “Eu, por exemplo, casando, só deixaria de trabalhar se não tivesse necessidade de o fazer, porque então cometeria um ato de injustiça, usurpando o lugar necessário a outra menos favorecida.” (MODAS E BORDADOS, 1940, ed. 1492, p. 5). A entrevista continuou seguindo o caminho amoroso e questionou:

- Como seria, moralmente, o seu futuro noivo?
 - Delicado, correto e que soubesse compreender a minha psicologia. Como sabe, há muitos homens que se consideram superiores a nós e que no-lo fazem sentir. Ora isto é um erro, principalmente quando a mulher tem uma certa preparação. Em

⁶⁴ A Escola Superior Colonial, criada em 1906, recrutava estudantes para se aprimorarem especialmente ao funcionalismo das posses que Portugal tinha fora de sua fronteira no continente africano e asiático. Administração territorial, diplomacia, geografia, conhecimento técnico, organização política e outros conhecimentos eram passados aos estudantes afim de contribuir para melhor organização e administração dos territórios ultramarinos.

resumo: queria que o meu marido tivesse por mim a mesma consideração que eu gostaria de ter por ele. (ibidem)

Elisabeth em outras palavras afirmava desejar um tratamento igualitário entre ela e o marido, demonstrando um posicionamento diferente ao comparado com a revista brasileira *Jornal das Moças* e critica os homens que se enxergavam de maneira superior. No decorrer da entrevista, a estudante afirmou que a mulher “deve ser firme: saber defender e manter a sua personalidade.” e disse também que veio de uma família com condições limitadas e que “se fosse rica, viajava em Portugal, nas colônias e depois ia ver a América do Norte.” (ibidem).

Apesar da situação financeira da família, deduz-se que fora investido na educação da jovem, uma vez que ao ser questionada sobre seus livros favoritos a estudante citou Eça de Queiroz, Zola, Tolstoi, Dostoiévski e Schopenhauer. Elisabeth encerrou a entrevista afirmando que seus sonhos eram “conseguir uma posição independente na sociedade. Gostaria de ganhar algum prêmio este ano e tenho estudado para isso.” (ibidem).

Relevante é verificar que o posicionamento da estudante se mostrou bastante progressista para o período. Além de ser a única estudante mulher da Escola, a jovem se mostrava com uma visão positiva em relação ao seu futuro acadêmico e profissional. Pode-se pensar que, apesar de um posicionamento de independência, tanto a Revista quanto a jovem, possuem uma visão ainda conservadora por tratarem, durante metade da matéria, sobre assuntos amorosos e casamento.

Entretanto, é válido lembrar dois pontos. O primeiro é que, apesar de se posicionar a favor do estudo feminino e questionar a participação social das mulheres no regime salazarista, a Revista estava inserida em uma época em que o casamento era um percurso quase que natural na vida das mulheres. O segundo ponto é que a *Modas e Bordados* vinha durante suas edições questionando mulheres profissionais sobre conciliar as duas atividades, a casa e o trabalho. Por isso, talvez, essas questões estivessem ligadas a essa pesquisa que a Revista havia se proposto a realizar e acredita-se que incentivar mulheres a procurarem tanto os estudos quanto a inserção no mercado de trabalho mostra que havia possibilidade de harmonizar profissão e casamento.

Salazar com seu projeto político referente ao nacionalismo não utilizou somente da educação formal para tal. Vale ressaltar que o discurso nacionalista não nasce no Estado Novo. Pelo contrário, ainda no século XIX ele é aparente. Entretanto, é o regime salazarista que procura estratégias para transformar a nação portuguesa em uma só. Pereira (2013) apresenta em seu artigo que a nação portuguesa, para ter uma visão unitária, precisaria

construir também uma identidade nacional única. Interessante é pensar que a identidade nacional deveria ser única, porém as distinções entre homens e mulheres foram sempre extremamente presentes no regime.

Com isso, percebe-se que, apesar de os regimes possuírem elementos semelhantes ao se tratar sobre a educação feminina, as revistas, por outro lado representam as mulheres de maneiras distintas. Enquanto a revista brasileira, apesar de tecer críticas ao ensino e o pequeno número de escolas, representa as mulheres de maneira bem tradicional e conservadora afirmando, por exemplo, que futebol não era um esporte em que elas deveriam participar e apresentando pouquíssimas matérias falando sobre destaques femininos. Em contrapartida, a *Modas e Bordados* trazia para as leitoras exemplos de mulheres que se destacavam no ambiente estudantil, sejam inseridas em espaços dominados majoritariamente por homens, seja no esporte.

4.5 ESPOSAS: A “FINALIDADE” DAS MULHERES

O casamento, enquanto uma tradição muitas vezes religiosa, fez-se presente em todos os momentos da história. Se na Idade Moderna ocorria em consequências, muitas vezes, de acordos familiares com interesses políticos e territoriais, durante o Estado Novo o interesse era outro. Seja no Brasil, seja em Portugal, a tradição se fez presente em ambas as revistas estudadas sempre ligando a ideia ao sexo feminino. O casamento considerado tradicional na época era visto como um desejo, quase que generalizado, de todas as mulheres durante os regimes e as revistas corroboram com essa ideia.

Além de desejar o casamento, as jovens mulheres portuguesas e brasileiras recebiam dicas das revistas de diversas maneiras: escolha dos vestidos, escolha do noivo, comidas e bebidas da cerimônia, como conquistar um “bom partido”, mas as dicas não acabariam no período “pré-casamento”. Elas seguiam para o que as mulheres passariam depois de casadas. Conselhos de como lidar com o marido, como cuidar dos filhos e como manter um lar harmonioso, uma vez que era isso que fazia um casamento feliz.

Como dito anteriormente, nenhuma das revistas aborda temas como o divórcio ou a separação.⁶⁵ Nenhuma matéria sobre casamentos não heterossexuais foi encontrada assim como a representação de mães solas também não se fazem presentes. Uma das únicas

⁶⁵ Na edição 1296 de 1940, a revista *Jornal das Moças* noticiou astros de Hollywood que haviam casado naquele ano e comenta sobre alguns divórcios que ocorrem, mas o tom da matéria é de ironia. Na presente pesquisa, foram buscadas matérias que falassem sobre conselhos, dicas, “como lidar” e etc.

matérias referentes a algum tipo de casamento “diferente” foi encontrada na edição 1288, de 1940, na coluna Evangelho das Mães, intitulada *Padrastos e enteados*:

Aos padrastos e madrastas devem os enteados o mesmo respeito e obediência que os filhos deve aos pais, dado o que representam em virtude do casamento do pai ou da mãe sobrevivente. Os enteados maiores lhes dispensarão um trato nem cerimonioso nem indiferente ou de menosprezo, mas cortês e respeitoso. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, edição 1288, p. 63)

Percebe-se que a palavra “sobrevivente” dá a entender que um dos cônjuges seria viúvo ou viúva. O casamento de pessoas já com filhos, para o periódico, ocorreria devido ao falecimento do marido ou da esposa, sendo assim, a partir dos preceitos da Igreja Católica, aceito.

Podia-se esperar um discurso extremamente conservador da revista brasileira. Todavia, na maioria das matérias que a temática era o casamento, o motivo da união deveria ser somente um: o amor. Posto que a Revista era destinada às mulheres, naturalmente as dicas se davam a elas, mesmo quando assinadas por jornalistas homens. O *Jornal das Moças* critica duramente uniões que se dessem por intermédio familiar com outras finalidades (financeiras, sociais e etc.). Para um casamento feliz, segundo a Revista, era necessário amor e aceitação entre os cônjuges.

A posse da mulher foi sempre motivo dos esforços do homem. O casamento, o laço que une duas almas num abraço ditoso e feliz. No entanto, o casamento só é admissível quando alicerçado por uma verdadeira paixão, um amor que vença os óbices que lhe são antepostos, mesmo quando estes são criados pelos progenitores dos dois amantes. Quando dois entes sustentam essa guerra vilipendiosa que pais insensatos provocam, levando-os a amargura e ao desapontamento, é porque na verdade eles se amam. E quando se amam, devem casa-se. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1291, p. 12)

Porém, o casamento tinha uma função primordial: a procriação. Verifica-se que nas matérias em que o casamento foi tema central, em seguida alguma menção a filhos pode ser percebida. Na matéria referida, apesar de afirmar que o casamento deve se basear no amor entre o casal, reitera que filhos nascidos dessa união seriam ofertados à Pátria:

Outras vezes, eles vencem essas iniquidades e, sob a benção de Deus e a aprovação das leis, juntam-se para mais tarde oferecerem à Pátria os filhos – homens nascidos de uma união feliz. Casar por amor- é o lema que os governos deveriam proteger e dar-lhe o seu apoio. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1291, p. 12)

Verifica-se também que havia uma certa cronologia para que o casamento chegasse. A ordem adotada pela Revista como correta era: namoro, noivado, casamento. Na coluna dedicada a piadas e anedotas, o casamento foi, muitas vezes, tema para as jocosidades. “O casamento deixa de ser por amor quando o noivado passa de anos...” (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, edição 1292, p. 69). A citação permite perceber que existia, moralmente, um tempo limite para que o matrimônio fosse concretizado. As mulheres que esperassem muito tempo para o casamento, ainda que noivas, eram consideradas como enganadas pelo noivo.

A presença dos preceitos da Igreja Católica estava inserida na Revista ao se tratar sobre a temática em análise. Em 1940, pode-se verificar, na citação a seguir, como a heterossexualidade era vista como natural e o casamento, por sua vez, a “conservação da espécie”, considerando assim que os filhos deveriam ser oriundos de laços matrimoniais legal e religiosamente aceitos pela sociedade da época. Verifica-se também que é a partir do casamento que a proteção da família e a possibilidade de descendência seriam possíveis:

O Criador, na sua infinita sabedoria, estabeleceu em benefício da conservação das espécies a atração dos diferentes sexos, mais sublimada nos seres humanos. Os casamentos, por excelência, marcam uma fase importante em nossas vidas. [...] O casamento é, realmente, a mais pura e bela instituição que existe, como salvaguarda da família, a garantia da perpetuação da descendência, a fonte de saudáveis prazeres. [...] Casamento por conveniência, por interesse, por injunções ou por compaixão, é cativo horrível. Mas o casamento por inclinação, por amor e simpatias recíprocas, é o céu na terra. (JORNAL DAS MOÇAS, 1940, ed. 1312, s/p)

Entretanto, apesar do discurso incentivador ao casamento devido ao sentimento que o casal tivesse, em 1942, uma matéria bastante contraditória apareceu nas páginas da *Jornal das Moças*. Indicando um casamento feliz a partir de uma relação de compreensão e de amizade, a matéria afirmava que isso era decorrente da racionalização e praticidade do período, como se pode ler no trecho:

Ao bom observador não escapa verificar que os casamentos hoje não são o resultado da fusão de duas paixões. São, ao contrário, a consequência de dois entendimentos, de duas compreensões, de duas afeições. A experiência torna os humanos mais práticos e mais lógicos. Escoram-se na muralha do bom senso em defesa dos perigos que as paixões violentas acarretam. Deixam passar o ataque e entregam-se a explanação do real. E a vitória é certa. A amizade sobrepõe-se ao desejo, e o casamento inicia a vida da felicidade. (JORNAL DAS MOÇAS, 1942, ed. 1942, p. 18)

A revista portuguesa, por sua vez, posicionou-se de diversas maneiras no período analisado. Todas as edições possuíam um espaço reservado à coluna chamada *Casamentos*

Elegantes na qual fotografias de casamentos eram publicadas juntamente com informações do casório. Não se sabe se esse tipo de anúncio era pago pelos noivos ou se a Revista publicava por conta própria, entretanto a grande maioria dos casamentos noticiados era de membros da elite da sociedade portuguesa. No exemplo a seguir, os padrinhos foram vereadores, chefe da Secretaria do Juízo Criminal, comandante da polícia de segurança pública, etc.

Figura 13: Matéria da Revista



Fonte: *Modase Bordados* (1942, ed. 1599).

A Revista publicou a coluna chamada *Antes que cases...* em 1937 e afirmou que as reflexões foram feitas por uma senhora inglesa que repassou à sua filha que gostaria de compartilhar com as outras leitoras.

Menina: o casamento é uma coisa muito séria e é preciso que a gente pense muito antes de o levar a efeito. Hoje em dia, um bom marido é a mais rara jóia que se pode encontrar nesse mundo. Escuta, pois, alguns conselhos que me sugere o amor que te consagro: - o homem que nunca se esquece de limpar os pés no capacho da porta, antes de subir a escada ou antes de entrar na sala, é ordinariamente um bom marido porque é por força um homem asseado, arranjado e econômico. (MODAS E BORDADOS, 1937, edição, 1349, s/p)

A organização econômica da casa era de responsabilidade das mulheres, já que a função do homem era trabalhar e prover o dinheiro da residência. A matéria corrobora com

esse imaginário ao afirmar que as mulheres deveriam tomar cuidado com homens que não comem o último pão torrado por estar à espera de torradas novas mais quentes.

Esse homem será capaz de dar quinze escudos por dia para o jantar da família e de exigir à mesa prato de meio, sobremesa e vinho do Porto velho. Ao almoço quererá peixe fresco e andará sempre a perseguir-te para que lhe prepares uns certos pratos de que ele gosta, um marido guloso é a maior praga de que pode ser vítima uma esposa. (ibidem)

Os conselhos seguem a linha entre homens bons e homens ruins para o casamento. Desde homens que carregavam consigo alfinetes para emergência, até homens que preferem gatos a cães foram analisados pela Revista a fim de indicar às suas leitoras possíveis percepções a respeito de seus pretendentes.

Não se pode negar o esforço que a *Modas e Bordados* fez durante seus anos de existência para exaltar a figura feminina em todas as edições. Além de trazer grandes nomes das artes, música, literatura e outras profissionais, as jovens que se destacavam por estarem ocupando espaços que tradicionalmente somente os homens ocupavam tinham seu merecido espaço na revista que Maria Lamas presidia. E é em uma coluna sobre *Raparigas de hoje na Universidade de Coimbra* que a temática casamento, ironicamente, foi analisada. As três jovens entrevistadas da Faculdade de Letras, com 17, 18 e 22 anos de idade, são estudantes de filologia germânica. A matéria que não levou assinatura questiona se as jovens pretendiam se casar:

- Acho que é mesmo a finalidade da mulher. – declara Marília. A questão é aparecer um noivo em condições.

- A finalidade única da mulher? Não! Eu continuarei depois a minha atividade profissional. Minha mãe é professora; meu pai engenheiro, e ambos constituem um casal feliz e próspero. – diz Maria Augusta.

[...]

- A vida do lar é ou não compatível com o exercício duma profissão? (questiona o entrevistador) Marília acha que o lugar da mulher é em casa, velando pelo bem estar moral e físico dos seus; contudo, se for necessário ajudar o marido...

Maria Augusta não pode aprovar a opinião da colega. Com pai engenheiro e mãe professora que são felizes.

A matéria continuou questionando as jovens sobre literatura, seus espaços na academia, esportes e lazeres. Todavia, é interessante perceber dois posicionamentos distintos entre as jovens estudantes portuguesas. Ao mesmo tempo em que uma entrevistada afirmou ser da finalidade feminina o casório, outra entrevistada se posiciona de maneira contrária demonstrando uma outra perspectiva sobre a “finalidade” feminina.

Assim, pode-se utilizar a matéria citada para demonstrar o que já foi dito anteriormente: não se pretende dizer que as mulheres brasileiras, a partir da Revista analisada, eram mais conservadoras do que as portuguesas e nem o contrário. Intenciona-se demonstrar que as mulheres, apesar de inseridas em regimes autoritários, possuíam suas próprias concepções a respeito de seus papéis sociais e possuíam consciência das limitações que a sociedade impunha a elas. É necessário também inseri-las em seus contextos históricos e não “exigir” um posicionamento que as mulheres teriam nos dias atuais. Apesar de inseridas em culturas políticas muito semelhantes, apesar dos regimes possuírem suas especificidades como já trabalhado, as representações se davam de formas distintas, uma vez que as mulheres portuguesas eram várias e as brasileiras outras tantas.

4.6 “A “EPIDEMIA” DO FEMINISMO” VERSUS “O SEXO FRACO SE FAZ FORTE”

A equidade política, social e econômica entre os gêneros sempre foi pauta principal no movimento feminista desde seus primórdios. Independentemente de qual onda do feminismo⁶⁶ for analisada, a busca por espaços sociais, minimamente menos injustos, e direitos igualitários se fizeram presentes e, sem dúvidas, foi graças a esse movimento que avanços em relação às mulheres foram conquistados.

Durante a década de 1930 e 1940, período analisado na pesquisa, o movimento feminista borbulhava no mundo todo e diversas lutas já estavam acontecendo. Por óbvio, os regimes autoritários de Vargas e de Salazar não apoiavam a participação das mulheres nesse tipo de movimento por acreditar que poderia corromper as mulheres em relação às suas funções “naturais”. Além disso, muitos movimentos feministas tinham também pautas antifascistas que, apesar de já ter sido trabalhado o “ser ou não ser fascista”, sobravam críticas aos regimes.

O movimento feminista estava ligado, a partir do imaginário social, à masculinização das mulheres e, durante os Estados Novos, a representação das mulheres era extremamente ligada à feminilidade e à delicadeza, fazendo com que, muitas vezes, as feministas fossem mal vistas até mesmo por outras mulheres. Entretanto, as Revistas analisadas não se mantiveram

⁶⁶ Algumas teóricas criticam a ideia de “onda feminista” por levar a crer que nos períodos fora da onda nada estivesse sendo produzido ou nenhuma luta estivesse ocorrendo. Apesar de concordar com esse pensamento e preferir outras nomenclaturas, utilizou-se a expressão “onda feminista” a fim de categorizar os períodos existentes dentro do movimento no qual as pautas modificavam-se conforme o contexto.

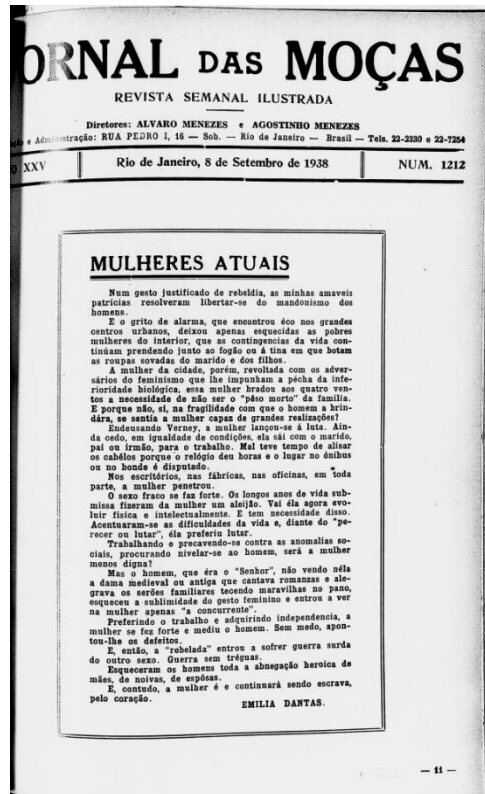
isoladas da temática. Com posicionamentos distintos, as abordaram também essa temática e suas pautas.

Em 1938, o *Jornal das Moças* apresentou uma matéria chamada *Mulheres Atuais*, nela se pode ler:

Num gesto justificado de rebeldia, as minhas amáveis patrícias resolveram libertar-se do mandonismo dos homens. E o grito de alarma, que encontrou eco nos grandes centros urbanos, deixou apenas esquecidas as pobres mulheres do interior, que as contingências da vida continuam prendendo junto ao fogão ou a tina em que botam as roupas sovadas do marido e dos filhos. A mulher da cidade, porém, revoltada com os adversários do feminismo que lhe impunham a pecha da inferioridade biológica, essa mulher bradou aos quatro ventos a necessidade de não ser o “peso morto” da família. E porque não, se, na fragilidade com que o homem a brindara se sentia a mulher capaz de grandes realizações? Endeusando Verney, a mulher lançou-se a luta. Ainda cedo, em igualdade de condições, ela sai com o marido, pai ou irmão, para o trabalho. Mal teve tempo de alisar os cabelos porque o relógio deu horas e o lugar no ônibus ou no bonde é disputado. Nos escritórios, nas fábricas, nas oficinas, em toda a parte, a mulher penetrou. O sexo fraco se faz forte. Os longos anos de vida submissa fizeram da mulher um aleijão. Vai ela agora evoluir física e intelectualmente. E tem necessidade disso. Acentuaram-se as dificuldades da vida e, diante do “perecer ou lutar”, ela preferiu lutar. Trabalhando e precavendo-se contra as anomalias sociais, procurando nivelar-se ao homem, será a mulher menos digna? Mas o homem que era o “senhor”, não vendo nela a dama medieval ou antiga que cantava romanzas e alegrava os serões familiares tecendo maravilhas no pano, esqueceu a sublimidade do gesto feminino e entrou a ver na mulher apenas “a concorrente”. Preferindo o trabalho e adquirindo independência, a mulher se fez forte e mediu o homem. Sem medo, apontou-lhe os defeitos. E, então, a “rebelada” entrou a sofrer guerra surda do outro sexo. Guerra sem tréguas. Esqueceram os homens toda a abnegação heroica e mães, de noivas, de esposas. E, contudo, a mulher é e continuará sendo escrava pelo coração. Emília Dantas (JORNAL DAS MOÇAS, 1938, ed. 1212, p. 11)

A figura a seguir mostra matéria com esse tom.

Figura 14 - Matéria da Revista



Fonte: *Modas e Bordados* (1938, ed. 1599).

Com um posicionamento não muito esperado ao se tratar sobre feminismo, a revista *Jornal das Moças* se apresenta de maneira a apoiar as mulheres e se mostra com consciência das diferenças econômicas entre as portuguesas, uma vez que estão “esquecidas as pobres mulheres do interior.” Independentemente da matéria acabar colocando o feminismo quase que como uma “guerra dos sexos” (o que desde os primórdios do feminismo é criticado) e dizendo que as mulheres seguirão sendo escrevas pelo coração (relacionando com o dito “romantismo feminino”), é inegável o quão significativo foi ter uma matéria com essa temática e esse posicionamento político em pelo Estado Novo varguista.

Entretanto, em uma matéria assinada por um homem, contando a história de um trabalhador que foi de Minas Gerais para o Rio de Janeiro tentar uma melhoria de vida, o feminismo é visto como uma epidemia:

Enquanto precisou, foi grande trabalhador tendo sido empregado de várias firmas desta praça. Depois as coisas se modificaram um pouco. Sua esposa desejou acompanhar a epidemia do feminismo e foi arranjar uma colocação, passando com os anos a ganhar mais e, como ainda leciona por mês, restituindo cerca de oito [inelegível] todos os meses. (JORNAL DAS MOÇAS, 1938, ed. 1194, p. 6)

O que se pode pensar ao analisar essa duas matérias é que, talvez, a escritora que fez a primeira colocação acerca da temática estivesse mais próxima das ideias e pautas feministas do que os homens, uma vez que a construção da representação feminina se deu, durante muitos anos, guiada pelo ideário de mulher dona de casa, restrita primordialmente ao espaço privado do lar. Com isso, para os homens que escreviam na Revista o feminismo ainda era uma “epidemia”. Além disso, ao utilizar a expressão “epidemia” pode-se também pensar que era um sinal de avanço e de maior contato das mulheres com o movimento. “A ideologia dominante, que junto com a dominação de classes passava à dominação do sexo masculino sobre o feminino, vinha pela imprensa, pela escola, pela igreja, dissolvida nas instituições políticas e sociais.” (LOURO, 1987, p. 30).

Por outro lado, a revista portuguesa demonstrou em diversos momentos posicionamentos mais semelhantes às ideias de Emilia Dantas. Não se faz necessário utilizar a palavra “feminismo” para perceber que críticas eram tecidas a respeito das relações de gênero que se davam em ambos os regimes. Na edição 1567, ao noticiar a primeira presidente de um Grêmio Corporativo, a revista *Modas e Bordados* possuía um discurso extremamente progressista para o período e articulava diversas críticas à sociedade patriarcal do período, conforme deixa ver o trecho que segue:

Pela primeira vez, no nosso país, um Grêmio Corporativo tem a sua frente, presidindo a sua atividade, uma mulher. [...] nos tempos dos grandes erros, já felizmente distanciados, em que a ideia de feminismo era desastrosamente incompreendida e deturpada no seu belo significado do progresso, grotescamente exteriorizada em atitudes abstrusas, lamentavelmente subentendida por desvio das naturais aptidões e propensões da mulher, esta sensacional nomeação faria evocar, instintivamente, uma rígida figura de mulher angulosa, ajustando o monóculo insolente na órbita dura [...] Mas hoje, que o erro foi derrotado pela verdade e pela justiça, é diferente. Na mulher que luta e vence, que se afirma, a par do homem indiscutível valor no vasto e fervilhante campo das afirmações intelectuais e das conquistas sociais [...] Certas de que o valor da atividade feminina fora do lar não é já simplesmente um mito, mas uma realidade frequente e brilhantemente confirmada em todos os planos da inteligência e da ação construtiva das sociedades em progresso[...] (MODAS E BORDADOS, 1945, ed. 1567, p. 5)

A seguir, mostra-se uma matéria publicada com esse teor.

Figura 15: Matéria publicada



Fonte: *Modas e Bordados* (1942, ed. 1567. P. 5).

Logo no início, a Revista já deixava claro que a falta de compreensão sobre o feminismo fazia com que a visão sobre o movimento fosse errônea. Exaltou a conquista feminina de um cargo que somente homens haviam ocupado além de afirmar que as atividades femininas não se davam mais somente no espaço privado do lar. O espaço público se tornara, devagar, mas cada vez mais, também pertencentes às mulheres portuguesas apesar do regime de Salazar procurar fazer o movimento contrário.

Com isso, percebe-se que as revistas não apresentavam um pensamento homogêneo e constante a respeito de diversas temáticas, nem compartilhavam de muitos pensamentos apesar de lidarem com o mesmo público e em regimes autoritários. Entretanto, como visto anteriormente, os regimes também não compartilhavam de todos os aspectos de uma mesma forma, tornando-os únicos. Assim, não eram exatamente iguais, ainda que estivessem sob o crivo de regimes autoritários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou, além de trazer uma nova perspectiva historiográfica sobre as grandes temáticas que a envolvem (Estados Novos e representação feminina), perceber as nuances de leituras que as fontes possibilitaram. Para isso, caracterizaram-se os regimes autoritários em que as Revistas estavam inseridas e o contexto histórico a fim de nortear o leitor, os debates historiográficos existentes sobre a temática e as informações a respeito da história dos periódicos estudados.

Feito isso, algumas conclusões sobre a primeira parte dos capítulos foram feitas. Percebeu-se que, apesar de muito parecidos, o regime de Vargas e o de Salazar possuíam suas particularidades tornando-os únicos em diversos aspectos, em especial como dito anteriormente, o projeto político e pedagógico acerca da formação da nação objetivavam o sentimento de nacionalismo. De um lado, tem-se Vargas voltado para o novo, para o moderno, buscando quase um esquecimento do passado de colonizado que o país viveu e exaltando as características que tornavam o Brasil um país único, inovador e em parâmetros nunca antes vistos. Utilizando-se de mecanismos para tal projeto – como a Voz do Brasil, hinos, datas cívicas e eventos públicos para exaltar o país –, Vargas desconsiderou fatores das peculiaridades das regiões brasileiras. O episódio da queima das bandeiras é exemplo cabal desse distanciamento do federalismo que ele propunha. De outro lado, tem-se Salazar fazendo um movimento contrário: buscando no passado glorioso de Portugal, nas grandes navegações, no seu papel de colonizador os elementos necessários para a construção do nacionalismo desejado por seu regime a fim de transformar, assim como Vargas, Portugal em uma só nação.

Além disso, observou-se que o discurso dos regimes estudados para com as mulheres se deu de forma bem similar. A mulher era entendida como tendo o papel social de protetora do lar, boa mãe e esposa. Todos os cidadãos deveriam contribuir para o desenvolvimento das suas nações e cada um possuía um papel específico. Ao homem cabia ser o provedor do lar, seja na zona rural ou urbana do país, o trabalhador extremamente valorizado nos dois lados do Atlântico. Já à mulher cabia cuidar do lar como se esse fosse uma miniatura de nação. Cuidando do marido para que ele pudesse desempenhar de maneira mais preferível seu papel, ela contribuía. Cuidando de seus filhos para que eles não se desvirtuassem com o comunismo e contribuindo na sua educação para ser um bom cidadão no futuro, ela cooperava significativamente para o bem da nação.

As revistas analisadas dispunham de elementos para possuir um discurso extremamente semelhante referente às mulheres. Os regimes autoritários, conservadores,

corporativistas, a camada da população católica compartilhando de inúmeros preceitos religiosos, havia questões econômicas e sociais parecidas. Entretanto, como foram perceptíveis, seus discursos se formularam de maneiras diferentes. Apesar de possuir em alguns momentos passagens contestadoras sobre o papel das mulheres, a *Jornal das Moças* se apresentou muito mais conservadora que a revista portuguesa. Em contrapartida, a *Modas e Bordados* apesar de possuir um discurso extremamente progressista para o período, em algumas passagens deixa o moralismo com preceitos religiosos se fazer presente.

Procurou-se relevar de maneira compreensível o período analisado. Exigir um posicionamento linear e vanguardistas de uma revista que estava inserida em um regime autoritário dos anos 30 e 40 seria imprudente. Dito isso, considerou-se uma hipótese principal que determinou o posicionamento das revistas referente à forma como as mulheres eram representadas: o corpo editorial. Contando com a figura de Maria Lamas e outras mulheres de sua confiança, a *Modas e Bordados* pôde apresentar às mulheres portuguesas outra forma de ser diferentemente do que o regime deseja que elas fossem. A *Jornal das Moças*, por sua vez, ao ter sua composição massivamente masculina, corrobora com o discurso varguista. Exemplo claro se apresentou no terceiro capítulo em que se viu uma matéria assinada por uma mulher questionando o determinismo biológico de inferioridade feminina e exaltando o movimento feminista, enquanto a matéria assinada por um homem critica tal movimento. Esse exemplo serve para elucidar o quanto um corpo editorial alicerça o periódico que edifica.

Outra conclusão a que se chegou foi sobre as classes sociais mais atingidas pelos discursos dos regimes e pelas Revistas. Com uma desigualdade elevada, como exemplo o alto índice de analfabetismo em ambos os países, o discurso dos regimes recaía mais fortemente sobre mulheres de classes médias e altas. Como já afirmado, mesmo que as mulheres portuguesas quisessem estar dentro do padrão estabelecido pelo regime, elas não poderiam, uma vez que o trabalho fora do ambiente domiciliar era necessário para o sustento da família. Se o discurso do regime atuava muito mais nas mulheres de classes mais elevadas, o discurso das revistas também. Apesar de possuir diversas páginas com ilustrações e fotografias, a esmagadora maioria das informações se dava por meio da escrita e, como informam dados de pesquisas da época, a maioria das mulheres não sabia ler. Deve-se considerar, pois, que, apesar de não haver um estudo aprofundado sobre o fato de que as mulheres analfabetas encontravam-se muito mais presentes nas camadas mais baixas da população, é possível ventilar essa questão.

Não se conseguiu concluir os motivos que levaram os regimes a permitir certas matérias de serem veiculadas nas Revistas, uma vez que a censura foi profundamente presente

durante os Estados Novos. Matérias falando sobre Simone de Beauvoir, exaltando o movimento feminista, criticando os papéis estabelecidos às mulheres seriam de se pensar que não passariam pelos órgãos responsáveis pela fiscalização. Entretanto, essas matérias se encontravam presentes nas páginas. Uma hipótese cogitada pode estar relacionada ao fato de serem periódicos femininos e, por isso, “pouco perigosos”. Assim, a fiscalização se dava de forma mais branda. Outra questão é que talvez depois de diversas edições dentro dos padrões dos regimes, as Revistas se sentiam seguras para noticiar matérias consideradas contraventoras. Todavia, não se pode afirmar com segurança essas colocações por não conseguir provas suficientes para tal.

Isso posto, considera-se que as Revistas representavam uma parte da população feminina dos seus países. Nem a *Jornal das Moças* nem a *Modas e Bordados* conseguiam englobar tantas particularidades que as mulheres tinham, sejam físicas, sociais, econômicas, culturais, pois, ao fim e ao cabo, a publicação trabalha com um universal de público, não contemplando especificidades. De toda forma, essas revistas foram importantes para a camada feminina durante várias décadas. É complexo analisar a recepção, mas como já dito, pode-se afirmar que revistas que duraram dezenas de anos eram vistas como representativas pelas mulheres. A quantidade de cartas enviadas também pode ser fator perceptível para dimensionar o tamanho envolvimento que a sociedade possuía com os periódicos.

Não se pretendeu, na presente pesquisa, afirmar que as mulheres brasileiras que consumiam a Revista e se posicionavam da forma como o regime esperava assim o faziam por submissão. Acredita-se que, ao compartilhar de uma mesma cultura política, é possível que elas concordassem com essa forma de pensar. Optando, por tanto, em obedecer ao papel social delimitado pelo regime. Da mesma forma as mulheres portuguesas. Não se entende que todas elas eram progressistas e críticas em relação às funções sociais que Salazar impôs durante seu regime. Por óbvio que havia mulheres que, inclusive, apoiavam o regime – como já visto. Porém, entende-se que os Estados Novos foram tão complexos que não poderia se esperar que as mulheres contemporâneas desses regimes fossem analisadas de maneira simples.

Ao colocar em pauta as Revistas que se analisou e ao abordar parte do contexto que as integrava, procurou-se, ainda que de maneira singela, dar a devida voz a essas mulheres. Salientar suas fundamentais contribuições para o período e para a sociedade foi um dos objetivos. Demonstrar-las para além das modas e bordados. Inteirar-se de que eram Moças enquanto agentes históricas de importância singular para a compreensão das relações de poder e sociais, que se deram durante períodos obscuros da história.

Trazer à luz seus perfis é oportuno na tentativa de que nunca mais as mulheres estejam no silêncio histórico. “Nesse silêncio profundo, é claro que as mulheres não estão sozinhas. Ele envolve o continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade. Mas é sobre elas que o silêncio pesa mais.” (PERROT, 2007, p. 16).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Dálete Heitor. **O discurso estabelecido na revista Jornal das Moças**. In: VII Simpósio Nacional de História Cultural. Anais do Evento, Universidade de São Paulo: USP, 2014.

ALMEIDA, Nukácia Meyre Araújo de. **Jornal das Moças: leitura, civilidade e educação femininas (1932-1945)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2008.

_____. **Revistas femininas e educação da mulher: o Jornal das Moças**. Universidade Estadual do Ceará. Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil. Unicamp, 2006.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. **O Estado Novo: descobrindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **História comparada** - da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. Campinas -SP: História Social. n. 13, 2007.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1987.

BASTOS, José Gabriel Pereira. A epopeia de Maria Lamas, a peregrina do ideal: Uma heroína do século XX. **Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher**. Lisboa, n. 34, p. 69-87, 2015. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852015000200007&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 20 jul. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1949.

BERCITO, S.D.R. **Nos tempos de Getúlio: da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Atual, 1990.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BLOCH, M. Para uma história comparada das sociedades européias. In: _____. **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 1994. São Paulo: UNESP.

BOCK, Gisela, História, História das Mulheres, História do Género. In: **Penélope**. Fazer e Desfazer História, nº 4, 1989, p. 158-187.

BOMENY, Helena. **A era Vargas**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>. Acesso em: jun. 2018.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 242.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____. **Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Küher. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 2007.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRUHNS, Heloísa. **Futebol, carnaval e capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro**. Campinas: Papyrus, 2000.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BURKE, P. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CÂMARA, Marcelo Barbosa. **Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros (1941 a 1945): um voo panorâmico sobre o ideário político do Estado Novo**. 2010. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs). **O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003. p. 107-143.

_____; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política: o Reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Org.). **Representações contribuição a um debate transdisciplinar**. São Paulo: Papyrus, 2000.

_____. Estado Novo: Novas Histórias. In. **Historiografia Brasileira em Perspectiva/** (Org.) FREITAS, Marcos Cezar de. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito Religião civil e comemoracionismo**. Fortaleza: NUDOC, 2005.

CHARTIER, Roger. **História Cultural – Entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

COVA, Anne; PINTO, Antonio Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, n. 17, 1997.

CRUZ, Manuel Braga da. **O Estado Novo e a Igreja Católica**. Lisboa: Bizâncio, 1998.

_____. Notas para uma caracterização política do salazarismo. **Análise Social**, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3. -4.º-5.º, 773-794.

DAMASCENO, Joana. **Museus para o povo português**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

DRUMOND, Maurício. **Estado Novo e esporte**: um estudo comparado dos usos do esporte nos governos de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945), Tese (Doutorado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

_____. **O esporte nos estados novos de Salazar e Vargas (1933-1945)**: um estudo comparado. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho 2011.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **As mulheres e a história**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESTEVES, João. **Da esperança à decepção**: a ilusão do sufrágio feminino na revolução republicana portuguesa de 1910. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos de História Contemporânea, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. **A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas**. Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 21-56.

_____. Trabalhadores do Brasil. In: _____. **O imaginário popular**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, Maria Antónia. **Maria Lamas**. Biografia, Quetzal, 2003.

GARCIA, Tânia da Costa. **O it verde e amarelo de Carmen Miranda**. São Paulo: Annablume, 2004.

GELLNER, E. **Dos nacionalismos**. Lisboa: Teorema, 1996.

_____. **Naciones y nacionalismo**. Madrid: Alianza Universidade, 1993.

GERTZ, René. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luiz Werneck da (org.). **O feixe e o prisma** - uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 65, p. 105-119, março/maio, 2005.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil. In: SOIHET, Rachel. Et. Al. **Culturas Políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

_____. **História e historiadores**: a política cultural do estado novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **Reflexões em torno de populismo e trabalhismo**. Varia História (UFMG. Impresso), Belo Horizonte, v. 1, n.28, p. 55-68, 2002.

GONÇALVES, Andréia Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. Tese de Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

_____; PARADA, Maurício (org). **Políticas educacionais e regimes autoritários**: intelectuais, projetos e instituições. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Autografia: EDUPE: EDIPUCRS, 2017.

GORJÃO, Vanda. **Mulheres em tempos sombrios**: oposição feminina ao Estado Novo. Lisboa: ICS (Portugal), 2002.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. Marco Zero, em coedição com o Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira, 1990.

HEINE, Palmira. Corpo e discursivização da mulher na revista *Jornal das moças*. **Redisco**: Vitória da Conquista, v. 8, n. 2, p. 62-72, 2015.

HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **História das mulheres no ocidente**: o século XX. Porto: Afrontamento, 1991.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009,

LAMAS, Maria. **As mulheres do meu país**. Lisboa: Caminho, 2002. Disponível em <https://bibliotecapontesor.files.wordpress.com/2017/03/mulheres-do-meu-pais.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

LEÃO, Andréa Borges. **Nobert Elias e a educação**. Fortaleza: UFC, 2006.

LEVINE, Robert M. **Pai dos Pobres?**: o Brasil e a Era Vargas. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa Feminina. In: **Revista Feminina: A Imprensa Feminina no Brasil**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 221-240, dez. 2007.

LOPES, Guacira Lopes. (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. Mulheres na sala de aula. In: **História das mulheres no Brasil**. DEL PRIORE, Mary (org.). 5. ed. São Paulo: Contexto. 2001.

_____. Prendas e antiprendas: educando a mulher gaúcha. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 1987.

MADEIRA, João (coord.); PIMENTEL, Irene Flunser, FARINHA, Luís. **Vítimas de Salazar**. Estado Novo e Violência Política. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil**. v.3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice (Org). **Karl Mannheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINHO, F. P; PINTO, A.C. (Org.). **O corporativismo em português: Estado, Nação e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÓNICA, Maria Filomena. Deve-se ensinar o povo a ler?: a questão do analfabetismo (1926-39). **Análise Social**, v, XIII (50), 1977.

MOURA, Erisberto José Lessa de. **As relações entre lazer, futebol e gênero**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP, 2003.

NAHES, Semiramis. **Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PARADA, Maurício. **Educando Corpos e Criando a Nação - Cerimônias Cívicas e Práticas Disciplinares No Estado Novo**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

PEREIRA, M. (2013). **A Escola portuguesa ao serviço do Estado Novo: as Lições de História de Portugal do Boletim do Ensino Primário Oficial e o projeto ideológico do salazarismo**. Da Investigação às Práticas.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru-SP, Edusc, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação. Editora da UNESP, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Cultura e Representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.45-58, jan./dez. 2006.

PIMENTEL, Irene Flunser. **A cada um o seu lugar**: a política feminina do Estado Novo. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

PINTASSILGO, Joaquim António de Sousa. O Estado Novo e a educação: entre a doutrinação e a escolarização dos portugueses. IN GONÇALVEZ, Leandro; PARADA, Maurício (org). **Políticas educacionais e regimes autoritários**: intelectuais, projetos e instituições. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Autografia: EDUPE: EDIPUCRS, 2017

PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras na época do fascismo. **Varia História**, Belo Horizonte, v.30, n. 52, p 17-49, jan/abr 2014.

PINTO, António Costa. **Os camisas azuis**. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945). Lisboa: Estampa, 1994

_____. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Org.). **O corporativismo em português**: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PURDY, Sean. A História Comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, 6-1: 64-84, 2012.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

REMÉDIO, Maria Margarida Rodrigues. **A lição de Salazar e a iconografia do Estado Novo**: contributo para a História da Educação em Portugal (1933-1939) Tese de mestrado. Didáctica da História, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2013.

RENAN, E. **Que es una nación?** Madrid: Alianza, 1987.

RODRIGUES, Mariline Direito. **Mulheres e cidadania na revista Modas & Bordados**: representação de um percurso de mudança entre 1928-1947. Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social, 2016. Dissertação de mestrado.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

ROSAS, Fernando (coord.). Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In: SERRÃO, Joel & MARQUES, A.H. de Oliveira. **Nova História de Portugal** (v. XII, p. 455-519). Lisboa: Presença, 1992.

ROSAS, Fernando. O Estado Novo. In: **História de Portugal**, dir. José Mattoso, v. III. Lisboa: Estampa, 1998.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. 2002. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza. Petrópolis, Vozes, 1976.

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos e Notas políticas**. v. I: 1928-1934. Coimbra: Coimbra, 1939.

_____. As grandes certezas da Revolução Nacional - Discurso pronunciado em Braga, no 10º aniversário do 28 de Maio - **Discursos**, Vol. II, 1936.

_____. In: Ferro, António. **Salazar: O homem e a obra**. Lisboa, ENP, 1933.

SAMARA, E. de M. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SANTORUM, Andrelise Gauterio. Fascismo à Brasileira: Juventude e imprensa como instrumentos de doutrinação da Ação Brasileira (1932-1937). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2018.

SCHWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.

SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. In: **Radical History Review**, No.91, Winter 2005.

SILVA, C. L. **Onda vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Paulo Neves da. **Citações de Salazar**: um guia temático da doutrina salazarista. Lisboa: Casa das Letras, 2013.

SMITH, Anthony. **Identidade Nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SOIHET, R. Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.13, n.24, p.191-207, 2008.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 94

TELO, António José. A obra financeira de Salazar: a ditadura financeira como caminho para a unidade política, 1928-1932. **Análise Social**, Lisboa, Vol. 29, nº. 128 (1994), pp. 779-800.

TORGAL, Luís Reis. **Estados Novos. Estado Novo**. Ensaios de História Política e Cultural. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Volume I, 2009.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Brasília: UNB, 1983.

WOLF, Naomi, **O Mito da Beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução: Wanderléia Barcellos. – Rio de Janeiro: Rocco, 1992.